



Q U A R E N T A   A N O S

Compilação de António Melo

# Memória & Prospectiva 1

Da Província à Região-Plano

1

Da província à

# região-plano.

Introdução, Mosaico e Memorial



## Nota de Abertura

As Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) nasceram há 40 anos, mas são hoje muito diferentes da sua configuração inicial, quanto mais não seja porque o contexto histórico, cultural e político registou neste período grandes mutações: da ditadura à democracia, do centralismo absoluto ao poder democrático local.

Mas onde há rupturas também há continuidades, na formação de uma cultura de política regional no país. As CCDR souberam adaptar-se às mudanças e estão hoje no limiar, espera-se, da instituição do poder regional democrático.

Neste primeiro número da colecção editorial “Memória e Prospectiva”, lançada por ocasião destes 40 anos, apresenta-se parte do trabalho de pesquisa e compilação efectuados pelo Dr. António Melo, quadro da CCDR-N, sobre os primeiros anos de formulação da CCDR do Norte. Outros desenvolvimentos desse trabalho se aguardam.

O Presidente da CCDR-N

A handwritten signature in black ink, reading "Carlos Lage". The signature is written in a cursive style with a horizontal line underneath the name.

Carlos Lage



# Índice

2	DA PROVÍNCIA À REGIÃO-PLANO
5	Nota de Abertura
11	Anteparo
15	I. Introdução, Mosaico e Memorial
15	I.1. Introdução
20	I.2. Mosaico
37	I.3. Memorial
37	I.3.1. O início do Planeamento (1935-1964)
42	I.3.2. A institucionalização do Planeamento Regional (1964-1971)
65	I.3.3. Início da Comissão de Planeamento da Região do Norte (1971-1974)
85	I.3.4. Evolução Posterior
88	Ficha Técnica

EDIÇÃO On-line: [www.ccdr-n.pt/40anos](http://www.ccdr-n.pt/40anos)

## 2. Antologia e Bibliografia (Anexos)

### 2.1. Evolução da organização territorial: Província, Distrito e Região-Plano (1931-1971)

DOC 01. Almeida Garrett: Relatório e Bases para a Reforma Administrativa (em 21 Janeiro 1854, citado em 1931)

DOC 02. Comissão encarregada da Divisão Provincial: Relatório - excerto (30.01.1931)

DOC 03. Dr. Marcelo Caetano: Descentralização local e institucional (1933)

DOC 04. Proposta de lei nº 73 de autorização legislativa para o Código Administrativo - excertos (19.12.1935)

DOC 05. Lei nº 1.940 (3 Abril 1936), alterada pela lei nº 1.946 (21.12.1936) - excertos

DOC 06. Código Administrativo de 1936-1940: A Província como autarquia

DOC 07. Dr. Marcelo Caetano: A Província e o Distrito no Manual de Direito Administrativo (1937, 1960, 1973)

- DOC 08. Dr. Marcelo Caetano: Problemas Actuais da Administração Pública Portuguesa (1966)
- DOC 09. Dr. Francisco Pereira de Moura: Esboço de Divisão Regional em Portugal (Março 1967)
- DOC 10. Dr. Marcelo Caetano: Aspectos institucionais do Fomento Regional (18 Maio 1967)
- DOC 11. Presidência do Conselho: Decreto-lei n.º 48.905: Define a orgânica administrativa do planeamento regional (11 Março 1969)
- DOC 12. Presidência do Conselho: Decreto n.º 49.364: Regula o funcionamento das Comissões Consultivas Regionais (8 Novembro 1969)
- DOC 13. Dr. Fausto Montenegro, Eng.º Camilo de Mendonça, Eng.º Correia da Cunha: Intervenções dos deputados de Viseu, Bragança e Santarém sobre o lugar do Douro no Planeamento Regional (14 Abril 1971)

## 2.2. Do Planeamento ao Planeamento Regional (1930 -1970)

- DOC 14. Eng.º Araújo Correia: A Planificação Regional num curso da Associação Comercial do Porto – súmula e excertos (1951)
- DOC 15. Dr. Marcelo Caetano: Discurso do Ministro da Presidência no Congresso dos Economistas e da Indústria Portuguesa (27 Maio 1957)
- DOC 16. Dr. Marcelo Caetano: O Planeamento até ao II Plano de Fomento (1959)
- DOC 17. Dr. M. Santos Loureiro: Pensar o Desenvolvimento Regional – um texto do INII (1961)
- DOC 18. Eng.º Ferreira Dias: Projecto de decreto-lei n.º 520, do Ministro da Economia: 'Junta de Planeamento Económico Regional' (11 Fevereiro 1961)
- DOC 19. Dr. Francisco Pereira de Moura: Parecer da Câmara Corporativa sobre o projecto de decreto-lei n.º 520 (10 Dezembro 1962)
- DOC 20. Sr. Alfredo Brito: Intervenção do Deputado do Porto: Planeamento Económico regional (31 Janeiro 1963)
- DOC 21. Câmara Corporativa: Parecer n.º 13/VIII (Orçamento 1964): Planeamento Económico Regional (10 Dezembro 1963)
- DOC 22. Eng.º Engrácia Carrilho: Intervenção do Deputado de Viseu: Planeamento Económico Regional (12 Dez. 1963)
- DOC 23. Dr. Nunes Barata: Intervenção do Deputado de Coimbra: Planeamento Económico Regional (19 Março 1965)
- DOC 24. Projecto de lei n.º 4/IX sobre o III Plano de Fomento para 1968-1973 (Continente e Ilhas): Planeamento Regional (30 Junho 1967)
- DOC 25. Eng.º João Cravinho: IIIº Plano de Fomento e Desenvolvimento Regional (Maio e Dezembro 1967)
- DOC 26. Dr. João Almeida Garrett: Parecer n.º 9/IX da Câmara Corporativa sobre o Projecto de III Plano de Fomento 1968-1973 Continente e Ilhas (2 Nov. 1967)
- DOC 27. Dr. João Salgueiro: Discurso do Subsecretário de Estado do Planeamento Económico no Colóquio para o Desenvolvimento do Distrito de Vila Real (5 Dez. 1970)

## 2.3. Região, Plano e Reforma Administrativa (1971-1974)

- DOC 28. Dr. João Mota de Campos: Discurso ao ser empossado Presidente da Comissão de Planeamento da Região do Norte (7 Junho 1971)
- DOC 29. Dr. João Mota de Campos: Discurso do Ministro de Estado na Sessão de Encerramento do Encontro dos Grupos de Trabalho da Comissão de Planeamento da Região Norte, em Ofir (8 Janeiro 1972)
- DOC 30. Dr. António Rapazote: Carta do Ministro do Interior ao Ministro de Estado, Mota Campos, discordando do discurso deste na Sessão de Encerramento de Ofir (9 Janeiro 1972)
- DOC 31. Dr. João Mota de Campos: Resposta do Ministro de Estado à carta do Ministro do Interior, António Rapazote, sobre o discurso na Sessão de Encerramento do Encontro de Ofir (10 Janeiro 1972)
- DOC 32. Gabinete do Ministro do Interior: Circular n.º 1/72 com um Despacho determinando que os Governadores Civis não devem comparecer em reuniões das Comissões Consultivas Regionais (10 Janeiro 1972)



- DOC 33. Eng.º António Carneiro: Carta do Governador Civil de Portalegre ao Ministro do Interior; António Rapazote, criticando a sua Circular 1/72 aos Governadores Civis (11 Janeiro 1972)
- DOC 34. Gabinete do Ministro do Interior: Circular nº 3/72 com um Despacho confirmando que os Governadores Civis não devem comparecer em reuniões das Comissões Consultivas Regionais (10 Fevereiro 1972)
- DOC 35. Gabinete do Ministro do Interior: Projecto de Circular com instruções para as relações dos Governadores Civis com as Comissões Consultivas Regionais (Março 1972)
- DOC 36. Dr. João Mota de Campos: Carta do Ministro de Estado ao Ministro do Interior; António Rapazote, sobre o Projecto de Circular com instruções para as relações dos Governadores Civis com as Comissões Consultivas Regionais (Março 1972)
- DOC 37. Dr. João Mota de Campos: Discurso do Ministro de Estado no Acto de Posse do Eng.º António Eduardo Carneiro como Presidente da Comissão de Planeamento da Região do Norte (29 Fevereiro 1972)
- DOC 38. Eng.º António Eduardo Carneiro: Discurso ao ser empossado Presidente da Comissão de Planeamento da Região do Norte (29 Fevereiro 1972)
- DOC 39. Dr. João Mota de Campos, Desenvolvimento e Planeamento Económico (4 Maio 1973)
- DOC 40. Eng.º António Eduardo Carneiro: Discurso no Colóquio 'Objectivos Gerais e Directrizes da Política de Desenvolvimento' (11 Janeiro 1974)
- DOC 41. Dr. Marcelo Caetano: 'Deus manda combater; não manda vencer': discurso do Presidente do Conselho na reforma ministerial (15 Março 1974)
- DOC 42. Arqtº Pais. Ilídio de Araújo: Sobre a Reforma da Administração Local – Excerto (Novembro 1974)
- DOC 43. Eng.º Luís Valente de Oliveira: Subsídios para definição de compartimentos regionais e sub-regionais e seus órgãos de governo no território continental – Excertos (Novembro 1974)
- DOC 44. Eng.º António Eduardo Carneiro: A organização dos espaços e das comunidades (Novembro 1974)

## 2.4. Retrospectivas, evoluções e perspectivas (1976-2009)

- DOC 45. Dr. Jorge Miranda: Da Constituição de 1933 à Constituição de 1976 (1981)
- DOC 46. Eng.º Tiago Saraiva: Aspectos do Planeamento de 1930 a 1960 (2006)
- DOC 47. Dr.ª Manuela Silva: Planeamento em Portugal: Lições da experiência 1950-1980 e perspectivas (Janeiro 1983)
- DOC 48. Eng.º Luís Braga da Cruz: O Planeamento Regional no Sistema de Planeamento (1995)
- DOC 49. Dr. Sérgio Claudino: Portugal Peninsular e os desafios regionais (2006)
- DOC 50. Dr. Carlos Lage, O Norte de Portugal e a Galiza: as relações tendem a esfriar? (2006)
- DOC 51. Dr. Carlos Lage, Norte: Uma Região à procura de si própria e do seu futuro (2007)
- DOC 52. Prof. Luís Valente de Oliveira, Desconcentração e Descentralização em Portugal (2007)

## 2.5. Bibliografia<sup>1</sup>

### 2.5.1. Agrónomos, Silvicultores, Ecologistas e Paisagistas

### 2.5.2. Engenheiros, Urbanistas, Arquitectos

### 2.5.3. Geógrafos, Historiadores, Filósofos, Sociólogos, Juristas, Economistas

### 2.5.4. Instituições

### 2.5.5. Legislação

<sup>1</sup> Em cada capítulo, a bibliografia é apresentada por ordem cronológica do texto mais antigo de cada autor.



## Anteparo

“Não bastam ideias claras e distintas. É necessário ter ideias adequadas. E o que é uma ideia adequada? É aquela que explica a própria génese”

Baruch Spinoza, 1670<sup>2</sup>

“Por todas as partes o saber perfeito está neste círculo aparente: cada coisa particular só pode ser entendida a partir do geral de que é parte e vice-versa”

F.D.E. Schleiermacher, 1991<sup>3</sup>

“Os limites da minha linguagem traçam os limites do meu mundo”

Ludwig Wittgenstein, 1922<sup>4</sup>

“O engenheiro parcelar...sabe quão pouco sabe. Sabe apenas que podemos aprender com os erros que cometemos. Assim, irá avançando passo a passo, comparando cuidadosamente os resultados esperados com os resultados obtidos, mantendo-se sempre atento às inevitáveis consequências indesejadas de qualquer reforma; e evitará empreender reformas cuja complexidade e âmbito não lhe permitam destrinçar as causas dos efeitos, nem saber o que está realmente a fazer. Esta ‘intervenção parcelar’ não é consentânea com o temperamento político de muitos ‘activistas’. O programa destes, que também tem sido descrito como um programa de ‘engenharia social’, poderá denominar-se ‘engenharia holística’ ou ‘utópica’”

Karl Popper, 1944-1945<sup>5</sup>

<sup>2</sup> Baruch de Espinosa (1670), *Tratado Teológico-político*, Lisboa: INCM, 2004, 456 p.; Cfr. também: André Tosel, *Spinoza ou le crépuscule de la servitude: essai sur le ‘Traité Théologique-politique’*, Paris: Aubier Montaigne, 1992, 317 p.; Alain Minc, *Un enfant de la République*, in ‘Spinoza, un roman juif’, Paris: Gallimard, 1999, pp. 38-64.

<sup>3</sup> F.D.E. Schleiermacher, *Monólogos*, Barcelona: Anthropos, 1991

<sup>4</sup> Ludwig Wittgenstein (1922), *Tratado Lógico-Filosófico*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª Ed., 1995

<sup>5</sup> Karl Popper (1944-1945), *A Pobreza do Historicismo*, Lisboa, Esfera do Caos, 2007, 176 p. Segundo explica o próprio autor na Nota de Abertura da edição inglesa de 1957 [Cfr. <http://books.google.pt/books?id=6jd2mfbD3BUC&printsec=frontcover&dq=The+Poverty+of+Historicism>]: a tese fundamental deste texto remonta ao Inverno de 1919-1920, sendo o texto iniciado em 1935 e acabado em 1936 após dois debates (encontro de filósofos em Bruxelas e seminário de Hayek na London School of Economics). O texto, que aguardou 8 anos pela sua publicação em inglês (e 70 anos pela sua edição em Portugal!), é uma das obras mais importantes e originais sobre o alcance e a metodologia das ciências sociais. É uma crítica devastadora da ideia de que existem leis do desenvolvimento em história e de que os seres humanos as conseguirão descobrir. Popper dedicou este livro a todos aqueles «que foram vítimas da crença fascista e comunista nas Leis Inexoráveis do Destino Histórico». Sucinta e lúcida, esta obra tem inspirado gerações de filósofos, historiadores e políticos, e continua a ser um dos livros que melhor ajuda a compreender as ideias deste grande pensador. Cfr. João Carlos Espada, *Karl Popper: A sociedade aberta e os seus inimigos*, in ‘Jornal i, Ano I, nº 33, 13 Junho 2009, pp. 26-27.

“(…) a força das regiões não é algo que apenas se herda, mas que também se constrói em função de projectos e aspirações que hão-de ser, simultaneamente, regionais e nacionais. Para além disso, se não possuímos tradições regionalistas com a mesma força que outros países (...) ninguém ignora que, desde antes da fundação da nacionalidade, as particularidades geoclimáticas (litoral e interior) aquém e além Tejo, geraram, com a ocupação do território, diversidades culturais, comportamentais e sociais (...) Aos que privilegiam a frente externa, face aos regionalismos, não deixaremos de os apoiar, acrescentando, contudo, que os regionalismos não devem ser confundidos com a verdadeira autonomia regional e que a unidade nacional não poderá ser construída contra, mas com, e através, das especificidades regionais”

Manuel Brandão de Vasconcelos Alves, 1988<sup>6</sup>

“De qualquer modo, também no Outro e no Diferente podemos encontrar-nos a nós próprios. Mas hoje, mais urgente ainda, é o dever de encontrarmos no Outro e no Diferente aquilo que é comum. No nosso mundo cada vez mais estreito, encontrarmos culturas e religiões, usos e sistemas de valores profundamente diferentes: seria uma ilusão pensar que a nossa convivência no planeta possa ser regulada apenas por um sistema de valores económicos. As ciências humanas sabem que ao homem se exige hoje uma cada vez maior ‘virtude política’. Ora o mesmo se aplica também à multiplicidade das línguas. No âmbito da nossa actividade intelectual confrontamo-nos cada dia com uma multiplicidade de línguas diferentes, e não podemos pretender impôr aos outros grupos humanos as problemáticas extraídas da nossa experiência e depositadas na nossa linguagem. No próprio exercício do pensamento devemos dominar a possibilidade de diálogo entre as línguas e a potencialidade de compreensão que permitem: as ciências humanas, em toda a sua variedade, contêm um núcleo ético-filosófico que é ao mesmo tempo o nosso objectivo comum.

Hans-George Gadamer, 1989<sup>7</sup>

“A democracia apareceu no mundo sob a forma de nacionalismo, encaixada na ideia de nação, como a borboleta no seu casulo”

Liah Greenfeld, 1993<sup>8</sup>

“Foi para servir uma comunidade, que só raramente é nação, que se inventou o Estado. O Estado é uma invenção humana. O Estado soberano é uma coisa do Renascimento, é ontem, não é necessariamente o futuro. Eu costumo insistir (...) que quando lemos a Bíblia, vemos aqueles trabalhos de Deus, os seis dias, sem horário, sem sindicato, sem greve. Ele foi fazendo coisas, e fez uma lista. Coisas boas. Não está lá o Estado. Ele não viu que o Estado era bom. Ele deixou isso por nossa conta., o Estado é uma invenção humana. Nós vivemos sem o Estado soberano até ao Renascimento, inventamos o Estado soberano com o qual temos vivido, mas a soberania está em crise, o que é evidente. A Nação é a mais perfeita das comunidades (...), um modelo ambicionado, raro, e que não está em crise”.

Adriano Moreira, 1994<sup>9</sup>

<sup>6</sup> Manuel Brandão de Vasconcelos Alves, *Litoralidade, Interioridade e Mobilidade Populacional*, in ‘Nação e Defesa’, n.º 45, Jan./Mar. 1988, p. 81

<sup>7</sup> Hans-George Gadamer, *Herança e Futuro da Europa*, Lisboa: Edições 70, 1989, 152 p.

<sup>8</sup> Liah Greenfeld (1993), *Nacionalismo: cinco caminhos para a modernidade*, Mem Martins: Europa-América, 1998

<sup>9</sup> Adriano Moreira, *A Interdependência dos Estados Europeus. Alguns Reflexos para Portugal*, Seminário do Instituto de Defesa Nacio-

“A Nação é um conceito histórico-cultural que tem a ver com os elementos anímicos de uma comunidade: com a história, a língua comum, a unidade cultural para a qual concorrem factores como a religião, os costumes, ou a etnia. O Estado é um conceito jurídico-territorial, tendo a ver com a existência, num território, com uma certa população, de um poder político soberano e unificado”

Jaime Nogueira Pinto, 1998<sup>10</sup>

“Portugal sofre de unitarismo na forma como se relaciona com a Espanha. Por causa da imemorial unidade nacional que nos caracteriza (um mesmo território, uma mesma língua, uma mesma religião), temos dificuldade em perceber os fenómenos regionais, as fracturas na continuidade territorial dos Estados, as divisões linguísticas, religiosas, culturais”

António Mega Ferreira, 2003<sup>11</sup>

“Para transformar a *polis*, de simples refúgio e recinto amuralhado, em comunidade política, o *demos* teve de criar o *logos* como discurso exposto ao controle e à crítica de todos e de si mesmo, sem se poder adoçar, pura e simplesmente, a qualquer autoridade tradicional. E, reciprocamente, o *logos* apenas pode ser criado efectivamente, na medida em que o movimento do *demos* instaure um espaço público e comum, onde a exposição das opiniões, a discussão e a deliberação, a igualdade, sem a qual esta discussão não tem sentido, e a discussão que realiza esta igualdade (*isegoría*), a liberdade que elas pressupõem e que trazem consigo (*parrhesía*: responsabilidade e obrigação de falar), se tornaram possíveis e reais pela primeira vez (pelo que se sabe) na história da humanidade”

Cornelius Castoriadis, 2004<sup>12</sup>

“A cultura constitui o ângulo morto do panorama europeu. É o resultado, de um lado, duma massificação homologante e, do outro, dum revival de particularismos localistas, expressão dum culturalismo defensivo e incomunicante...um mero *bricolage*”.

Anne-Marie Autissier, 2005, cit. por Luciana Castellina, 2008<sup>13</sup>

nal, 1994, pp. 17/18

<sup>10</sup> Jaime Nogueira Pinto, *Pela estabilidade Nacional*, in Diário de Notícias, 21 Setembro, 1998, p. 8

<sup>11</sup> António Mega Ferreira, *Lisboa, Madrid e as Espanhas*, in Revista Visão, 25 Setembro 2003, p. 21

<sup>12</sup> Cornelius Castoriadis, *Ce qui fait la Grèce*, Vol 1, Paris, Seuil, 2004

<sup>13</sup> Anne-Marie Autissier, *L'Europe de la culture, Histoire(s) et enjeux*, Paris-Arles: Actes du Sud, 2005; cit. Luciana Castellina, *Eurollywood: Il difficile ingresso della cultura nella costruzione dell'Europa*, Pisa: Ed. ETS, 2008, 244 p.

“O começo é o início de um desenvolvimento de uma ideia, que faz (ou tenta fazer) a diferença com os começos (de desenvolvimento de ideias) com vista a um objectivo final. É assim, o inverso do fim, que, em princípio, dá por terminada a explanação e desenvolvimento total da ideia em causa e da sua posição no sistema de outras ideias, do próprio autor ou de outros, que lhe são cronologicamente anteriores ou contíguas. O começo... é um parto doloroso, é uma vida que se diferencia...”

J. H. von Hafe Pérez, 2008<sup>14</sup>

“A crise actual vai assim tocar num aspecto da nossa vida que, aparentemente, nada tem a ver com ela: o sentimento da identidade (individual e nacional). Até agora, vivíamos recolhidos em nós, protegendo-nos ainda do choque com um ‘fora’ que não para de nos invadir – a União Europeia. Apesar das perdas, aqui e ali, de soberania, o ganho da adesão à EU foi sentido como largamente positivo pela população. Tanto mais que essas perdas não destruíram o nosso ‘cantinho’ familiar, a nossa maneira de viver, a nossa intimidade, quer dizer o modo como gostamos e nos detestamos a nós mesmos, aos outros e ao nosso país. A Europa continua a estar ‘lá fora’, o que preserva o nosso ‘dentro’...Eis que o nosso território foi abalado pela globalização, para além da Europa...Ser português já não protege. A vacina identitária que nos manteve imunes às doenças do mundo por tantas décadas acaba de falhar...”

José Gil, 2009<sup>15</sup>

“É uma questão muito simples e decisiva, que no entanto poucas vezes é suficientemente entendida pelos racionalistas: que não podemos começar do nada; que precisamos de usar os conhecimentos daqueles que vieram antes de nós.”

Karl Popper, cit. por J Carlos Espada, 2009<sup>16</sup>

<sup>14</sup> Joaquim von Hafe Pérez, *Amargos Saberes: Epistemologia*, Porto: Edições Oráculo, 2008.

<sup>15</sup> José Gil, *Em busca da Identidade: o desnorte*, Lisboa: Relógio d'Água, Abril 2009, 60 p.

<sup>16</sup> João Carlos Espada, *O racionalismo dogmático na origem do dogmatismo relativista (XIV)*, Jornal I, 8 Agosto 2009

## I. Introdução, Mosaico e Memorial

### I.1. Introdução

Já antes nos debruçámos sobre as instituições regionais portuguesas<sup>17</sup>, caracterizando-as e comparando-as com as de outros países latinos ou estudando a sua evolução em Portugal ao longo da história da administração e do planeamento<sup>18</sup>. Pudemos constatar que, em Itália, França e Espanha, as Regiões-Plano coincidem com Regiões Administrativas e estas integram instituições (Províncias, Departamentos) intermédias entre as Regiões e os Municípios. Em Portugal, com a Constituição de 1976, foram criadas as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Mas, no Continente, a Constituição de 1976 – que prometeu a extinção dos Distritos (porque não a sua reforma?) e a criação das Regiões Administrativas - continua por cumprir. O projecto de reforma da organização territorial do Estado<sup>19</sup>, que tem vindo a ser aplicado desde 2001, reduz os mapas a dois (Distritos e Regiões-Plano), apontando a sua futura compatibilização (em França efectuada entre 1956 e 1960<sup>20</sup>).

<sup>17</sup> António Mendes Melo, *Conselhos Económicos e Sociais Regionais*, Porto: CCRN, 1997-1998; *La implicación de las Regiones en el Desarrollo Local*, in “El desarrollo rural en la Agenda 2000” (coord. Eduardo Ramos), Serie Estudios nº 142, Madrid: Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación, 1999, pp. 297-319; *O Estado e as Regiões: modelos de desconcentração, descentralização e coordenação em Itália, França e Portugal*, in ‘Desconcentração, Coordenação e Descentralização: Notas a propósito da constituição do Conselho de Coordenação Intersectorial’, Porto: CCDRN, Novembro 2007, Anexo 2, 52 p.

<sup>18</sup> Cfr. Maria José Oliveira Cruz (coord.); Carlos Corrêa Gago, (introd.), *Planeamento Económico em Portugal 1953-1974: Um acervo histórico*, Lisboa: MAOTDR - Departamento de Prospectiva e Planeamento, 2006, 306 p.

<sup>19</sup> Missão para a Reforma da Organização Territorial da Administração do Estado: *Relatório Final*, Lisboa: Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, Janeiro 2001, 204 p.

<sup>20</sup> Em 1956, por proposta do Comissário Geral do Plano, o Governo francês delimitou as ‘Circunscrições para os Programas de Acção Regional’ (Arrêté ministériel, du 28 novembre 1956). Estas, agregando vários Departamentos, eram coordenadas pelo Prefeito do Departamento sede, assessorado por um Secretário para a Acção Regional. Com pequenas alterações, 4 anos depois, a França consagrava essas ‘Circunscrições de Acção Regional’ como ‘Circunscrições Administrativas Regionais’ (Décret 60-516, du 2 Juin 1960) para harmonização das unidades territoriais desconcentradas da administração pública: os vários ministérios podiam agregá-las ou dividi-las, em função das suas necessidades, mas teriam de respeitar esses limites. Para dotar essas ‘Circunscrições Administrativas Regionais’ de Conselhos Regionais eleitos, De Gaulle decidiu (Décret nº 69.296, du 2 avril 1969) submeter a um referendo (27 Abril 1969) o ‘Projet de loi relatif à la création de régions et à la rénovation du Sénat’. As forças não gaulistas de esquerda (PC, PS, Radicais, Extrema esquerda, Sindicatos), de centro e direita (V. Giscard d’Estaing, Centristas e Extrema direita), coligaram-se contra o projecto de descentralização e o «não» chegou à 52,41 %. Dado o resultado, o General de Gaulle demitiu-se de Presidente da República em 28 Abril 1969. As Regiões serão criadas mais tarde por Defferre (1982-1983) e aperfeiçoadas por Raffarin (2003-2004).

Porquê esta específica dificuldade portuguesa? Foi para tentar responder a esta pergunta que efectuámos uma pesquisa, sobretudo centrada no período do Estado Novo (anos 30-1974), a qual originou a colectânea “Da Província à Região-Plano”, que ocupará o número 1 da série ‘Memória & Prospectiva’, com a seguinte organização:

1. Introdução, Mosaico e Memorial (aqui apresentado)
2. Antologia e Bibliografia (capítulo em edição on-line em: [www.ccdr-n.pt/40anos](http://www.ccdr-n.pt/40anos))
- 2.1. Evolução da organização territorial (1931-1971)
- 2.2. Do Planeamento ao Planeamento Regional (1930 -1970)
- 2.3. Região, Plano e Reforma Administrativa (1971-1974)
- 2.4. Retrospectivas, evoluções e perspectivas (1976-2009)
- 2.5. Bibliografia

No período em análise sobressai, naturalmente, o pensamento de Marcelo Caetano<sup>21</sup>, figura tutelar do Direito Administrativo e, em parte, do Planeamento. Apesar de participante no grupo redactor da Constituição de 1933 e principal autor do Código Administrativo de 1936 e suas revisões, demarcou-se da ‘Comissão de competentes’ que elaborou o Mapa das Províncias anexo ao Código, guardou os Distritos (em 1936, só como circunscrições; em 1959, já como autarquias intermédias), dada a sua descrença nas ‘auroras provinciais’, prometidas pela Constituição de 1933. Mas quando, a partir de 1960, sob proposta do Ministério da Economia (Ferreira Dias<sup>22</sup>, Mota Campos<sup>23</sup>), ganha mais expressão em Portugal a ideia do Desenvolvimento Regional, divulgada na Europa após o fim da 2ª Guerra Mundial (e já antes defendida pelo deputado Araújo

<sup>21</sup> Marcelo José das Neves Alves Caetano (Lisboa 1906-Rio de Janeiro 1980). Licenciado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde foi Doutor (1931), Professor e Director. Autor do ‘Manual de Direito Administrativo’, com 10 edições (1937-1973) e várias reimpressões. Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa (1940-1944). Ministro das Colónias (1944-1947). Presidente da Comissão Executiva da União Nacional (1947-1949). Presidente da Câmara Corporativa (1949-1955). Ministro da Presidência (1955-1958), com tutela sobre o Planeamento. Reitor da Universidade de Lisboa (1959-1962). Membro do Conselho de Estado. Presidente do Conselho de Ministros (1968-1974) e fundador das Comissões de Planeamento Regional. Professor Universitário no Rio de Janeiro.

<sup>22</sup> José do Nascimento Ferreira Dias Júnior (Lisboa 1900-1966), Licenciado em Engenharia (IST). Colaborador da Revista Técnica (1925-1966). Engenheiro na CUF (1925). Assistente (1928) e Professor (1933) do Instituto Superior Técnico. Director dos Serviços Eléctricos da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos (1931). Presidente da Junta de Electrificação Nacional (1936). Subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria (1940-1944). Bastonário da Ordem dos Engenheiros (1945-1947). Membro do Conselho Superior da Indústria (1953). Como Procurador à Câmara Corporativa (1953-1958; 1965-1966) foi o Relator do Parecer nº 3/VII sobre o Projecto do IIº Pano de Fomento: Continente e Ilhas. Ministro da Economia (1958-1962).

<sup>23</sup> João Mota Pereira de Campos (Vieira do Minho 1927-). Na Univ. Coimbra formou-se em Ciências Jurídicas e Ciências Político-Económicas (1944-1950). Delegado do Procurador da República (1950-1952), Conservador do Registo Predial e Vice-Presidente da Comissão da UN de Esposende (1952-1957); Procurador à Câmara Corporativa na VII Legislatura (1957-1961) onde interveio, nomeadamente, sobre arrendamento rural, emparcelamento, colonização interna e arborização das estradas. Com Ferreira Dias no Ministério da Economia, foi Secretário de Estado da Agricultura, tendo apresentado projectos de novos regimes jurídicos para o arrendamento rural e colonização interna (1961-1962). Advogado em Braga (1962-1971). Presidente da Comissão de Planeamento da Região do Norte (7 Junho a 30 Outubro 1971). Ministro de Estado Adjunto da Presidência do Conselho, responsável pelo Planeamento (30 Outubro 1971-14 Março 1974). Ministro da Agricultura e Comércio (15 Março-24 Abril 1974). Mestrado e Doutoramento em Direito Público e Comunitário na Université de Strasbourg (1974-1981). Professor de Direito Comunitário no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da UTL e na Faculdade de Direito da UCP (1982-2004). Representou o Estado Português em causas junto do Tribunal de Justiça Europeu. Foi Presidente da Assembleia-Geral da Forestis, Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1992-1996). Militante do CDS, integrou vários órgãos (Conselho Consultivo, Comissão Política e Conselho Nacional de Jurisdição), sendo indicado por este partido para a Comissão Nacional de Eleições (1997-1998). Membro do Conselho Científico da Ass. Portuguesa de Direito Europeu (2005-2009).



Correia<sup>24</sup>), Marcelo Caetano procura ‘recuperar’ o pioneirismo, inscrito no Código de 1936, do papel da autarquia provincial no fomento e planeamento regional, lamentando que tanto os municípios como o Estado a tenham deixado morrer. Fracassada a Província, e extinta na reforma do Código de 1959, como dar agora suporte institucional ao desenvolvimento regional?

Diz Marcelo Caetano, em Maio de 1967: se a instituição provincial não soube ou não pode fazer fomento e desenvolvimento provincial, mais difícil será fazer desenvolvimento regional sem instituição regional. Porém, como o legislador não iria então correr a implementar a Região Administrativa, a solução institucional para o ‘Desenvolvimento Regional’ (que veio a aplicar em 1969 no decreto instituidor das Comissões de Planeamento Regional - CPR) deveria assentar em dois princípios: um princípio de *desconcentração* (Presidente nomeado pelo Presidente do Conselho) e um princípio de *descentralização* (Vogais indicados pelas Juntas Distritais). Desta forma se evitava a debilidade constatada na autarquia provincial (entre 1936 e 1959), não assistida por um Governador Civil provincial (como o Visconde Almeida Garrett havia proposto, sem sucesso, em 1854; e como vigorou para a autarquia distrital, entre 1959 e 1974).

A adequação desta doutrina administrativa ao planeamento regional foi comentada e debatida por Deputados na Assembleia Nacional, por procuradores na Câmara Corporativa, por membros do Governo, e por Presidentes e técnicos do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho e das Comissões de Planeamento Regionais. Uma das polémicas mais importantes que adiante se apresenta, em torno do alcance último na interpretação a dar àqueles dois princípios constituintes das CCR’s (desconcentração e descentralização), decorreu entre: *i.* Mota Campos (novo Ministro de Estado para o Planeamento e 1º Presidente da CPR Norte), cujo pensamento, inspirado na experiência europeia, apontava para a descentralização regional; e *ii.* Gonçalves Rapazote (Ministro do Interior), cujo pensamento acentuava a descentralização local, articulada a nível distrital, sob a tutela do Ministério do Interior.

Em Portugal, entre 1960 e 1974, a generalidade dos escritos institucionais e dos vários autores vai no sentido de considerar as Regiões como Regiões-Plano (para efeitos de Planeamento económico) e nunca como Regiões Administrativas (ainda que referindo a necessidade de melhorar a coordenação regional dos serviços do Estado). Neste contexto, sobressaem:

*i.* Em 1972, o alcance, já referido, do pensamento do jurista e Ministro Mota Campos (ex Secretário de Estado do pioneiro Ministro Ferreira Dias e 1º Presidente da CPR Norte);

*ii.* Em 1974, o pensamento do Eng.º Eduardo Carneiro, 2º Presidente da CPR Norte, e dos seus assessores, Arqtº Pais. Ilídio de Araújo e Eng.º Luís Valente de Oliveira, todos eles críticos da artificialidade dos distritos e defensores duma malha urbana equilibrada que detivesse o despoamento do interior, articulada a uma reforma administrativa que - lembrando a proposta de Almeida Garrett em 1854 - integrava coerentemente Regiões, Províncias, Comarcas e Municípios.

<sup>24</sup> José Dias de Araújo Correia (1894-1978), *Planificação Regional*, in ‘Elementos de planificação económica’ (Lições proferidas no Centro de estudos económicos e financeiros da Associação Comercial do Porto em 1951), Lisboa: Imprensa Nacional, 1952, pp. 153-213. O autor é natural de Vila Velha de Ródão e Eng.º de Minas pelo Imperial College de Londres. Como Deputado (1935-1974), foi proponente (08-02-1935) duma Proposta de lei de reorganização económica, alternativa à do Governo, que dava prioridade à planificação integrada das bacias hidrográficas, bem como o relator dos Pareceres anuais sobre as Contas e Orçamento do Estado. Cfr. Manuel Braga da Cruz; António Costa Pinto, *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Lisboa, Assembleia da República / Imprensa de Ciências Sociais, 2004, 1º Vol., pp. 447-449; e Carlos Manuel Bastien Raposo, *O economista Araújo Correia*, in Estudos de Economia, vol.5, nº 3, Lisboa: ISE, 1985, On-line: [www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/679/1/EE-Carlos%20bastien1.pdf](http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/679/1/EE-Carlos%20bastien1.pdf)

Estas propostas da CPR Norte terão tido a sua influência, quer na Constituição de 1976 - que consagrou a extinção dos Distritos e a criação de Regiões Autónomas e Administrativas -, quer na 'Delimitação de Regiões Plano' apresentada (ainda em 1976) pelo Centro de Estudos de Planeamento<sup>25</sup>, a qual serviu de base à divisão do País em 7 'regiões agrícolas' (em 1977) e ao Projecto de Lei sobre 'Regiões plano e orgânica de planeamento regional' (em 1979), apresentado por vários deputados do PS (António Barroso Gomes, António Guterres, Carlos Lage, Salgado Zenha, Herculano Pires, Luís Cid, Alfredo Silva)<sup>26</sup>.

Mas, apesar do que ficou consagrado na Constituição de 1976, a história posterior, até agora, apenas veio dar razão a Mota Campos e Eduardo Carneiro nas Ilhas Adjacentes, cujas CCR's evoluíram para Regiões Autónomas; porque, no Continente, onde os Distritos perduram e as CCR's não evoluíram para Regiões Administrativas, ainda paira o pensamento de Gonçalves Rapazote. Como disse o Eng.º Eduardo Carneiro, em 1972: "O País tem sentido dificuldade em encontrar convicções de base"<sup>27</sup>.

De facto, não foi a primeira vez que o país oscilou em matéria de organização político-administrativa: oscilou sempre ao longo dos séculos XIX e XX, entre duas concepções políticas do Estado<sup>28</sup>: uma mais descentralizadora, federalista e europeísta (com Províncias e/ou Regiões); e outra mais centralista, nacionalista e unitária (assente nos Distritos). Estas duas concepções atravessaram e atravessam várias correntes políticas.

Comparando a nossa história cultural, política e administrativa com a de outros países, verificamos que em Portugal não houve, nem há 'nações' (como a Galiza, o País Basco, a Catalunha, a Escócia, o País de Gales, etc.) a reclamar 'autonomia' dentro dum Estado englobante (Espanha, Reino Unido, etc.)<sup>29</sup>. Os estudos geográficos<sup>30</sup>, antropológicos<sup>31</sup>, linguísticos<sup>32</sup>, literários<sup>33</sup> e políticos<sup>34</sup>, efectuados em Portugal desde meados do século XIX, revelam alguma diversidade de paisagens, localismos, falares, folclores, culinárias, tradições, origens. Mas uma diversidade que

<sup>25</sup> *Estudo para a Delimitação de Regiões Plano*, in 'Estudos Urbanos e Regionais', n.º 11, Lisboa: Centro de Estudos de Planeamento, Dez. 1976

<sup>26</sup> Projecto de Lei 226/I, sobre 'Regiões plano e orgânica de planeamento regional', in Diário da Assembleia da República, II série N.º 43/1/3, de 22 Março 1979, pág. 914-920;

<sup>27</sup> Eng.º António Eduardo Carneiro, Discurso ao ser empossado Presidente da CPR Norte, em 29 Fevereiro 1972.

<sup>28</sup> Cfr., nomeadamente, Manuel Braga da Cruz, *Europeísmo, nacionalismo, regionalismo*, in *Análise Social*, Vol. XXII (118-119), 1992 (4.º-5.º). 827-853; José António Rocamora, *Causas do surgimento e do fracasso do nacionalismo ibérico*, in *Social*, Vol. 38 (n.º 122), 1993, pp. 631-052; Hermínio Martins, *O Federalismo no pensamento político português*, in *Penélope*, n.º 18, 1998, p. 13-49; Carlos Alberto Medeiros, *Diversidade geográfica e identidade do espaço português*, in *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais* (30 Junho a 5 Julho 1997), Cascais: Câmara Municipal, 1998, 2.º vol., p. 41-58.

<sup>29</sup> Luís Moreno Fernández, *Doubles identités et nations sans état (La 'question Moreno')*, Madrid: CSIC - Unidad de Políticas Comparadas, Enero 2006

<sup>30</sup> Sérgio Claudino, *Portugal Peninsular e os desafios regionais*, in 'Finisterra', Vol. XLI, n.º 81, 2006, pp. 105-120

<sup>31</sup> Jorge Dias, *Atlas etnológico de Portugal Continental*, Porto: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1950; *Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*, in *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, ano 8, n.º 2, Coimbra: Atlântida, 1950, 30 p;

<sup>32</sup> Manuel de Paiva Boléo, *Unidade e variedade da língua portuguesa*, Sep. Rev. Fac. Letras de Lisboa, 2a Sér., 20, 1955, 28 p; *Mapa dos dialectos e falares de Portugal*, in: *Actas IXe Congrès International de Linguistique Romane*, Lisboa, 1962 (c/ M.ª Helena Santos Silva); Luís Filipe Lindley Cintra, *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Lisboa: Sá da Costa, 1983, 216 p; Cfr., também, *Cumbençon Ourtoográfica de la Lhéngua Mirandesa*, Miranda de l Douro: Câmara Municipal, 1999.

<sup>33</sup> Joaquim Teófilo Braga, *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, 2 Vol., Lisboa: Dom Quixote, 1985-1986 [1.ª ed. 1885]; *Camões e o Sentimento Nacional*, Porto: Chardron, 1891, 324 p; *A Pátria Portuguesa: o Território e a Raça*, Porto: Chardron, 1894; *Contos tradicionais do povo português*, Porto: Magalhães e Moniz, 1904; Lisboa: D. Quixote, 1987

<sup>34</sup> Manuel Braga da Cruz, *Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual: Alguns Resultados de Um Inquérito*, in 'Nação e Defesa', n.º 49, Jan./Mar.1989, p. 11-32

apenas enriquece e não quebra uma grande unidade cultural e política da nação portuguesa construída ao longo de séculos, um modo português de estar no mundo<sup>35</sup>. Apenas nas ilhas adjacentes, não por razões culturais, mas pelo seu isolamento e distância geográfica, houve uma história de luta pela autonomia<sup>36</sup>. Por isso, Valente de Oliveira afirmou que o referendo de 1998 sobre a regionalização “foi um embuste”<sup>37</sup>.

Porque, entre nós, a questão é outra. Como disse Keynes<sup>38</sup>, trata-se de criar corpos intermédios semi autónomos entre o indivíduo e o Estado, por razões de eficiência organizativa. E, esses corpos intermédios semi autónomos não deverão ser, apenas, instituições especializadas a nível central, mas também instituições de coordenação e participação regional. Neste sentido, em Portugal, já foram dados vários passos: *i. De baixo para cima*: Constituíram-se Associações de Municípios para a cooperação intermunicipal a nível sub-regional; *ii. De cima para baixo*: Definiram-se Regiões e Sub-Regiões de Planeamento (NUTES II e III); instituíram-se Gabinetes de Apoio Técnico às Associações de Municípios<sup>39</sup>; e, mais recentemente, acertou-se a organização territorial do Estado segundo dois mapas (NUTES e Distritos)<sup>40</sup>. Assim, como disse Silva Peneda<sup>41</sup>, o processo de regionalização é um “conjunto de reformas institucionais que, integradas num processo evolutivo ao longo do tempo, conduzam à criação de instituições regionais e ao reforço da sua capacidade de decisão autónoma. (...) O processo de regionalização implica as operações de desconcentração e descentralização. (...) Não se trata de pulverização do poder, nem da consequente desagregação do Estado; trata-se antes duma valorização plena do todo pela valorização dos elementos integrantes: pessoas, culturas, recursos e interesses”. Para o Presidente da CCDR-N<sup>42</sup>, “Os poderes das Regiões administrativas serão, por definição, executivos, ligados a funções de governo e administração regionais nos planos económico, social, ambiental e cultural, nos domínios com maior sensibilidade ao território. São os casos do desenvolvimento económico e empresarial, do ordenamento do território e do ambiente, da educação e formação profissional, da ciência e tecnologia, do turismo e da cultura, das acessibilidades, sistemas de transporte e logística, da agricultura e desenvolvimento rural e do apoio aos municípios e ao desenvolvimento local. Significa isto que as competências atribuídas por uma lei de 1991, aprovada então na Assembleia da República, são demasiado modestas e devem ser alargadas, à luz da experiência europeia neste domínio e das necessidades de coordenação territorial de políticas públicas com real impacto no desenvolvimento regional e local. Há hoje, de resto, um conhecimento muito amadurecido sobre

<sup>35</sup> Cláudia Castelo, *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto: Afrontamento, 1998, 168 p.

<sup>36</sup> Ângelo Abrunhosa, *Precedentes histórico teóricos dos regionalismos dos Açores e da Galiza*, Doutoramento (2007) em Direito, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008, 343 p; José Emanuel Ferraz Janes, *Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos Anos Trinta (1928-1936)*, Lisboa (F.L.U.L.), 1995;

<sup>37</sup> Luís Valente de Oliveira, *Estado central não garante equilíbrio entre as regiões: entrevista*, in ‘Semanário Grande Porto’, nº I, 3 Julho 2009, p. 32-33

<sup>38</sup> John Maynard Keynes, *The end of laissez-faire*, London: Hogarth Press, 1926

<sup>39</sup> Luís Braga da Cruz, *Relações do Planeamento Regional com os outros níveis de Planeamento*, In ‘Estratégia e planeamento na gestão e administração pública - Fórum 2000: Renovar a Administração’ (Capítulo V: O Planeamento ao nível Central, Local e Regional), Lisboa: ISCSP, 1995, pp. 129-146

<sup>40</sup> Missão p/ a Reforma da Organização Territorial da Administração do Estado, *Relatório Final*, Lisboa: Min. da Reforma do Estado e da Administração Pública, 2001

<sup>41</sup> José da Silva Peneda, *Regionalização e Ordenamento do Território*, in ‘Nação e Defesa’, nº21, Jan./Mar. 1982, p. 45-59

<sup>42</sup> Carlos Lage, *Entrevista do Presidente da CCDR Norte à Agência Lusa*, 9 Maio 2007

os domínios das políticas públicas que ganhariam, em eficiência e eficácia, se exercidas a um nível de administração intermédio entre o poder central e o poder local”.

O processo de regionalização depende da vontade política em desconcentrar e descentralizar o Estado, para servir melhor. Sabendo, como disse Valente de Oliveira<sup>43</sup>, que “é, seguramente, mais complicado, governar um sistema com elevados graus de descentralização do que um outro centralizado, no qual se definem medidas comuns para todos e não se tem de gastar energias em exercícios de coordenação, compatibilização de posições e, mesmo, de resposta às reivindicações de atenção ou de recursos financeiros. Mas, se já está provado que o impulso tem de ser múltiplo e vir de baixo e que é na criatividade que deve repousar o movimento geral, então não há possibilidade de escapar à variedade institucional e, portanto, à descentralização de funções e de responsabilidades”.

Nos 40 anos das Regiões-Plano, aqui fica esta documentação, para memória e homenagem aos que nos precederam e contribuíram com o seu saber e experiência para abrir os caminhos que agora trilhamos.

Porto, de 11 Março a 11 Agosto 2009

António Mendes Melo

## 1.2. Mosaico

“Torno a dizer, Srs., são passados mais de vinte anos de experiências infelizes, de tentativas malogradas e seria a maior de todas as vergonhas se nos envergonhássemos agora de confessar que erramos, que erramos muitas vezes, e que tanto mais erramos quanto mais tentámos dissimular o primeiro erro. Não venha o funesto sofisma do medo do passado impedir-nos de voltar ao que havia de bom e de justo e de livre - que era muito - nas instituições de nossos maiores. Nem tão pouco eu venho faltar ao respeito à lei do Estado - que débil trabalhador ajudei a plantar, fraco soldado gastei a vida a defender - a esta Câmara, a mim mesmo e à memória honrada e gloriosa dos que ressuscitaram entre nós a liberdade, propondo-vos que voltemos às instituições municipais da idade média, que o feudalismo inquinou em muita parte e em que o despotismo infiltrou depois a sua corrupção. Não, Srs., não são as Câmaras por pauta, não é a Ordenação Filipina, não é o Desembargo do Paço, não são os Juizes de Fora presidindo às Câmaras o que hoje venho propor-vos: são algumas poucas e simples bases de reforma, e reabilitação administrativa que venho pedir que se decretem para que, em harmonia e conformidade com elas, seja revisto e nacionalizado o Código Administrativo de 1842, de maneira que a administração pública menos dispendiosa, mais simples, mais eficaz, seja ao mesmo tempo mais liberal, mais portuguesa e mais conforme com o sistema representativo, sem o qual me não parece que possa viver nenhum povo, mas sei decerto que Portugal de nenhum modo pode existir.

<sup>43</sup> Luís Valente de Oliveira, *Economia e Finanças da Desconcentração e da Descentralização em Portugal*, Comunicação ao Seminário ‘Economia e Finanças da Descentralização’, Porto: Universidade Católica Portuguesa / Associação Comercial do Porto, 16 Abril 2007, 36 p.

*Bases para a reforma administrativa: Divisão e organização geral*

Art. 1. O Reino de Portugal e Algarves divide-se em Províncias; as Províncias em Comarcas; as Comarcas em Concelhos; os Concelhos em Paróquias...

Art. 8. Em cada Província a administração Central e a superior autoridade governativa, é exercida pelo Governador Civil...

Art. 13. São consideradas Províncias: o Alto Minho, o Baixo Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta, Beira Baixa, Alta Estremadura, Baixa Estremadura, Alentejo e Algarve”.

Visconde de Almeida Garrett  
(Deputado), 1854<sup>44</sup>

“I believe that in many cases the ideal size for the unit of control and organisation lies somewhere between the individual and the modern State. I suggest, therefore, that progress lies in the growth and the recognition of semi-autonomous bodies within the State-bodies whose criterion of action within their own field is solely the public good as they understand it, and from whose deliberations motives of private advantage are excluded, though some place it may still be necessary to leave, until the ambit of men’s altruism grows wider, to the separate advantage of particular groups, classes, or faculties - bodies which in the ordinary course of affairs are mainly autonomous within their prescribed limitations, but are subject in the last resort to the sovereignty of the democracy expressed through Parliament. I propose, it may be said, a return towards the medieval conceptions of separate autonomies.”

John Maynard Keynes  
(Economista), 1926<sup>45</sup>

“Art. 284º Província é a associação de concelhos com afinidades geográficas, económicas e sociais, dotada de órgãos próprios para o prosseguimento de interesses comuns.

§ Único. Cada província forma uma pessoa moral de direito público.

Art. 285º São órgãos da administração provincial: 1º O conselho provincial; 2º A junta de província.

Art. 286º Os órgãos da administração provincial têm a sua sede na cidade que for designada para capital da província”.

Código Administrativo, 1936-1940<sup>46</sup>

<sup>44</sup> Visconde de Almeida Garrett, *Relatório e bases para a Reforma Administrativa* (apresentado na Câmara dos Pares em 21 Janeiro 1854), in ‘Discursos parlamentares e memórias biográficas’ [Obras, Tomo XXIII], Lisboa: Imprensa Nacional, 1871, pp. 174-195;

<sup>45</sup> John Maynard Keynes, *The end of laissez-faire*, London: Hogarth Press, 1926

<sup>46</sup> *Código administrativo* (Decreto-lei n° 27.424, 31.12.1936), Lisboa: Empresa Jurídica Ed., 1937

“A situação resultante do Código não nos parece que seja a do distrito agonizante a assistir às auroras provinciais. O que existia até aqui era uma circunscrição distrital onde o governador civil tudo mandava e a Junta Geral nada fazia (salvas raras excepções). Agora deixou-se no distrito o governador e reduziu-se o número das Juntas Gerais, modificando-se a sua função de modo a torná-las órgãos coordenadores da acção municipal. O distrito guardou a sua importância. A província é convidada a prestar as suas provas. Saberá dá-las?”

Marcelo Caetano

(Jurista, Professor Universitário, Redactor do Código Administrativo de 1936), 1937<sup>47</sup>

“A constituição das províncias como autarquias locais foi, porém, tentada no Código de 1936-40 como simples experiência e, privadas de qualquer função na administração local do Estado (visto que os governadores civis continuaram a ser distritais), a breve trecho se verificou que não desempenhavam papel de relevo que justificasse a sua subsistência. Por esse motivo, na revisão constitucional de 1959 foram extintas, voltando-se às autarquias distritais... A restauração da autarquia distrital em 1959 trouxe consigo um grave problema: o de determinar as atribuições próprias da nova autarquia. A falência das províncias foi proveniente de não terem atribuições cuja necessidade e utilidade se impusesse (até porque foram incapazes de realizar o planeamento regional que em 1936, com notável antecipação sobre outros países, o Código lhes cometeu). Passar essas atribuições para o distrito, com circunscrições mais reduzidas, menos população e menores receitas seria agravar o mal. Deste modo, no Decreto-Lei n.º 42.536 concebeu-se o distrito como uma autarquia super-municipal destinada a reunir os esforços dos municípios, a orientá-los e apoiá-los. Às suas atribuições são sobretudo de fomento e de cultura (arts. 311.º e segs.), avultando entre as primeiras a criação de serviços de estudos e projectos e de assistência técnica aos municípios, bem como de parques de máquinas e de outro equipamento a utilizar por eles. Assim, o distrito poderá suprir, em matéria de obras públicas sobretudo, as deficiências da administração municipal, pondo ao dispor dos concelhos mais pobres os técnicos, a experiência e o material que eles não poderiam ter por si sós”.

Marcelo Caetano

(Jurista, Professor Universitário, Revisor do Código Administrativo em 1959), 1960<sup>48</sup>

“A Administração Pública vê-se assim perante este grave e fundamental problema: no momento em que se lhe exige um esforço de maior responsabilidade na orientação e direcção de uma economia dinâmica, em plena expansão, não tem funcionários qualificados para tal esforço nem utiliza métodos que permitam aumentar a sua eficiência funcional. Continua enleada numa disciplina financeira rigorosa e presa a regulamentos antiquados com formalidades que traduzem a sistemática desconfiança dos governantes em relação não só aos administrados como aos próprios funcionários. Daí as queixas que constantemente se escutam da parte dos particulares, os quais encontram na Administração pública um travão das iniciativas, em vez do estímulo e apoio de

<sup>47</sup> Marcelo Caetano, *Notas ao novo Código Administrativo: A divisão do território*, in ‘O Direito: Revista de Jurisprudência’, Ano 69, n.º 4, Lisboa: Abril 1937, p. 99

<sup>48</sup> Marcelo Caetano, *Manual de Direito Administrativo*, 5ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 1960, pp. 369-370 e 402

que careceriam. Tentativas isoladas, e por vezes bem sucedidas, de modificação deste estado de coisas, não resolvem a dificuldade: importa uma renovação extensa e profunda, uma verdadeira reforma administrativa tendente a ajustar a máquina do Estado às suas novas funções. Quais os pontos fulcrais em que deve incidir essa reforma? Como sucede na maioria dos outros países, há quatro problemas fundamentais na Administração Pública portuguesa: o do funcionalismo, o da orgânica dos serviços, o dos métodos de trabalho e o das relações com os administrados”.

Marcelo Caetano  
(Jurista, Professor Universitário), 1966<sup>49</sup>

“Noutras ocasiões já sugerimos um esboço de divisão regional do continente, para efeitos de desenvolvimento planeado, em quatro grandes regiões: Uma, constituída pelas províncias do Minho, Douro Litoral e Trás-os-Montes e Alto Douro; Outra, abrangendo as Beiras – Litoral, Alta e Baixa; Ainda outra, com a Estremadura, Ribatejo e Alto Alentejo; Finalmente, o Baixo Alentejo e o Algarve.”

Francisco Pereira de Moura  
(Economista, Professor Universitário, Consultor do STPC), Março 1967<sup>50</sup>

“A ideia dos planos regionais lá vinha, pois, há 31 anos, bem explícita. Era cedo. Nenhuma junta de província lhe pegou. As províncias morreram, não por serem úteis ou inúteis, mas por não terem encontrado quem, nos órgãos locais e no Governo, lhes desse corpo e alma. Desaparecidas elas e findado em 1959 o texto legal que as regia, levantou-se então por esse País a ânsia do planeamento regional. Não sei se as onze províncias de 1936 seriam as regiões convenientes para a obra de fomento agora contemplada e se as suas capitais eram os pólos de desenvolvimento ajustados às necessidades. Admito que não fossem. *Mas do que tenho a certeza é de que será mais difícil promover o desenvolvimento de regiões sem instituições e estruturas administrativas próprias do que naquelas que as tenham. Como não se me afigura provável que o legislador ressuscite províncias ou crie regiões administrativas condizentes com as regiões económicas a desenvolver, teremos pois de nos contentar com simples comissões coordenadoras e executivas onde, na ordem regional, estejam representados os diversos serviços e entidades locais que devam participar na acção de fomento. Coordenação sempre difícil, como de início notei, e sobretudo se à frente de tais comissões e do seu órgão executivo não estiver um presidente que seja o delegado especial do Governo e da sua confiança, aquele comissário com funções de ligação e de inspecção de que se falava há momentos.”*

Marcelo Caetano  
(Jurista, Professor Universitário), Maio 1967<sup>51</sup>

49 Marcelo Caetano, *Problemas Actuais da Administração Pública Portuguesa*, in ‘O Direito’, Ano 98, n° 4, Lisboa, Out./Dez. 1966, pp. 321-335 (Trad. portuguesa do artigo publicado no n° 100 da revista espanhola ‘Documentación Administrativa’)

50 Francisco Pereira de Moura, *Esboço de Divisão Regional em Portugal*, in *Brotéria*, Vol 84, n° 3 (Março), Lisboa, 1967, pp. 291-301

51 Marcelo Caetano, *Aspectos institucionais do Fomento Regional: A Função dos Municípios*, Conferência no Colóquio sobre Desenvolvimento Regional (Abrantes, 18 Maio 1967), in ‘O Direito: Revista de Jurisprudência’, Ano 99°, n° 4, Lisboa, 1967, pp. 293 e s.

“Os aspectos da planificação regional nos exemplos apontados não compreendem meramente a produção de energia, o abastecimento de águas, ou a navegação. Vão mais longe, porque dizem respeito à vida de nós todos, como unidade demográfica e económica, e têm de considerar a questão financeira, social, económica e, sobretudo, moral. É o conjunto que deve ter-se em conta: os problemas industriais e os agrícolas, o poder de compra ou rendimentos e sua repartição, os consumos, os investimentos e sua influência nos meios de pagamento, tudo o que pode afectar, directa ou indirectamente, a comunidade e a vida da pessoa humana, que, como dizíamos há pouco, é, e deve ser, o foco central de todos os sistemas de planeamento económico... Mas não acabaremos as ligeiras notas hoje explanadas sem repetir e reiterar a importância que o homem tem em si mesmo nos resultados da aplicação de qualquer tipo de planeamento até agora explicado. Sem uma boa compreensão por parte da opinião pública e seu tácito consentimento; sem a certeza de que na formulação e execução dos planos não poderão intervir estorvos de natureza material, política ou mental; sem as condições financeiras e sociais propícias ao custeio de obras que têm de ser executadas rapidamente; sem medidas relativas a resultados e benefícios que têm de ser absorvidos pelos consumos, através de um poder de compra adequado, todos os planos, até os mais bem concebidos, estão antecipadamente condenados à falência.”

José Dias de Araújo Correia  
(Engenheiro, Deputado), 1951<sup>52</sup>

“Deixaremos então perecer a Europa - este continente ao qual a civilização moderna teve o que tem de mais precioso na Filosofia, e na Arte, na Ciência e na Técnica, e do qual irradiaram para o resto do orbe, generosamente, as concepções, as invenções e as formas de vida que os outros povos hoje utilizam, mesmo quando delas desdenham? É certo que o que individualiza a Europa é a sua Cultura, o seu espírito portanto. A Europa é um espírito. Mas nenhum espírito pode subsistir nesta condição terrena, que é a nossa, sem um invólucro, uma base material. Se a independência das Nações me parece indispensável à manutenção do espírito europeu, já que na diversidade das tradições e na pluralidade das maneiras e dos estilos que resultam dos particularismos nacionais tem a cultura ocidental aurido o melhor da sua riqueza humana, - nada impede que os Estados europeus colaborem mais intimamente entre si na prossecução de fins comuns, pondo ponto a velhas rivalidades que só têm concorrido para as suas dificuldades presentes. A actual comunidade dos Seis tem uma população à roda dos 170 milhões de habitantes e o seu comércio externo representa 1/5 do valor do comércio mundial. A sua produção de carvão é um sétimo da produção de todo o Mundo, e produz a quinta parte do aço também em relação à produção mundial. Estamos, portanto, perante uma realidade muito séria e que seria imprudente desconhecer.”

Marcelo Caetano  
(Jurista, Ministro da Presidência), 1958<sup>53</sup>

<sup>52</sup> José Dias de Araújo Correia, 1894-1978, *Planificação Regional*, in ‘Elementos de planificação económica’ (Lições proferidas no Centro de estudos económicos e financeiros da Associação Comercial do Porto em 1951), Lisboa: Imprensa Nacional, 1952, pp. 153-213

<sup>53</sup> Marcelo Caetano, *Discurso do Ministro da Presidência no Congresso dos Economistas e da Indústria Portuguesa*, In Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais, Ano IX, nº 440, Lisboa, 5 Junho 1957, pp. 297-305



“A história do nosso planeamento compreende, na Metrópole e até hoje, três fases: Na 1ª introduziu-se nos serviços públicos a prática de subordinar a resolução dos grandes problemas nacionais à disciplina de um programa administrativo e financeiro para cada caso, que permitisse a acção contínua por vários anos com a garantia de inscrição orçamental dos recursos necessários. É a fase dos programas parciais isolados. A 2ª corresponde ao I Plano de Fomento e nele se dá a junção de alguns programas isolados num plano de conjunto, embora parcial ainda, que permite a hierarquização das necessidades e já contempla o concurso da iniciativa privada e uma intervenção no mercado de capitais. A 3ª abre-se com o II Plano de Fomento, que deixa de ser mero programa disciplinador das despesas extraordinárias do Estado, para ambicionar traçar o programa da política económica a desenvolver pelo Governo num prazo dado. Os investimentos e a intervenção na actividade privada aparecem aqui como simples processos de realização dessa política, que se propõe obter resultados concretos e expressos em cifras ao cabo do período do Plano, de acordo com as tendências estatísticas verificadas e os efeitos directos e induzidos da acção programada... De um modo ou de outro, os Planos de Fomento são normas de disciplina da Administração pública e da gestão financeira do Estado. Permitem à Nação tomar consciência dos seus problemas e da forma de lhes dar solução. Habilitam o Governo a adoptar uma política económica a largo prazo e a prosseguir-la com regularidade e sem hesitações, adoptando as providências necessárias para modificar causas profundas de atraso, de estagnação ou de lento desenvolvimento económico e social. Se é certo que, como de todas as coisas, deles se pode fazer bom ou mau uso, a verdade é que um governo honestamente interessado no bem-estar colectivo só tem a lucrar em trabalhar segundo planos conhecidos, de modo que o País com ele partilhe as mesmas esperanças e concorra nos mesmos propósitos. Por isso, não creio que haja a reear dos planos de fomento; e considero obra derrotista e de mau patriotismo guerreá-los ou prejudicar a sua execução”.

Marcelo Caetano  
(Jurista, Ministro da Presidência), 1959<sup>54</sup>

“Considerando as experiências alheias, já apontadas, e os resultados que delas advieram para os próprios países que as empreenderam, crê-se que o êxito da execução do Plano de Fomento português poderá ser altamente valorizado com a sistemática elaboração de planos regionais de desenvolvimento económico. Na sequência, portanto, da execução desse Plano, reveste particular importância a elaboração dos programas de desenvolvimento regional, para garantir, à escala das realizações localizadas, a consecução dos objectivos globais de interesse para a expansão da economia nacional... Não existe, portanto, na estrutura da Administração, qualquer organismo capaz de promover e coordenar, integrando-os em planos de desenvolvimento regional devidamente articulados, os estudos e realizações da competência dos vários departamentos do Estado”.

José do Nascimento Ferreira Dias  
(Engenheiro, Professor do IST, Ministro da Economia), Fevereiro 1961<sup>55</sup>

<sup>54</sup> Marcelo Caetano, *O Planeamento Económico em Portugal*, in Colóquios sobre o II Plano de Fomento (Ultramar), Estudos de Ciências Políticas e Sociais, n.º 21, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1959, p. 2-16 p;

<sup>55</sup> José do Nascimento Ferreira Dias, *Proposta de Decreto-lei 520/61*, in Actas da Câmara Corporativa, 123, 22 Fev. 1961, p. 1231-1244;

“Agora não se tratará de meras comissões consultivas, antes de autênticas comissões, departamentos ou ‘juntas’, se se quiser, mas verdadeiramente empenhados no desenvolvimento económico da sua região: fazerem-se ouvir na determinação dos objectivos gerais da política para a região, disporem de serviços técnicos de planeamento para traçar os correspondentes planos e acompanharem a respectiva execução pelos organismos de âmbito regional que vierem a ser estabelecidos. O facto de disporem de serviços técnicos próprios dar-lhes-á a audiência que a simples representação de interesses já não garante neste século da linguagem, do ferramental analítico e do prestígio da ciência aplicada. E a ligação directa dos técnicos trabalhando em cada região com as representações das forças vivas e actuates localmente permitirá a estes melhor inserção nos problemas regionais e garantirá a preparação de planos com mais condições de êxito na execução.”

Francisco Pereira de Moura  
(Professor do ISCEF, Procurador à Câmara Corporativa), Dezembro 1962<sup>56</sup>

“Sente-se que a política económica regional está agora a iniciar os primeiros passos em Portugal. O Sr. Ministro da Economia tem dedicado a sua atenção no sentido de regionalizar as políticas de desenvolvimento. Recentemente anunciou que ia ser criada uma comissão de desenvolvimento económico para o Alentejo e Algarve. Creio bem que outra comissão será brevemente criada para o desenvolvimento económico da região de Trás-os-Montes e outras se irão sucessivamente criando. Tudo aconselha que seja encarado de frente o problema do planeamento e desenvolvimento económico regional, mas não um planeamento de tipo soviético, em que matéria é tudo e o homem nada. O planeamento e desenvolvimento económico português terão em vista a valorização do homem e o respeito sagrado pela sua dignidade”.

Manuel Engrácia Carrilho  
(Engenheiro Agrónomo, Deputado), Dezembro 1963<sup>57</sup>

“A compartimentação regional do espaço continental terá, portanto, por objectivo estabelecer uma base de planeamento a nível espacial mais baixo que o nacional, mas sem que essa divisão corresponda ao desejo de dar satisfação a quaisquer fortes correntes regionalistas, e donde derive a necessidade de reestruturar as nossas estruturas administrativas em conformidade com um modelo mais próximo daquele que os federalistas sugerem. Pois, do Minho ao Algarve não há uma vera ‘consciência regional’, como não existem diferenciações raciais, linguísticas, étnicas, ou mesmo económicas, que alimentem um tal estado de espírito. O Território continental é, quiçá, um dos países mais homogéneos – sob todos esses aspectos – quer da Europa, quer do mundo, o que significa que os problemas regionais do nosso desenvolvimento económico obedecem a preocupações próprias, não legitimando a transposição pura e simples de esquemas estabelecidos

<sup>56</sup> Francisco Pereira de Moura, *Parecer n.º 7/VIII sobre o Projecto de decreto-lei n.º 520/VII*, in ‘Actas da Câmara Corporativa’, N.º 30, 10 Dezembro 1962

<sup>57</sup> Manuel Engrácia Carrilho, *Intervenção do Deputado de Viseu (VIII legislatura)*, Diário das Sessões, n.º 106, de 13 Dez. 1963, pp. 2746-2749

em países menos homogéneos e nos quais o ‘óptimo’ de cada região tenha um peso relativamente maior do que o ‘óptimo’ nacional”.

Rui da Conceição Nunes  
(Economista, Professor da FEP), 1967<sup>58</sup>

“Só uma decidida política de conjunto apresentará, assim, perspectivas de êxito na correcção das disparidades económicas regionais. Terá soado a hora do seu aparecimento? Lembremos, a este respeito, que em face de contribuição negativa do IIº Plano de Fomento para o equilíbrio económico regional (a execução desse plano em 1959-1962, único período conhecido, caracterizou-se por uma forte concentração do investimento em pólos de desenvolvimento existentes), foi apresentada a justificação de que, na fase de “arranque” de economia portuguesa a que terá correspondido o IIº Plano de Fomento, melhor convinha um processo de desenvolvimento concentrado nos pólos já existentes. Seja esta explicação tecnicamente aceitável ou não, ela surgiu “a posteriori”, justificando o que aconteceu, porque aconteceu. Neste momento, em que a passividade perante o avolumar das disparidades regionais de desenvolvimento parece reflectir-se numa desaceleração do ritmo do crescimento económico global, o problema está em saber até que ponto, nas condições vigentes, é possível delinear e executar uma política eficiente de desenvolvimento regional”.

João Cravinho  
(Engenheiro), Maio 1967<sup>59</sup>

“O corolário de que o desenvolvimento económico máximo a nível nacional conduzia automaticamente à obtenção de ritmos óptimos de desenvolvimento regional também acaba por ser desmentido. Basta pensar, por exemplo, no caso do crescimento nacional numa óptica de curto período e numa óptica de longo período. Em curto período, pode conseguir-se uma taxa óptima de crescimento mesmo sem a realização expressa duma planificação espacial, no entanto aperceber-se-á facilmente que o desenvolvimento nacional foi obtido à custa de afectações não óptimas dos recursos e da consequente criação de desequilíbrios regionais. Em longo período, estes desequilíbrios revelar-se-ão cada vez menos suportáveis económica e socialmente, pois geram condições que comprometem o próprio desenvolvimento nacional. Estas considerações superficiais bastam para justificar a introdução da variável espaço, enquanto variável autónoma, na análise do desenvolvimento económico. Toda a planificação realizada a nível global e sectorial deve portanto ser acompanhada de medidas de política tendentes à organização do espaço. Isto supõe a fixação de objectivos, que para serem coerentes, terão que ter em conta a estrutura e as potencialidades regionais e inter-regionais, o que significa que a programação regional supõe a análise regional.

<sup>58</sup> Rui da Conceição Nunes, *Alguns aspectos económicos do desenvolvimento regional português*, Boletim de Ciências Económicas, Vol. XI, Coimbra, 1967

<sup>59</sup> João Cravinho (Pseud. S.C.), *Desenvolvimento Regional no III Plano de Fomento*, in “O Tempo e o Modo”, nº 49, Lisboa, Maio 1967, p. 514-515;

Trata-se dum trabalho verdadeiramente interdisciplinar, a que são chamados a dar a sua contribuição, economistas, geógrafos, sociólogos, urbanistas, engenheiros, arquitectos, etc.”

Manuel Brandão Alves  
(Economista, Professor do ISCEF), 1969<sup>60</sup>

“É por não terem mercados, nem mão-de-obra tão barata como anteriormente; é por não verem prosseguir as infra-estruturas, nem receberem directivas firmes por parte do Estado; é por não acreditarem na permanência e viabilidade da actual política económica - é por tudo isto que os empresários portugueses deixaram de investir e de fazer projectos, lançando a economia nacional na incerteza e na decadência. Recessão conjuntural? Não: profunda e difícil exigência de mutação das estruturas e do sistema económico-político-social...De modo que uma análise científica que tivesse sido feita por volta de 1960 permitiria prever, em prazo de certo modo ainda longínquo, o esgotamento do processo e do modelo de desenvolvimento português.”

Francisco Pereira de Moura  
(Economista, Professor do ISCEF, Candidato a Deputado), 1969<sup>61</sup>

“Com efeito, o centralismo político, forma de organização do Estado moderno, corresponde, traço por traço, às necessidades de concentração de capital e é o instrumento político que, desde a Revolução Industrial, tem servido para alicerçar e promover essa concentração. Dentro desta perspectiva, os planos de desenvolvimento regional, para além da marginal melhoria das condições de vida das populações afectadas, podem exercer duas funções: por um lado, assegurar a coesão do corpo social, impedindo, mesmo com o efeito de diminuir a rendabilidade global dos capitais investidos, a desertificação de uma parcela do território, ou seja, o desaparecimento de uma base de expansão do modo de produção dominante e a extinção do exército de reserva de trabalhadores; por outro lado, podem, efectivamente, os planos prolongar o equilíbrio das classes que compartilham o Poder, mesmo que isso se salde por atraso no processo de concentração do capital”.

Armando Trigo de Abreu  
(Engenheiro Agrónomo, Investigador do CEEA-FCG), Dezembro 1970<sup>62</sup>

“À luz das realidades actuais da maior parte das regiões do país não podemos esquecer que o desenvolvimento regional não terá lugar sem forte aceleração da capacidade realizadora do sector público...Em primeiro lugar a necessidade de adaptação dos serviços públicos regionais às exigências do desenvolvimento - desburocratizando os serviços, descentralizando regionalmente parte das competências concentradas em Lisboa, adaptando as áreas das suas circunscrições às áreas de acção regional, criando mecanismos de coordenação dos serviços e dos seus programas de fomento regional. Torna-se com efeito indispensável reduzir o peso excessivo da sua absorção

<sup>60</sup> Manuel Brandão Alves, *Algumas aplicações de modelos gravitacionais ao caso português*, in *Análise Social*, Vol. VII, 1969 (n.º 27-28), pp. 763-779

<sup>61</sup> Francisco Pereira de Moura, *Para Onde Vai a Economia Portuguesa?* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1969

<sup>62</sup> Armando Trigo de Abreu, *Concentração e Desenvolvimento Regional*, in *'Agros'*, Ano 53, n.º 1-6, Lisboa: AEISA, Jan./Dez. 1970, pp. 27-35

burocrática orientando-os mais claramente para a dinamização e o fomento económico e social das regiões onde se encontrem implantados. A reconversão dos métodos da administração implicaria neste sentido maior capacidade de intervenção activa nas actuações abrangidas pelos planos de desenvolvimento o que em larga medida há-de conseguir-se através da menor dispersão e multiplicidade de delegações regionais, e da maior desconcentração e descentralização das decisões dos serviços centrais. Haverá portanto que dar concretização à orientação fixada no Plano de Fomento de ajustar os limites das circunscrições regionais dos diversos departamentos às áreas das regiões e sub-regiões prevista no decreto-lei n.º 48.905, de Março de 1969, facilitando a melhor coordenação entre os serviços e com as Comissões de Planeamento. Uma resposta eficaz por parte do sector público aos problemas do desenvolvimento regional implica que os diversos serviços localmente implantados funcionem em uníssono, o que hoje não acontece. É em regra bem mais fácil a articulação de qualquer delegação regional com a respectiva direcção-geral em Lisboa, do que entre dois serviços regionais localizados portas-meias e às vezes até do mesmo ministério. Sem uma modificação do estilo de trabalho dos serviços regionais estarão longe de se esgotarem as suas possibilidades de contribuir para o desenvolvimento das regiões”

João Salgueiro

(Economista, Subsecretário de Estado do Planeamento Económico), Dezembro 1970<sup>63</sup>

“Subsistem, pois, algumas dúvidas...E estas surgem, antes de mais, a propósito da debilidade por demais acentuada da orgânica instituída, servida por meios tão desproporcionados à magnitude das tarefas a cumprir, assente num tão aleatório esquema de colaborações voluntárias e tão precariamente inserta no actual quadro dos meios de acção regional, que as Comissões de Planeamento emergem do próprio diploma que as instituiu como dificilmente capazes de corresponder ao que se pretendia que fossem - e muito menos ao que deveriam ser. A experiência alheia tem demonstrado que qualquer projecto de reforma regional carece de ser acompanhado de uma profunda reestruturação administrativa. Mas, com reforma regional ou sem ela, a descentralização e a paralela desconcentração do poder de decidir são hoje a palavra de ordem das Administrações que pretendem evoluir em termos que lhes permitam ajustar-se e corresponder às necessidades dos novos tempos”.

João Mota de Campos,

(Jurista, Presidente da CPRN), 7 Junho 1971<sup>64</sup>

“Caminharemos, deste modo, para uma autêntica descentralização assente no fortalecimento dos chamados corpos intermédios e na sua perfeita integração na política geral do País, que só ao Governo cabe definir e executar. Quando assim não seja e não se favoreça o exercício de poderes autónomos, nem se respeitem os direitos próprios desses mesmos corpos intermédios ou quando não se tenha a segurança de que esses direitos e esses poderes gravitam em volta do centro, cuja presença, muito viva, é indispensável à mesma descentralização, não estaremos no terreno firme dos bons

<sup>63</sup> João Salgueiro, *Discurso do Subsecretário de Estado do Planeamento Económico na Abertura*, in Colóquio para o Desenvolvimento do Distrito de Vila Real (5 a 9 Dezembro 1970): Comunicações e conclusões, Vila Real: Governo Civil, 1970, 604 p

<sup>64</sup> João Mota de Campos, *Discurso na posse como Presidente da CPR Norte*, in ‘Diário de Notícias’, de 08.06.1971, pp. 1 e 9.

princípios. Efectivamente, descentralizar não é desconcentrar serviços; descentralizar não é permitir que cada região gire fora da órbita do centro; descentralizar não é enfraquecer o tecido da Nação incrustando nele, geometricamente, uma tecnocracia distante e planificadora a controlar uma população abúlica mais ou menos vitaminada, vacinada e revacinada. A descentralização caminha em paralelo com a própria civilização e, por isso, também não é situação que resulte de mera decisão legislativa”.

António Gonçalves Rapazote  
(Jurista, Ministro do Interior), 24 Junho 1971<sup>65</sup>

“A origem e as condições da nomeação do Presidente da Comissão levam-nos a considerá-lo como um qualificado delegado do poder central ao nível das Regiões; o que, conjugado com a função de “coordenação regional dos serviços técnicos dos vários Ministérios com competência local” ou, como a lei refere também em termos mais amplos, de “coordenação dos meios de acção regional”, traduz satisfatoriamente o apontado propósito de desconcentração ou delegação de competências, na medida em que se confia a um escalão de nível regional um poder de coordenação que até então era uma prerrogativa exclusivamente exercida ao nível de Governo. Tal *desconcentração* ou delegação de poderes é, manifestamente, formulada sem a desejável clareza. Mas é um salutar princípio que se afirma, uma necessidade que se exprime – e tudo isto serve para apontar um caminho que assim ficou aberto. A par da pessoa do Presidente deparamos com os vogais da Comissão designados, livremente, pela respectiva Junta Distrital. A fonte e condições de nomeação dos vogais, entre os quais se elegerá o Vice-Presidente do Organismo, significam que as Comissões de Planeamento podem verdadeiramente considerar-se como Instituições regionais que a administração central não amolda ou domina – antes se apresentam como genuína emanção ou expressão de um quadro social local, vivo e actuante, em que as Juntas Distritais, fortemente representativas, podem recrutar os elementos mais válidos e predispostos para um serviço público altamente qualificado e desinteressado. Ora, tendo presentes as atribuições – que a lei confere às Comissões de Planeamento – de coordenação dos elementos representativos da região quanto às necessidades e aspirações respeitantes ao seu desenvolvimento económico e social; - de colaboração na preparação dos planos de fomento e no acompanhamento da sua execução; - e de promoção da coordenação dos diversos meios de acção regional, claro se torna que foi esboçado um esforço de *descentralização* administrativa, na medida em que os órgãos estaduais confiaram a uma instituição regional, que lhes não está hierarquicamente subordinada, uma intervenção efectiva em domínios que até então haviam sido área de acção exclusiva dos serviços públicos de nível central. Sem prejuízo da debilidade e até das imperfeições formais com que este princípio de descentralização aparece formulado, saudámo-lo com regozijo, porque ele marca um rumo que suposto coincide com a direcção em que esforços mais amplos irão ser desenvolvidos”.

João Mota de Campos  
(Jurista, Ministro de Estado), 8 Janeiro 1972<sup>66</sup>

<sup>65</sup> *Discurso na posse do Governador Civil de Viana do Castelo*, in ‘Ao compasso da Renovação II (1969-1971)’, Lisboa: Ministério do Interior, 1971, p. 236

<sup>66</sup> *Discurso do Ministro de Estado no Encerramento do Encontro dos Grupos de Trabalho da CPR Norte*, Ofir, 8 Janeiro 1972

“O meu ponto de vista sobre o funcionamento das comissões regionais e a sua orgânica é todo outro. “A coordenação dos meios de acção regional” sejam meramente privados, sejam serviços públicos ou organismos corporativos - estes bastante esquecidos - sejam as próprias autarquias, é cometida às comissões regionais em ordem à recolha de estudos e informações relativas à preparação dos planos de fomento e à mobilização gratuita dos valores regionais para o progressivo enriquecimento da comunicação humana que está na base da compreensão do próprio fenómeno do desenvolvimento. Planear não é desenvolver e reformar estruturas pode ser retroceder. Nem estruturas administrativas, nem técnicas, nem competências, nem poderes, nem disciplinas hierárquicas, nem cheiro de autarquia estiveram no meu pensamento quando subscrevi a lei orgânica das comissões consultivas regionais. A descentralização administrativa favorece-se fortalecendo as autarquias existentes, dando-lhes vigor e autenticidade e nunca dissolvendo-as na região. As comissões regionais podem servir esta descentralização, reduzindo os egoísmos locais e obrigando à reflexão dos problemas do planeamento. Não me parece, no entanto, que contribuam para essa desejável descentralização quando se arvoram em órgãos representativos em lugar de ouvir atentamente os interesses e as autarquias sem o propósito de os coordenar ou orientar, ou submeter à via única, mas de informar seriamente os serviços centrais do Plano. A colaboração da administração autárquica é naturalmente estabelecida com os serviços centrais dos respectivos ministérios, a quem competirá definir, em conformidade com o plano aprovado, e já na fase executiva, o terreno do trabalho comum. Trata-se de um problema da maior acuidade no plano político e administrativo e, por isso, ao manifestar-lhe a minha discordância quero pedir-lhe uma cuidadosa reflexão sobre tão delicada matéria”.

António Gonçalves Rapazote  
(Jurista, Ministro do Interior), 9 Janeiro 1972<sup>67</sup>

“O País tem sentido dificuldade em encontrar convicções de base. Daí a problemática do arranque para um desenvolvimento acelerado, que nos tranquilize quanto à progressiva aproximação de um espaço económico de contexto europeu. O fluxo das ideias e a corrente dos homens abriram-no já em definitivo. A timidez nacional fica patente na lentidão com que os sucessivos planos de fomento ousam tentar suaves arrojos. De meros programas indicadores até efectivos planos de acção concreta, imperativa e localizada - que trânsito difícil e penoso vamos percorrendo!... Os primeiros conceitos para o lançamento de uma acção regional, surgidos em 1936, só em 1969 viram expressão concreta em órgãos e estruturas - as Comissões Regionais - votadas ao estudo e coordenação de empreendimentos, bem assim à dinamização das capacidades e potências das regiões, com vista a uma tomada de consciência, face aos seus iniludíveis direitos de iniciativa e decisão descentralizada”.

António Eduardo Carneiro  
(Engenheiro Silvicultor, Presidente da CPRN), 29 Fevereiro 1972<sup>68</sup>

<sup>67</sup> Carta do Ministro do Interior ao Ministro de Estado, discordando do discurso deste na Sessão de Encerramento de Ofir, Lisboa, 9 Janeiro 1972

<sup>68</sup> Discurso na posse como Presidente da CPR Norte, in ‘No Alvorecer do Desenvolvimento Regional’, Porto: CPR Norte, 1972.

“Julga-se como conveniente a existência de regiões-plano para cujos órgãos administrativos se deverá descentralizar grande parte das funções decisórias que hoje constituem incumbência de órgãos centrais demasiado sobrecarregados e, por conseguinte, com graus sofríveis de desempenho das mesmas...A nível inferior ao das regiões-plano e superior ao dos municípios deverá haver um escalão administrativo intermédio. Parece formar-se o consenso de que os actuais limites distritais não correspondem a qualquer espécie de realidade físico-sócio-económica, ganhando favor o retorno a um escalão do tipo das antigas províncias que não só tem algum significado naquele sentido, como também exibem dimensões mais consentâneas com a progressiva institucionalização e manutenção de órgãos técnicos e administrativos de escala conveniente...”

Luís Valente de Oliveira

(Engenheiro Civil, Director do Gabinete Técnico da CPRN), Nov. 1974<sup>69</sup>

“Não pouco abundantes, muito naturalmente, se bem que menos fortes no plano das opções de fundo, são os traços das Constituições portuguesas anteriores que perduram. A Constituição de 1976 restaura a legalidade democrática, reafirma a democracia política, reabre o Parlamento, mas não repõe a ordem liberal individualista; o seu intervencionismo social e económico, mesmo se de rumo oposto, só pode cotejar-se com o da Constituição de 1933; já o dualismo da chefia do Estado e do Governo é, como se disse atrás, uma constante do Direito português; e numerosos são os institutos que ou vindos de longe ou vindos de 1933 (por exemplo, alguns dos respeitantes à função legislativa e ao Governo) são recebidos ou consagrados”.

Jorge Miranda

(Jurista, Professor Universitário), 1981<sup>70</sup>

“Regionalização: conjunto de reformas institucionais que, integradas num processo evolutivo ao longo do tempo, conduzam à criação de instituições regionais e ao reforço das sua capacidade de decisão autónoma. (...) O processo de regionalização implica as operações de desconcentração e descentralização. (...) Não se trata de pulverização do poder, nem da conseqüente desagregação do Estado; trata-se antes duma valorização plena do todo pela valorização dos elementos integrantes: pessoas, culturas, recursos e interesses.”

José da Silva Peneda

(Economista, Vice-Presidente da CPRN) 1982<sup>71</sup>

“Os principais investimentos da Lei de Reconstituição Económica de 1935 foram canalizados para estradas, portos, barragens de irrigação, edifícios públicos e gastos de defesa, num leque de iniciativas que faz lembrar as medidas do New Deal de Franklin D. Roosevelt, e que lançava as bases para os futuros planos de fomento. Mais uma vez, ouçamos a doutrina de Salazar ‘É pensamento dominante da Administração nada se fazer sem Plano’. Assim, ainda em 1935, lançou-se um Plano

<sup>69</sup> *Subsídios para definição de compartimentos regionais e sub-regionais*, in ‘Contribuições para o ordenamento do território na Região Plano Norte’, Porto: CPRN, Novembro 1974, pp. 17-48;

<sup>70</sup> Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, Tomo I, Coimbra: Coimbra Editora, 1981, pp.247-275 e 311-321.

<sup>71</sup> José da Silva Peneda, *Regionalização e Ordenamento do Território*, in ‘Nação e Defesa’, n.º21, Jan./Mar. 1982, p. 45-59





“...a política regional é muito mais exigente do que qualquer outra política sectorial, porque reclama uma visão estratégica dos problemas e um conhecimento prévio mais rigoroso da realidade do País. Para quem está no planeamento regional a sua grande vantagem é a proximidade do terreno, teatro da acção. O grande privilégio é ter acesso ao conhecimento revelador de dinâmismos e possibilidades locais. Ser capaz de detectar bloqueamentos estruturais ou administrativos para ultrapassar embaraços e libertar recursos por aproveitar, é um imperativo de consciência e um motivo de satisfação pessoal. Muitas vezes o que importa no planeamento regional é a contribuição para a hierarquização da decisão. Muitas pessoas têm boas ideias embora as não tenham ordenadas, nem quantificadas e raramente hierarquizadas. Nesta medida o Planeamento pode contribuir para obter uma maior rentabilidade social dos escassos meios disponíveis e da energia das pessoas envolvidas neste processo”.

Luís Braga da Cruz

(Engenheiro Civil, Presidente da CCR Norte), 1995<sup>75</sup>

“A desconcentração territorial da Administração deverá adoptar apenas duas bases territoriais – NUTE II e Distritos. A base territorial de desconcentração da administração correspondente às NUTE II será aplicada aos domínios de actuação da Administração que, associadas à concretização de políticas públicas nacionais, conheçam ou se adequem à consagração de diferenciações territoriais – especialmente relativos à execução das políticas públicas que respeitam a intervenções de natureza económica e social ou prosseguem finalidades nesses domínios. A base territorial de desconcentração da Administração correspondente aos Distritos será aplicada à concretização de políticas públicas nacionais que não sejam susceptíveis ou adequadas a diferenciações territoriais – em particular nos domínios da segurança, da protecção civil, da justiça e da organização de processos eleitorais. Considera-se adequado perspectivar a convergência gradual entre os Distritos e as NUTE II – devendo ser ponderada a correspondente metodologia e calendário, relativamente aos quais se apresentam como alternativas a adaptação dos limites territoriais dos Distritos ou a modificação da delimitação espacial das NUTE II...”

Nuno Vitorino

(Economista, Missão p/ a Reforma da Organização Territorial da Administração do Estado),  
Janeiro 2001<sup>76</sup>

“Comparemos então, nas suas grandes linhas, os traços mais característicos do nosso Direito Administrativo na última quinzena da Ditadura e na primeira quinzena da Democracia. Foi no capítulo da organização administrativa que as rupturas com o antigo regime se manifestaram de forma mais rápida e mais profunda... De uma administração fortemente centralizada e controlada, passou-se num ápice para um modelo amplamente descentralizado e dotado de considerável autonomia, quer no plano territorial, com as regiões autónomas e as autarquias locais,

<sup>75</sup> Luís Braga da Cruz, *Relações do Planeamento Regional com os outros níveis de Planeamento*, In ‘Estratégia e planeamento na gestão e administração pública - Fórum 2000: Renovar a Administração’ (Capítulo V:O Planeamento ao nível Central, Local e Regional), Lisboa: ISCSP, 1995, pp. 129-146

<sup>76</sup> *Relatório Final da Missão para a Reforma da Organização Territorial da Administração do Estado*, Lisboa: Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, Janeiro 2001, p. 13

quer no plano institucional desde...o ensino superior público, passando por muitos outros, até à mais recente coqueluche das 'entidades reguladoras independentes'...Por último, esboçou-se a conversão de um sistema administrativo concentrado no topo das hierarquias para um sistema tendencialmente desconcentrado. Contudo, a directiva constitucional (artº 267, nº 2) ainda está longe de ter sido plenamente cumprida, sobretudo no que toca à administração periférica do Estado”.

Diogo Freitas do Amaral  
(Jurista, Professor Universitário), 2007<sup>77</sup>

“É, seguramente, mais complicado, governar um sistema com elevados graus de descentralização do que um outro centralizado, no qual se definem medidas comuns para todos e não se tem de gastar energias em exercícios de coordenação, compatibilização de posições e, mesmo, de resposta às reivindicações de atenção ou de recursos financeiros. Mas, se já está provado que o impulso tem de ser múltiplo e vir de baixo e que é na criatividade que deve repousar o movimento geral, então não há possibilidade de escapar à variedade institucional e, portanto, à descentralização de funções e de responsabilidades”.

Luís Valente de Oliveira  
(Engenheiro, Professor Universitário, Ex Presidente da CCR Norte), 2007<sup>78</sup>

“Os poderes das Regiões administrativas serão, por definição, executivos, ligados a funções de governo e administração regionais nos planos económico, social, ambiental e cultural, nos domínios com maior sensibilidade ao território. São os casos do desenvolvimento económico e empresarial, do ordenamento do território e do ambiente, da educação e formação profissional, da ciência e tecnologia, do turismo e da cultura, das acessibilidades, sistemas de transporte e logística, da agricultura e desenvolvimento rural e do apoio aos municípios e ao desenvolvimento local. Significa isto que as competências atribuídas por uma lei de 1991, aprovada então na Assembleia da República, são demasiado modestas e devem ser alargadas, à luz da experiência europeia neste domínio e das necessidades de coordenação territorial de políticas públicas com real impacto no desenvolvimento regional e local. Há hoje, de resto, um conhecimento muito amadurecido sobre os domínios das políticas públicas que ganhariam, em eficiência e eficácia, se exercidas a um nível de administração intermédio entre o poder central e o poder local...As Regiões administrativas oferecem a promessa de melhor capacidade de administração dos recursos públicos: estando mais próximos dos territórios, conhecer-se-ão melhor as necessidades, executar-se-ão as estratégias e os investimentos de desenvolvimento regional com maior eficiência, coordenar-se-ão melhor os diversos recursos disponíveis, desenvolver-se-ão sinergias e complementaridades entre sectores e serviços difíceis de conseguir com a actual dispersão da administração periférica do Estado. Trata-se de um erro pensar que a existência das Regiões administrativas pesará na

<sup>77</sup> Diogo Freitas do Amaral, *Última Lição*, Coimbra: Ed. Almedina, 2007

<sup>78</sup> Luís Valente de Oliveira, *Economia e Finanças da Desconcentração e da Descentralização em Portugal*, Comunicação ao Seminário 'Economia e Finanças da Descentralização', Porto: Universidade Católica Portuguesa / Associação Comercial do Porto, 16 Abril 2007, 36 p.

tributação do país. O Estado Central não é nenhum exemplo de parcimónia na utilização dos dinheiros públicos. O contrário é que é verdadeiro”.

Carlos Lage

(Licenciado em História, Presidente da CCDR-N), 2007<sup>79</sup>

“Entramos numa era de incertezas. Nunca a humanidade dispôs de tanta ciência, tecnologia e riqueza como agora e, no entanto, aumentam os receios e inquietações sobre o dia de amanhã, mesmo nos países e regiões mais ricos. Dizia ironicamente o jornal *Le Monde*: “*Les marchés aiment l’État*”, face à crise brutal que atingiu o sistema financeiro que o ameaça e colapsa, por causa da cegueira de um liberalismo selvagem. Talvez seja necessário inventar uma nova economia. E porque não? Apesar dos êxitos da física contemporânea que parece capaz de decifrar todos os segredos do infinitamente pequeno e do infinitamente grande, não dizem já os grandes teóricos da física que é preciso inventar uma nova física? Permitam-me que, para não me alongar mais, resuma o meu programa à sua ínfima essência e ele consiste em intensificar e aprofundar as relações económicas, sociais, científicas, políticas e culturais entre o Norte de Portugal e a Galiza. Sei muito bem que este é um desígnio que nenhuma pessoa ou instituição pode levemente ambicionar. São as sociedades, as atitudes das pessoas, a actuação das universidades, as políticas dos municípios e também dos governos, que contam. Mas sem um bom discurso, sem uma boa narrativa tenho para mim que não há boa acção transformadora. A linguagem não é um mero invólucro do pensamento ou um reflexo da realidade: «dizer também é fazer». Esta é a dimensão «performativa» da linguagem como escreveu John Austin no seu livro “*How to do Things words*”. Gostaria que fossem privilegiados os fenómenos culturais nos próximos anos, através das, múltiplas formas de contacto e intercâmbio e aprofundar o conhecimento e a fruição da cultura que se faz na Galiza e na Região Norte. O reforço da integração e o despertar do sentimento de pertença entre as duas Comunidades passa essencialmente por aqui: convivência cultural, conhecimento da criatividade nortenha e galega na música, nas artes plásticas, na arquitectura, na literatura, no teatro. Impulsionar a mobilidade das pessoas, das ideias, do conhecimento. Aqui cabe um grande papel ao surto das correntes turísticas entre os dois espaços, bem como a mobilidade de estudantes, cientistas, universitários e criadores. Precisamos de uma opinião pública euroregional, ainda que embrionária, e da formação de um espaço público comum, e para isso, há necessidade de actores, medias, públicos, cidades e lugares de referência. A opinião pública cultural é particularmente importante”.

Carlos Lage

(Licenciado em História, Presidente da CCDR-N), 2008<sup>80</sup>

<sup>79</sup> Carlos Lage, Entrevista do Presidente da CCDR Norte à Agência Lusa, 9 Maio 2007

<sup>80</sup> Carlos Lage, *Excerto da Intervenção do Presidente da CCDR Norte*, na Abertura da Assembleia Plenária da Comunidade de Trabalho Galiza/Norte de Portugal, Santiago de Compostela, 22 Setembro 2008

## I.3. Memorial

### I.3.1. O início do Planeamento (1935-1964)

A Lei de Reconstituição Económica de 1935<sup>81</sup> representa, em Portugal, um primeiro esforço de planeamento a prazo (15 anos) do investimento público (portos, estradas, comunicações, electrificação, florestação, hidráulica agrícola, etc.). Dez anos depois, no fim da IIª Guerra Mundial, escrevia o Eng.º Ferreira Dias<sup>82</sup>: “No caso português, em que não é razoável encarar de momento outro mercado para a indústria que não seja o interno, pode dizer-se que a agricultura é a grande cliente daquela, pela sua posição na economia nacional; e a indústria só tem vantagem em que esta viva próspera, porque não interessa a ninguém ter fregueses sem desafogado poder de compra”. Uma forma de dizer que o desenvolvimento do país passava por melhorar as condições tanto das áreas urbano-industriais como das agro-rurais, dado que o aumento da produção e da produtividade dependia da troca intersectorial de pessoas, técnicas, matérias-primas e produções. Contudo este processo foi lento, pois deparou com resistências sociais e políticas à mudança.

Herdeiro da Lei de Reconstituição Económica, o I Plano de Fomento (1953-1958)<sup>83</sup> é aprovado no fim de 1952 e iniciado em 1953, sob direcção do Conselho Económico. Com uma abordagem parcial, previu investimentos públicos (agricultura, vias de comunicação, meios de transporte) e incentivos ao investimento privado (agricultura, indústria e transportes). É criada a Faculdade de Economia do Porto e aprovado o Estatuto do Funcionamento da Comissão Luso-Espanhola destinada a regular o aproveitamento hidroeléctrico do troço internacional do rio Douro. Em 1954, um despacho de Arantes de Oliveira dá origem ao Plano de Rega do Alentejo. Funda-se a Siderurgia Nacional, SARL.

Em 1955, Marcelo Caetano<sup>84</sup> é nomeado Ministro da Presidência (1955-1958), com tutela sobre o I (execução) e II (preparação) Planos de Fomento<sup>85</sup>, apoiado em economistas dum gabinete de estudos do INE. Em 1957, dá-se início à construção da ponte da Arrábida (Porto) e às emissões

<sup>81</sup> Lei n.º 1914, de 24 de Maio de 1935.

<sup>82</sup> Cfr. *Linha de Rumo: Notas de Economia Portuguesa*, Lisboa: Clássica Editora, 1945, p. 164; José do Nascimento Ferreira Dias Júnior (Lisboa 1900-1966), Licenciado em Engenharia (IST). Colaborador da Revista Técnica (1925-1966). Engenheiro na CUF (1925). Assistente (1928) e Professor (1933) do Instituto Superior Técnico. Director dos Serviços Eléctricos da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos (1931). Presidente da Junta de Electrificação Nacional (1936). Subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria (1940-1944). Bastonário da Ordem dos Engenheiros (1945-1947). Membro do Conselho Superior da Indústria (1953). Como Procurador à Câmara Corporativa (1953-1958; 1965-1966) foi o Relator do Parecer n.º 3/VII sobre o Projecto do II Plano de Fomento: Continente e Ilhas (1959-1964). Ministro da Economia (1958-1962). Cfr. Rosas, Fernando, O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938), Lisboa, Editorial Estampa, 1986; Rosas, Fernando; Brito, José M.ª Brandão de, Rollo, Maria Fernanda (coord.), Dicionário de História do Estado Novo, Vol. II, Lisboa, Bertrand, 1996; Rollo, Maria Fernanda, 1945: *No fim da Guerra, uma Linha de Rumo para o País*, on-line: [www.ordemengenheiros.pt/LinkClick.aspx?link=Hist-1945-no+fim+da+Guerra.pdf&mid=6804](http://www.ordemengenheiros.pt/LinkClick.aspx?link=Hist-1945-no+fim+da+Guerra.pdf&mid=6804)

<sup>83</sup> Lei 2058, de 29 Dezembro 1952, aprova o I Plano de Fomento (1953-1958); Inspeção Superior do Plano de Fomento, *Relatório final da execução do I Plano de Fomento (1953-1958)*, Lisboa, 1959, 900 p; para maior detalhe ver, em II.1, o documento 1.

<sup>84</sup> Marcelo José das Neves Alves Caetano (Lisboa 1906-Rio de Janeiro 1980). Licenciado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde foi Doutor (1931), Professor e Director. Autor do *Manual de Direito Administrativo*, com 10 edições (1937-1973) e várias reimpressões. Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa (1940-1944). Ministro das Colónias (1944-1947). Presidente da Comissão Executiva da União Nacional (1947-1949). Presidente da Câmara Corporativa (1949-1955). Ministro da Presidência (1955-1958), com tutela sobre o Planeamento. Reitor da Universidade de Lisboa (1959-1962). Membro do Conselho de Estado. Presidente do Conselho de Ministros (1968-1974). Professor Universitário no Rio de Janeiro // Cfr. Maltez, José Adelino, *Marcello Caetano (1906-1980)*, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2007 - <http://maltez.info/marcelloorio.pdf>

<sup>85</sup> Caetano, António Alves, *A formação de quadros empresariais pelo ISCEF* depois de 1949 - [www2.egi.ua.pt/xxiiaphes/Artigos/a%20Caetano.PDF](http://www2.egi.ua.pt/xxiiaphes/Artigos/a%20Caetano.PDF)

regulares da Radiotelevisão Portuguesa. Realizam-se Congressos dos Economistas e da Indústria Portuguesa. O geógrafo Orlando Ribeiro, numa conferência<sup>86</sup>, diz serem os distritos ‘divisões heterogéneas’, ora abrangendo, ora parcelando as antigas unidades provinciais. Mas, ‘a despeito da sua heterogeneidade aparente’, os distritos não eram ‘divisões puramente arbitrárias’, antes procurando ‘certo equilíbrio na área, na população, na relação com os centros principais, que a função administrativa veio impulsionar’. Marcelo Caetano, no prefácio a esse livro, escreve que mais de um século de existência, ‘entre a qualidade de mera circunscrição de administração local do Estado e de verdadeira autarquia local’ fez das capitais de distrito ‘verdadeiros centros políticos económicos e sociais’, ‘nós regionais das estradas, dos correios, dos telégrafos’, sedes das delegações locais de todos os principais serviços do Estado.

A Inspeção Superior do Plano de Fomento é integrada<sup>87</sup> na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho, sob a direcção do jurista Vasco Maria Vasquez da Cunha d’Eça. Marcelo Caetano propõe a criação do Banco de Fomento Nacional.

Em Setembro 1958, o Eng.º Ferreira Dias Júnior, relator do Parecer da Câmara Corporativa<sup>88</sup> sobre o II Plano de Fomento escreve: “Ao olharmos a nossa agricultura, encontrámo-nos perante o ponto fraco de maior projecção dentro de uma estrutura Social”. O II Plano de Fomento, aprovado em 25 Novembro 1958<sup>89</sup>, aperfeiçoou os métodos de planeamento em relação ao anterior, alargou o campo sectorial da programação e introduziu medidas de Política Económica.

Em 28 Janeiro 1959 é criado<sup>90</sup> o Instituto Nacional de Investigação Industrial, tendo como primeiro director o Eng.º António Magalhães Ramalho<sup>91</sup>. Ao longo de 1959, são aprovadas as bases do Plano Director de Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa, é inaugurado o Metropolitano de Lisboa e é efectuada a reforma do Código Administrativo de 1936<sup>92</sup>, com as seguintes alterações: *i.* As províncias são extintas, sendo as suas reduzidas atribuições transferidas para os Distritos, excepto as que detinham no domínio do planeamento regional; *ii.* O Distrito, até então uma mera circunscrição, é elevado à categoria de autarquia local; *iii.* São criados o Conselho distrital e a Junta distrital (esta, uma instância coadjuvante do governador civil), não sendo os seus membros, de eleição directa. E, assim, o distrito ‘voltou a ser uma pessoa moral de direito público’.

Em Julho 1959, o bispo do Porto, em viagem, é impedido de entrar na fronteira de Valença<sup>93</sup>. O exílio durou 10 anos.

<sup>86</sup> Ribeiro, Orlando, *A geografia e a divisão regional do país*, in ‘Problemas de administração local’ (ciclo de conferências), Lisboa: Centro de Estudos Político-Sociais, 1957

<sup>87</sup> Decreto-lei n.º 41.383, de 22 Novembro 1957.

<sup>88</sup> Cfr. José do Nascimento Ferreira Dias Júnior (Relator), *Parecer n.º 3/VII sobre o Projecto do II.º Plano de Fomento: Continente e Ilhas (1959-1964)*, in Actas da Câmara Corporativa, n.º 27, de 25 Setembro 1958, pp. 244-283; <http://debates.parlamento.pt>

<sup>89</sup> Lei 2094, de 25 Novembro 1958; Presidência do Conselho, *Relatório da execução do II Plano de fomento: metrópole: 1959-1964*. Lisboa, 1968

<sup>90</sup> Decreto-lei 42.120 e 42.121, de 28 Janeiro 1959.

<sup>91</sup> António Sobral Mendes de Magalhães Ramalho (1907-1972), Engenheiro pelo IST (1932). Deputado à Assembleia Nacional (1949-1961; 1965-1969), Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria (1952-1958). Director do Instituto Nacional de Investigação Industrial (1959-1969).

<sup>92</sup> Decreto-lei n.º 42.536, de 28 Setembro 1959

<sup>93</sup> Barreto, José, *Adérito Sedas Nunes e o bispo do Porto em 1958*, *Análise Social*, XLII (182), 2007, 11-33 [www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n182/n182a01.pdf](http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n182/n182a01.pdf)

Em Outubro 1959, na Presidência do Conselho, foi criada a Comissão Interministerial do Plano de Fomento<sup>94</sup> - órgão de estudo e de coordenação para assegurar a ligação administrativa permanente entre a Inspeção Superior do Plano de Fomento e os Ministérios e Secretarias de Estado interessados - presidida pelo Secretário-Geral da Presidência do Conselho. Integrava representantes de diversos serviços e entidades (incumbidos de promover, executar, financiar ou fiscalizar os empreendimentos inscritos no Plano) e funcionava em plenário ou em 6 grupos de trabalho (Agricultura, Silvicultura e Pecuária; Indústria e Energia; Pesca e Marinha Mercante; Transportes e Comunicações; Investigação e Ensino Técnico; Ultramar).

Em 1960, a indústria transformadora ocupa 28% e a agricultura 42% da população activa portuguesa, contribuindo esta com 24% para o PIB. Entre 1960 e 1973, a taxa média de aumento de produção das indústrias transformadoras é de 9% ao ano. Em Fevereiro de 1961, o Ministro da Economia, Ferreira Dias, apresenta à Câmara Corporativa o Projecto de decreto-lei n.º 520, que justifica amplamente e institui uma 'Junta de Planeamento Económico Regional', apoiada por Comissões Consultivas Regionais, com representação local de interesses colectivos e individuais, públicos, corporativos ou privados, que possam prestar colaboração necessária durante a elaboração de planos de acção regional. Em linha com esta proposta do Ministério da Economia, o seu recém-criado Instituto Nacional de Investigação Industrial publica os primeiros trabalhos sobre Desenvolvimento Regional<sup>95</sup> em Portugal, inspirados nomeadamente no pensamento de François Perroux (1903-1987)<sup>96</sup>

<sup>94</sup> Decreto-lei n.º 42.593, de 19 Outubro 1959 (extinta pelo Decreto-lei n.º 44 652, de 27 de Outubro de 1962)

<sup>95</sup> De François Perroux, desde a década de 30, estava traduzido: *Lições de economia política*, Coimbra: Coimbra Ed., 1936, 228 p. // Mário Murteira, economista (ISCEF, 1956), pós-graduação com François Perroux (Paris, 1959) e técnico do INII, publicou: *Poder económico e grupos de pressão*, Sep. Revista do Gabinete de Estudos Corporativos n.º 35-37, Lisboa: 1959, 61 p; *Sindicalismo e evolução social na África ao sul do Sara*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1960, 120 p; *Planeamento industrial: estudo introdutório*, Cadernos de desenvolvimento industrial 1, Lisboa: Inst. Nac. Investigação Industrial, 1961, 99 p; *Perspectivas do desenvolvimento industrial português*, Estudos de Economia Industrial 9, Lisboa: Inst. Nac. Investigação Industrial, 1962, 127 [31] p; *Crescimento económico e sistemas sociais*, Lisboa: Livraria Morais Editora, 1962, 265 p; *Factores socio-políticos e obstáculos ao desenvolvimento na Europa*, in Brotéria, Vol. 80, Lisboa, 1965, 14 p; *A determinação do salário na indústria: ensaio metodológico*, Lisboa: Moraes Editores, 1968, 225 p; *Economia do trabalho*, Lisboa: Clássica Ed., 1969, 300 p; *Procura de ensino superior em Portugal*, Estudos 3, Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, 1969, 31 p; *Recursos humanos em Portugal: síntese de informação estatística*, Lisboa: Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, 1969, 105 p; *Teoria da indecisão*, Sep. Brotéria, Vol. 91, Lisboa, 1970, 12 p; Portugal, anos 70, Lisboa: Morais, 1970, 300 p; e, de François Perroux, traduziu *Economia e sociedade: coacção, troca, dom*, Lisboa: Moraes Editores, 1962, 215 p. // Manuel de Santos Loureiro, técnico do INII publicou: *Problemática do desenvolvimento regional*, Cadernos de desenvolvimento industrial 2, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Industrial, 1961, 132 p; e *A acção regional em França*, Cadernos de desenvolvimento industrial 3, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Industrial, 1961, 144 p; *As assimetrias espaciais de crescimento no continente português*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Industrial, 1969, 2 Vol., 229+ 181 p; e em cooperação com o CEEA (FCG): *Regiões homogéneas no continente português: primeiro ensaio de delimitação* (c/ Eugénio de Castro Caldas), Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Industrial / Centro de Estudos de Economia Agrária (FCG), 1966, 216 p // Ainda na década de 60, de François Perroux, foram traduzidos: *A ideia do progresso perante a ciência económica do nosso tempo*, in *Análise Social*, n.º 1, Lisboa, 1963, 14 p. *A economia das nações: industrialização e agrupamentos das nações*, Lisboa: Morais Editora, 1964, 346 p; *A economia do século XX*, Lisboa: Morais, 1967, 755 p; *Sociologia do desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Zahar, 1967, 136 p.

<sup>96</sup> François Perroux (1903–1987). Estudou na Faculdade de Direito de Lyon, onde fez a agregação (1928). Com bolsa da Fundação Rockefeller (1934), foi aluno em Viena de Joseph Schumpeter e do liberal Ludwig Von Mises. O pensamento austríaco irá marcá-lo profundamente: optou pela noção de equilíbrio de interdependência geral, em oposição à escola de Lausanne (Léon Walras). Ao mesmo tempo interessou-se pelos trabalhos de Carl Schmitt sobre os fundamentos filosóficos da política. Ensinou nas Faculdades de Direito de Lyon (1929-1938) e Paris (1939-1945). Neste último período, ensaia uma síntese sobre o "equilíbrio de tipo austríaco" que intitula "La Valeur" (1943). Estabelece relações intelectuais intensas com Emmanuel Mounier, fundador do personalismo, e com Jean Lacroix, colaborando na revista *Esprit*. Leitor assíduo de Marx e crítico de Keynes, atacado pelos liberais franceses e economistas ortodoxos, estudou as desigualdades de desenvolvimento entre regiões, no contexto da relação centro-periferia, contribuindo para o conceito e análise dos Pólos de Desenvolvimento. Nascido numa família católica da burguesia mercantil de Lyon, contribuiu activamente para o desenvolvimento da Doutrina Social da Igreja. Fundou o Institut de Sciences économiques



Ferreira Dias Jr,  
Ministro da Economia

(escola estruturalista do desenvolvimento influenciada por Schumpeter). As análises e proposições de Perroux não se limitam aos aspectos económicos positivos da inovação. Os efeitos complexos da dominação prendem-se com o processo social que se opera no espaço físico. A sua análise dos ‘pólos industriais de crescimento’ – em que os impactos da organização imperfeita dos mercados, das economias externas e do poder (macrodecisões) são levados em consideração – inspirou os estudos contemporâneos da economia espacial que procuram articular o conceito de espaço económico com o de desenvolvimento. O espaço é integrado a priori e não a posteriori na análise, como ‘espaço económico’. A partir desse conceito, elabora uma abordagem original dos impactos em cadeia, positivos e negativos, que os pólos exercem sobre o desenvolvimento. No entanto, a construção de Perroux pertence a um pensamento sobre o desenvolvimento operado a partir de cima que predominou até meados dos anos 1970. Esta concepção – em que o Estado tem o papel de organizador e a grande empresa industrial de investidor – considera o desenvolvimento determinado por um grupo restrito de pessoas e de empresas<sup>97</sup>.

Ainda em 1961, início da luta anti-colonial, em Luanda e Norte de Angola. Em Abril: inauguração da Siderurgia Nacional, que consumirá os minérios ferro de Moncorvo, Orada e Cercal. Em Novembro: é criado o Espaço Económico Português, que promove a integração económica Metrópole/Colónias. Em Dezembro: Goa, Damão e Diu são ocupados pela União Indiana.

Appliquées (1944), mais tarde ISMEA, e as revistas ‘Economie Appliquée’ e ‘Economies et Sociétés’. A partir de 1945 ensina em Sciences Po, Université Paris 1 e, depois, no Collège de France. Em 1959, é nomeado para o Conselho económico e social. Após a sua morte (1987), Raymond Barre et Gérard de Bernis, seus herdeiros espirituais, criam a Fondation François Perroux. Sobre o pensamento de Perroux ver: Boudeville, Jacques-R. (ed.), Guichard, Olivier (préface), *Les espaces et les pôles de croissance*, Bibliothèque d’Economie Contemporaine, PUF, 1968, 1ere édition, 240 p. [Sommaire: 1. La notion d’espace : F. Perroux : *Les espaces économiques* - J.-R. Boudeville: *Les notions d’espace et d’intégration* - J. Labasse: *La projection dans l’espace du progrès économique et technique* - 2. La notion de pôle de croissance et de localisation industrielle: F. Perroux: *La construction analytique de la région* - J. Paelinck: *Systématisation de la théorie du développement régional polarisé* - J. Lesourne: *Les problèmes de localisation et d’aménagement du territoire* - L.H. Klaassen: *Etudes comparatives, leur nécessité comme base de la politique d’aménagement régionale* - 3. La ville et l’urbanisme: J. Labasse et M. Rochefort: *Le rôle des équipements tertiaires supérieurs dans la polarisation de la vie régionale en Europe occidentale* - M.A. Prost: *Les activités urbaines envisagées dans leur ensemble* - S. Antoine et G. Weill: *Les métropoles et leur région*.]

<sup>97</sup> Cfr. Cazella, Ademir Antônio, *As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa*, in REDES, v. 13, n. 1, p. 5 - 27, Santa Cruz do Sul (BR), Jan./Abr. 2008 - <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/633/417>



Março 1962: com a crise académica, a polícia viola a autonomia da Universidade de Lisboa e o reitor Marcelo Caetano demite-se. Outubro 1962: é efectuada uma reforma do Planeamento<sup>98</sup>: *i.* O Conselho Económico é substituído pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos (CMAE); *ii.* A Comissão Interministerial do 'Plano de Fomento' passa a ser de 'Planeamento e Integração Económica' (CIPIE); *iii.* É criada a Comissão Consultiva de Política Económica; e *iv.* A Inspeção Superior do Plano de Fomento é substituída pelo Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, órgão Central de Planeamento que integrava 2 Direcções de Serviços: Planeamento e Integração Económica.

Em 4 Dezembro 1962, Ferreira Dias, Ministro da Economia, e Mota Campos, Secretário de Estado da Agricultura, são exonerados. E, em 10 Dezembro 1962, no Parecer n.º 7/VIII, de que foi relator o Doutor Francisco Pereira de Moura, a Câmara Corporativa reconheceu a oportunidade do Projecto de decreto-lei n.º 520, que instituía a 'Junta de Planeamento Económico Regional'. Contudo, propôs que a orgânica fosse mais descentralizada (com criação, em cada uma das regiões, de órgãos consultivos e de coordenação, apoiados por departamentos técnicos adequados) e que a coordenação dos planos regionais fosse efectuada pela Presidência do Conselho e não pelo Ministério da Economia, como indicava o projecto de decreto-lei.

Esta iniciativa do Ministro Ferreira Dias (com Parecer de Pereira de Moura) seria apoiada depois, quer na Assembleia Nacional - por intervenções dos Deputados Alfredo Brito, do Porto (31 Janeiro 1963), Engrácia Carrilho, de Viseu (12 Dezembro 1963), Nunes Barata, de Coimbra (19 Março 1965) - quer na Câmara Corporativa, no Parecer n.º 13/VIII de Autorização orçamental para 1964 (10 Dezembro 1963)<sup>99</sup>, mas o processo só teria seguimento em 1969<sup>100</sup>.

Entre 1962 e 1973, diminui o peso das Colónias nas importações (de 12,4 para 10,1%) e exportações (de 22,4 para 14,8%).

Em 1963, a Fundação Calouste Gulbenkian organiza um ciclo de conferências sobre 'Desenvolvimento económico e planeamento regional'<sup>101</sup>. Inicia-se a 1ª fase do Plano de Rega do Alentejo.

Em Março e Agosto, é definido<sup>102</sup> o funcionamento e quadro de pessoal do Secretariado Técnico. Em Abril, Vasco Maria Vasquez da Cunha d'Eça transita de Director da Inspeção Superior do Plano de Fomento para Director-geral do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho. Em Agosto e Setembro, é criada<sup>103</sup> a orgânica de planeamento do Ministério do Ultramar e das Províncias Ultramarinas.

<sup>98</sup> Decreto-lei n.º 44.652, de 27 Outubro 1962

<sup>99</sup> Ver adiante, no ponto II.1, os documentos 2 a 6

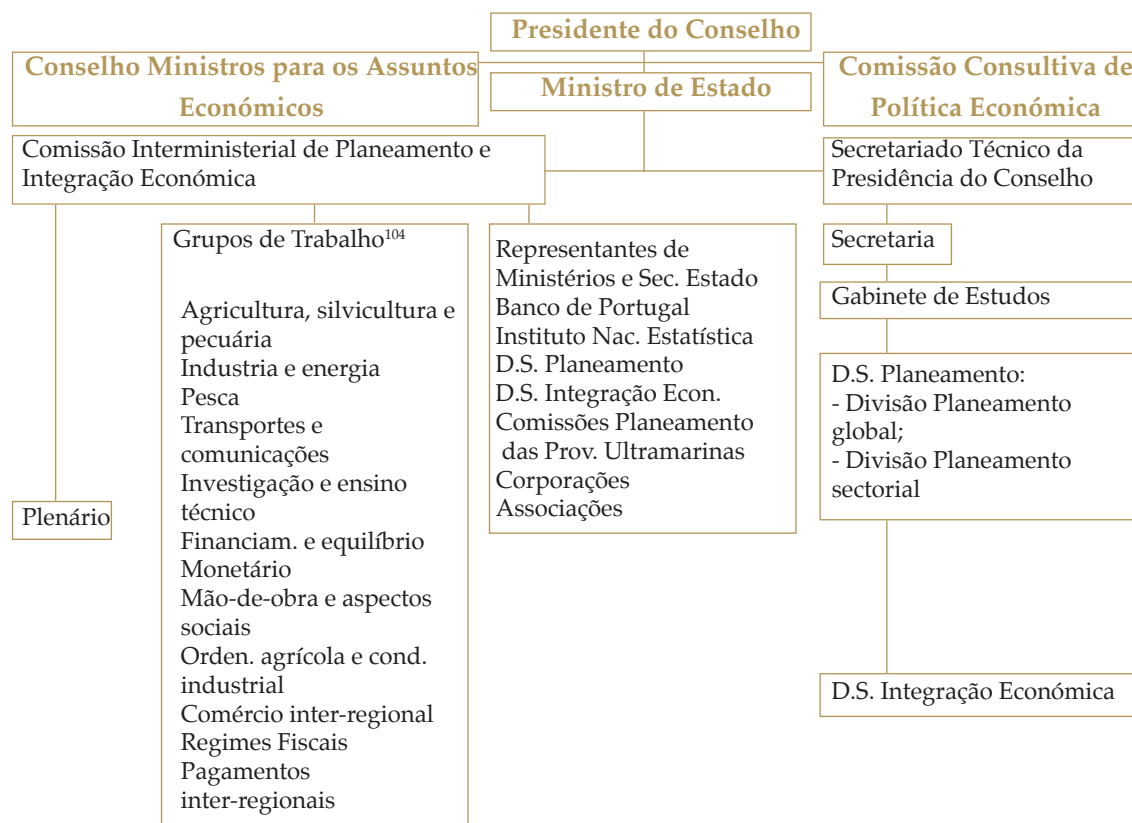
<sup>100</sup> Cfr. *Planeamento e Desenvolvimento*, n.º 1, Lisboa: Secretariado Técnico da Presidência do Conselho / Centro de Estudos de Planeamento, 1969; Preambulo do Decreto-lei n.º 48.905, de 11 Março 1969.

<sup>101</sup> Cfr. *Desenvolvimento económico: planeamento regional: conferências*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963, 244 p.,

<sup>102</sup> Decretos-lei n.º 44.944, de 29 Março 1963 e n.º 45.209, de 23 Agosto 1963

<sup>103</sup> Decretos-lei n.º 45.222, de 30 Agosto 1963, e n.º 45.259, de 21 Setembro 1963.

### Coordenação do planeamento entre 1962 e 1965



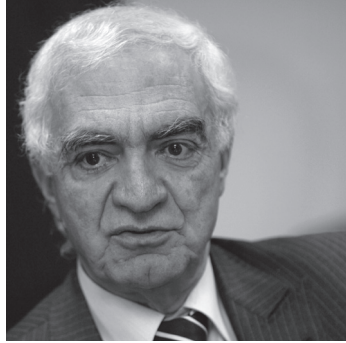
Mas, ainda não chegara o momento: durante o I e II Planos de Fomento (1953-1958; 1959-1964), predominou a lógica de planeamento sectorial, sobre a visão intersectorial e regional.

### 1.3.2. A institucionalização do Planeamento Regional (1964-1971)

Em 1963 e 1964, o Grupo de Trabalho de Planeamento Económico, que tinha como finalidade a coordenação dos trabalhos preparatórios do Plano Intercalar de Fomento e a elaboração do programa global de desenvolvimento, integrava Vasco da Cunha d'Eça (Director Geral do Secretariado Técnico), Francisco Pereira de Moura (consultor), Adérito Sedas Nunes (consultor), Mário Murteira, João Cruzeiro, Alberto Regueira, José Sousa Mendes, Maria Margarida Pires, Maria Luísa Vaz Pinto e João Maurício Fernandes Salgueiro. Este último fazia em Haia uma pós-graduação em planeamento económico e, em Lisboa, inicia a colaboração com o Secretariado Técnico<sup>105</sup>. Em Dezembro 1964, os problemas institucionais do planeamento regional começam a ser

<sup>104</sup> Vários tipos de representantes: departamentos ministeriais, organização corporativa, associações económicas e de actividades privadas.

<sup>105</sup> Nasceu em Merelim, Braga, em 1934. Estudos Superiores no ISCEF. Presidente Nacional da Juventude Universitária Católica e Primeiro Director do Jornal 'Encontro' (1956). Licenciado em Economia (1957), foi economista nos Gabinetes de Estudos do Ministério das Corporações (1957-1959) e do Banco de Fomento Nacional (1959-1963). Professor de Teoria Económica e Desen-



João Maurício Fernandes Salgueiro

encarados na Lei que aprova as bases da organização e execução do Plano Intercalar de Fomento (1965-1967)<sup>106</sup>, a qual confere ao Governo competência para promover a articulação dos órgãos regionais de fomento e assistência técnica dos vários ministérios, entre si e com o Serviço Central de Planeamento e Integração Económica, em ordem à regionalização do desenvolvimento<sup>107</sup>. Ainda em 1964, após a visita de Paulo VI a Bombaim, Salazar reforça a sua desconfiança no Vaticano, abrindo-se uma crise que as partes procuram conter<sup>108</sup>.

Em 1965, no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, são nomeados 2 Directores de Serviço - João Salgueiro (Planeamento) e José de Sousa Mendes (Integração Económica) - e o Director-Geral propõe que o Secretariado Técnico passe a integrar uma Divisão de Planeamento Regional. Em Agosto 1965, foi criado um Grupo ad hoc de Estudos de Planeamento Regional que procurou responder ao interesse crescente pelos problemas do equilíbrio regional do desenvolvimento que se manifestava em alguns departamentos ministeriais. O Grupo estudou conceitos da ciência regional, experiências estrangeiras, aspectos da realidade socioeconómica do continente, delimitação de regiões-plano e linhas para o seu funcionamento e desenvolvimento futuro. Em 1966, são reestruturados<sup>109</sup> os serviços e órgãos centrais de planeamento:

volvimento Económico no ISCEF (1961-1969), fez uma pós-graduação em Planeamento Económico no Economic Planning and National Accounts Institut, em Haia (hoje: [www.cpb.nl](http://www.cpb.nl) ; [www.cbs.nl](http://www.cbs.nl) ). Já como Presidente da Juventude Católica, preside à organização do 'Grande Encontro da Juventude' que reúne 60.000 Jovens de todo o país (Lisboa, 20-21 Abril 1963). Requisitado ao Banco de Fomento Nacional pelo Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, onde foi consultor (1963-1965), Director de Serviços de Planeamento (1965-1969) e, por inerência, membro do Conselho de Orientação do Centro de Estudos de Planeamento (1968-1969). Subsecretário de Estado do Planeamento Económico (Março 1969-Outubro 1971). Fundador (1970) da Sedes (Associação para o Desenvolvimento Económico e Social), integrou o seu Conselho Coordenador - como Vogal (1970, 1972, 1976, 1978, 1981) ou Presidente (2001, 2003) - e a Mesa da Assembleia-Geral, como Presidente (1985, 2001). Foi, ainda, Presidente da JNICT (1971-1974) e, por inerência, Procurador à Câmara Corporativa (1973-1974). Depois de 1974, foi Vice-Governador do Banco de Portugal (1974-1975), Presidente do Instituto de Investimento Estrangeiro (1981), Ministro de Estado, das Finanças e do Plano do VIII Governo Constitucional (Setembro 1981-Junho 1983), Deputado à Assembleia da República (1983-1985), Presidente do Conselho de Administração do Banco de Fomento e Exterior (1983-1992), Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Católica (1985-1986), da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1986, 2003) e do Instituto Superior de Gestão (1992-1995), Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional Ultramarino e da Caixa Geral de Depósitos (1996-1999). Foi Vice-presidente do Conselho Económico e Social. Actualmente, é Presidente da Associação Portuguesa de Bancos // Cfr. Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa, *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Lisboa, Assembleia da República / Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. 2; pp. 514-516; Rosas, Fernando, Brito, J M Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova: Bertrand, 1986, 2º Vol. M-Z., p. 533-1076; Gomes, Adelino, A JUC, *o Jornal Encontro e os primeiros inquéritos à Juventude Universitária: Contributos para a história das modernas ciências sociais em Portugal*, in Sociologia, Problemas e Práticas, nº 49, Lisboa, 2005, pp. 95-115, On-line: [www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n49/n49a06.pdf](http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n49/n49a06.pdf); Caetano, António Alves, *A formação de quadros empresariais pelo ISCEF depois de 1949: Subsídios históricos*, On-line: <http://www2.egi.ua.pt/xxiiaphes/Artigos/a%20Caetano.PDF>; Juventude Católica, *Juventude Católica Feminina, Grande Encontro da Juventude*, Lisboa, 1963, 128p.

<sup>106</sup> Lei 2.123, de 14 Dezembro 1964.

<sup>107</sup> Cfr. Cruz, Maria José Oliveira (Coord.), Gago, Carlos Corrêa (Introd.), *Planeamento económico em Portugal 1953-1974: Um acervo histórico*, Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento, 2006, 306 p., ISSN: 972-8096-29-1, On-line: [www.dpp.pt/pages/files/arquivo\\_historico.pdf](http://www.dpp.pt/pages/files/arquivo_historico.pdf)

<sup>108</sup> Cfr. Reis, Bruno Cardoso, *Salazar e o Vaticano*, Lisboa: ICS, 2006, 351 p, recensão: [www.ipri.pt/publicacoes/revista\\_ri/pdf/RI18\\_Recensao6](http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI18_Recensao6)

<sup>109</sup> Decretos-lei nº 46.909 e 46.910, de 19 Março 1966; e nº 47.320 e 47.321, de 21 Novembro 1966.

i. O Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos adquire competência para definir as regiões a ser objecto de programas regionais de fomento e o Governo para criar os respectivos órgãos;

ii A Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, presidida pelo Director-Geral do Secretariado Técnico, reunia em Plenário e por Grupos de Trabalho e era formada, para além do Secretariado Técnico, INE e Banco de Portugal, por representantes dos Ministérios sectoriais e das Comissões de Planeamento das Províncias do Ultramar.

iii. O Secretariado Técnico da Presidência do Conselho - definido como coordenador dos estudos para a elaboração dos planos de desenvolvimento económico e social à escala nacional e regional - passa a integrar, na sua Direcção de Serviços de Planeamento, uma Divisão de Planeamento Regional, com as seguintes competências: a) Proceder a estudos para definição das regiões a que se deverão aplicar programas próprios de fomento regional; b) Preparar, em colaboração com os órgãos regionais e os serviços competentes dos vários ministérios, os programas regionais de fomento cuja elaboração haja sido determinada pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos; c) Coordenar os programas regionais entre si, integrando-os nos planos nacionais, e acompanhar a respectiva execução; d) Assegurar a ligação do Secretariado Técnico com os órgãos já existentes ou que venham a ser criados nos vários ministérios para a acção de fomento regional<sup>110</sup>.

Nuno Alves Morgado é nomeado Director-Geral do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho (1966-1970). A partir de 1966, a Divisão de Planeamento Regional viria a:

i. Acompanhar a execução do Plano Intercalar e do III Plano de Fomento;

ii. Preparar a programação regional, destinada a ser incluída nos III e IV Planos de Fomento; Apoiar, formar técnicos e coordenar as Comissões de Planeamento Regional;

iii. Elaborar estudos de ordenamento do território e planeamento regional.

*No ano de 1967: Em Maio, realiza-se um Colóquio de Desenvolvimento Regional, em Abrantes.*

Em Junho, no Ministério do Ultramar, a Comissão de Coordenação dos Serviços Provinciais de Planeamento e Integração Económica dá lugar<sup>111</sup> ao Gabinete de Planeamento e Integração Económica.

Em Novembro, na Presidência do Conselho, é criado<sup>112</sup> o Secretariado da Reforma Administrativa.

Em 2 Novembro, a Câmara Corporativa conclui o Parecer 9/IX<sup>113</sup> sobre o Projecto do III Plano de Fomento (1968-1973) para o Continente e Ilhas, sendo relator o Doutor João Ruiz Almeida Garrett, professor das Faculdades de Direito (Coimbra) e de Economia (Porto).

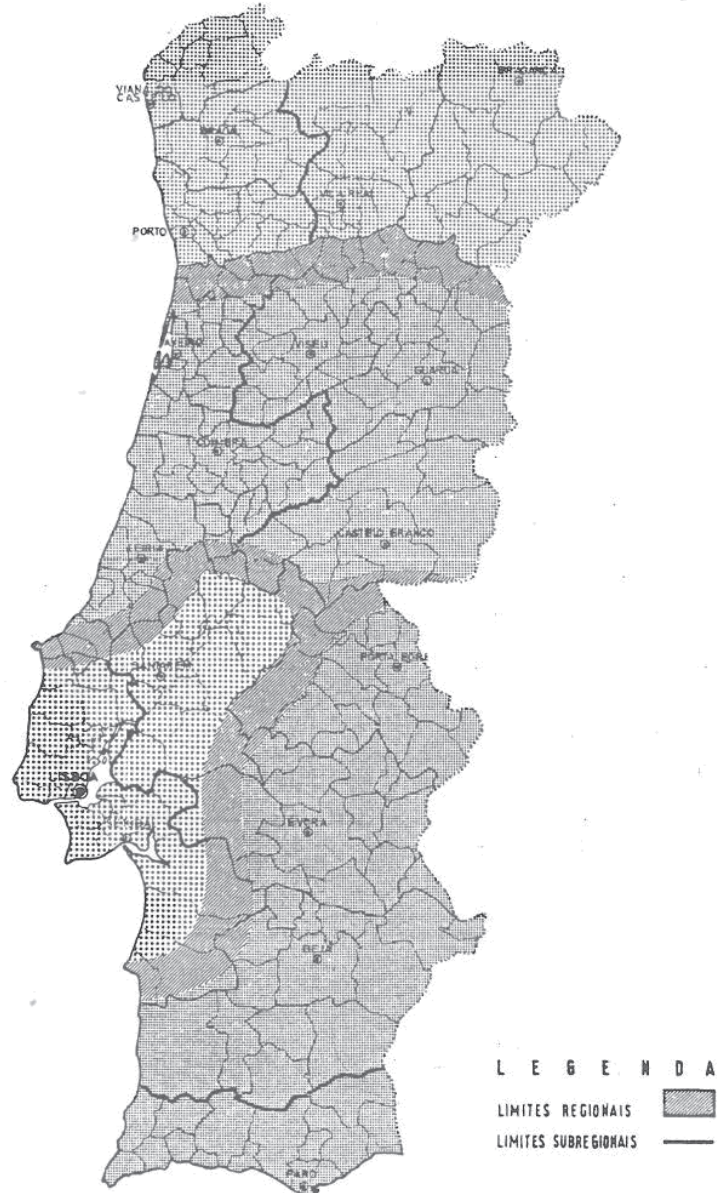
<sup>110</sup> Nesta divisão trabalharam, nomeadamente, os agrónomos José Augusto dos Santos Varela e José Luís Ferreira Mendes que, desde 1971, se deslocaram às reuniões da CPRN: Cfr. Canedo, João António Teixeira, *Relatório do Vice-presidente em exercício da Comissão de Planeamento da Região do Norte (art. 8º nº 2 do Decreto nº 49364): período de 1 Outubro 1971 até 31 Janeiro 1972*, Porto: CPRN, 1972, 93 f. [CCRC 02/21]

<sup>111</sup> Decreto-lei nº 47.743, de 2 Junho 1967.

<sup>112</sup> Decreto-lei nº 48.058, de 23 Novembro 1967.

<sup>113</sup> Garrett, João Ruiz de Almeida (Relator), *Parecer nº 9/IX sobre o Projecto do IIIº Plano de Fomento para 1968-1973 - Continente e Ilhas*, in *Actas da Câmara Corporativa*, nº 77, 2 Novembro 1967; inclui: *O Problema do Planeamento* (pp. 1245-1258), *Análise do Planeamento Económico Português* (pp. 1258-1288), *Exame na Especialidade* (pp. 1288-1299); seguem-se 13 Anexos (pp.1299-1481) // On-line: <http://debates.parlamento.pt>

### DELIMITAÇÃO DAS REGIÕES DE PLANEAMENTO NO CONTINENTE



III Plano de Fomento: Regiões (Dez.1967)

Em 20 de Dezembro, a Assembleia Nacional aprova<sup>114</sup> o III Plano de Fomento que definia objectivos de harmonização regional: *i.* O equilíbrio da rede urbana, para dotar as populações de equipamentos socioeconómicos mínimos, concentrados a distâncias razoáveis; *ii.* A expansão descentralizada da indústria e dos serviços, em pólos de crescimento; *iii.* A progressiva especialização da agricultura regional, de acordo com as aptidões dos solos e do clima, concentrando o investimento.

Nesse sentido, o III Plano de Fomento prevê, para o Continente e Ilhas, a delimitação de Regiões (e Sub-regiões) de Planeamento dotadas de orgânica adequada: Norte (litoral, interior); Centro (litoral, interior); Lisboa (litoral, interior); Sul (Alentejo e Algarve); Açores; e Madeira.

Com este enquadramento, o Secretariado Técnico define as seguintes prioridades<sup>115</sup>:

- i.* Lançamento das instituições regionais;
- ii.* Regionalização das políticas e dos investimentos de âmbito sectorial;
- iii.* Elaboração de estudos técnicos para definição duma política de ordenamento do território.

Em Janeiro 1968, a Divisão de Planeamento Regional apresentou ao Governo o primeiro projecto de Decreto-lei criando e regulamentando o funcionamento das Comissões Consultivas Regionais.

Em Março, na Presidência do Conselho, o Gabinete de Estudos autonomiza-se do Secretariado Técnico, originando o Centro de Estudos de Planeamento<sup>116</sup>. Pelo art.3º do diploma que o criou, era gerido por um Conselho Orientador, ao qual competia:

- i.* Apreciar os programas anuais de trabalho apresentados pela Direcção;
- ii.* Pronunciar-se sobre os orçamentos anuais do Centro, bem como sobre os relatórios e contas de exercício;
- iii.* Eleger bianualmente o Presidente e o Vice-presidente;
- iv.* Deliberar sobre os restantes assuntos que lhe fossem submetidos pela Direcção.

Reunindo ordinariamente três vezes no ano, este Conselho era constituído pelo Director-Geral do Secretariado Técnico, pelo seu Director de Serviços de Planeamento, pelo Director executivo do CEP e, ainda, por quatro vogais nomeados pelo Presidente do Conselho, por biénios, de entre personalidades com experiência de planeamento em organismos públicos e privados ou centros universitários. O 1º Presidente do Conselho Orientador do CEP (1968-1970) foi o Prof. Doutor João Ruiz Almeida Garrett<sup>117</sup>. O CEP, no seu início, realizou nomeadamente dois estudos: “Agricultura: diagnósticos distritais”; e “A rede urbana do continente: hierarquia e funcionamento”<sup>118</sup>.

<sup>114</sup> Lei 2.133, de 20 Dezembro 1967; III plano de fomento para 1968-1973 Vol. I e II (Proposta de Lei e projecto para o Continente e Ilhas), Lisboa: Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, 1967

<sup>115</sup> Cfr. *Política de Ordenamento do Território*, Lisboa: Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, Outubro 1969, p. 5

<sup>116</sup> Decretos nº 48.301 e 48.302, de 30 Março 1968.

<sup>117</sup> Foi, também: Procurador à Câmara Corporativa (1965-1969); Deputado, pelo distrito do Porto, à Assembleia Nacional (1969-1973; e 1973-1974); e veio a integrar a Comissão de Planeamento da Região do Norte, como vogal pelo distrito do Porto (1971-1973).

<sup>118</sup> De Miguel Caetano, Luísa Vaz Pinto, Idalina Neves de Sousa e José Correia da Cunha. Cfr. [www.dpp.pt/arquivo\\_historico](http://www.dpp.pt/arquivo_historico)

Principalmente ao longo de 1968, o Secretariado Técnico organizou por todo o país um conjunto de colóquios e missões de estudo, com o objectivo de preparar as populações para o arranque do processo de planeamento regional. Porém, a lógica da programação, traçada pela Divisão de Planeamento Regional, ficou profundamente afectada pelos atrasos verificados na entrada em funcionamento das Comissões Consultivas Regionais, inicialmente previsto para o início de 1969<sup>119</sup>.

Em 8 Agosto 1968, Salazar cai numa cadeira e sofre um hematoma cerebral. Em 19 Agosto toma posse o seu último Governo, tendo como Ministro do Interior, o Dr. António Gonçalves Rapazote<sup>120</sup>. Salazar, operado de urgência ao cérebro (6 Setembro), é acometido de trombose (16 Setembro). O Conselho de Estado pondera a substituição de Salazar (17 Setembro).

Em 27 Setembro, Marcelo José das Neves Alves Caetano é nomeado Presidente do Conselho de Ministros (1968-1974)<sup>121</sup>. Como Ministro do Interior, mantém-se o Dr. António Gonçalves Rapazote. E o Eng.º Alfredo de Queiroz Ribeiro Vaz Pinto<sup>122</sup> é nomeado Ministro de Estado Adjunto do Presidente do Conselho (1968-1970), com tutela sobre o Planeamento Económico.

Em 14 Outubro, o Ministro do Interior anuncia: “A árvore que cresceu e enraizou nestes 40 anos, cobrindo, majestosa, a face da terra portuguesa, vai receber uma poda cautelosa e prudente. Perderá os ramos secos, ficará arejada e aberta e, nesta outra primavera, deixará vir os renovos sem mutilações escusadas nem feridas incuráveis”. De 1968 a 1973, deu posse a 30 Governadores Civis:

<sup>119</sup> Cfr. *Política de Ordenamento do Território*, Lisboa: Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, Outubro 1969, p. 6

<sup>120</sup> António Manuel Gonçalves Ferreira Rapazote (Sé, Bragança 1910-Coruche, 1985). Licenciado em Direito pela Univ. Coimbra (1932). Pertenceu ao Movimento Nacional-Sindicalista Português de Rolão Preto, até à sua dissolução por Salazar (1934). Foi advogado nas comarcas de Bragança, Évora e Lisboa. Em Évora, foi funcionário e Delegado do INTP, Delegado do Procurador da República (1957-1968), Presidente do Conselho Fiscal da Coop. Agrícola do Vale do Sorraia, Director do Banco do Alentejo, Juiz no Tribunal do Trabalho, Presidente da Comissão Concelhia da UN. Foi Deputado à Assembleia Nacional (1961-1969; 1973-1974). Como Ministro do Interior de Salazar e Caetano (19-08-1968 a 07-11-1973), foi um dos principais responsáveis pela vaga repressiva de 1971-1973, criticada pela Ala Liberal da Assembleia Nacional. Iniciou a sua postura política como integralista, aderindo depois ao Estado Social e Corporativo. Entendia a renovação política como “fixação das estruturas tradicionais” assente na “vitalidade dos corpos intermédios”. Depois do 25 de Abril de 1974 exilou-se em Madrid. Publicou: *Ao compasso da Renovação* (Discursos), Lisboa: Ministério do Interior, Vol. I, 1969, Vol. 2, 1971; *Do Município à Nação*, Lisboa: Ministério do Interior, 1973; Cfr. Barroso da Fonte (coord.), *Dicionário dos mais ilustres Trasmontanos e Alto Durienses*, Guimarães, Vol. II; Rosas, Fernando; Brito, J.M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996; Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa, *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Lisboa, Assembleia da República / Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. 2, pp. 430-432.

<sup>121</sup> Maltez, José Adelino, *Marcello Caetano (1906-1980)*, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2007 - <http://maltez.info/marcellorio.pdf>

<sup>122</sup> Nasceu em Arouca em 1905. Eng.º Electrotécnico (FEUP, 1927). Secretário do Ministro do Comércio e Comunicações (1930-1932). Administrador Adjunto dos CTT (1933-1937). Administrador Delegado pelo Governo (1937-1943) e Presidente (1943-1968) da Companhia Portuguesa Rádio Marconi. Presidente do C.A. da TAP (1959-1968; 1970-1973). Ministro de Estado Adjunto do Presidente do Conselho (1968-1970). Presidente do C.A. (1973-1974) e da Assembleia-geral (1974-1976) da Shell Portuguesa. Cavaleiro (1958) e Lugar-tenente (1971) da Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém. Grande Oficial da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial (1964). Grande Oficial da Ordem do Infante Dom Henrique (1967). Grande Oficial do Cruzeiro do Sul (1967). Faleceu em 1976. // Cfr. Rosas, Fernando; Brito, J.M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, Vol 2.

Distrito	Data de posse	Governadores Civis
Viana do Castelo	13 Fevereiro 1969 24 Junho 1971	Dr. José Gonçalves de Araújo Eng.º Manuel Eduardo Meneses Alarcão Ferreira Bastos
Braga	5 Dezembro 1968 18 Abril 1972 19 Março 1973	Comendador António Maria Santos da Cunha Francisco Carlos Leite Dourado Manuel Augusto de Ascensão Azevedo
Porto	10 Abril 1969	Major Paulo Eduardo Silva de Gouveia Durão
Vila Real	29 Janeiro 1970	Eng.º Tomas Rebelo do Espírito Santo
Bragança	28 Novembro 1968 21 Dezembro 1970	Eng.º Francisco José de Sá Vargas Morgado Dr. Abílio Machado Leonardo
Aveiro	7 Novembro 1968	Dr. Francisco José Rodrigues Vale Guimarães
Coimbra	10 Agosto 1970	Eng.º Leopoldo de Moraes da Cunha Matos
Leiria	21 Novembro 1968	Dr. José Damasceno Campos
Viseu	8 Fevereiro 1971	Eng.º Armínio Ângelo de Lemos Quintela
Guarda	18 Novembro 1972	Dr. José Maria de Andrade Pereira
Castelo Branco	23 Janeiro 1969 19 Março 1973	Dr. Manuel Augusto de Ascensão Azevedo Manuel Geraldês Nunes
Santarém	(nomeação anterior)	Dr. Bernardo António da Costa de Sousa de Macedo
Lisboa	19 Dezembro 1968	Dr. Afonso Diego Marchueta
Setúbal	31 Outubro 1968 20 Junho 1972	Dr. José Maria Cardoso Ferreira Dr. Manuel Sanches Inglês Esquível
Portalegre	22 Janeiro 1970 29 Fevereiro 1972	Eng.º António Eduardo Carneiro Dr. Mário Costa Pinto Marchante
Évora	12 Setembro 1968 25 Novembro 1972	Dr. José Lourenço de Almeida Castelo Branco Dr. João Luís Graça Zagalo Vieira da Silva
Beja	14 Outubro 1968 25 Novembro 1972 12 Fevereiro 1973	Dr. João Luís Graça Zagalo Vieira da Silva Fernando Gerardo de Almeida Nunes Ribeiro José Manuel Caldeira de Pina Castel Branco de Carvalho Figueira
Faro	9 Janeiro 1969 22 Fevereiro 1973	Dr. Manuel Sanches Inglês Esquível António Américo Lopes da Serra
Funchal	27 Fevereiro 1969	Coronel António Braamcamp Soveral
Ponta Delgada	6 Agosto 1970	Coronel Basílio Pina de Oliveira Seguro

No fim de 1968, na sequência do 1º Colóquio de Desenvolvimento Regional (Abrantes, Maio 1967), funda-se a Associação para o Desenvolvimento da Região de Abrantes (ARA)<sup>123</sup>, animada pelo eng.º António da Silva Martins<sup>124</sup>.

Em 1969: A 11 Março, o Decreto-Lei n.º 48.905 definiu a orgânica administrativa adequada ao início da realização do planeamento regional. Em cada região plano é criada uma Comissão Consultiva Regional com as seguintes atribuições (artº 5º):

- a) Proceder a estudos preparatórios para a elaboração dos planos regionais de desenvolvimento, podendo, para esse efeito, utilizar trabalhos já elaborados e solicitar o apoio dos serviços técnicos locais, designadamente das Comissões Consultivas Regionais Urbanísticas do Ministério

<sup>123</sup> Cfr. *Planeamento e Desenvolvimento*, nº 1, Lisboa: Secretariado Técnico da Presidência do Conselho / Centro de Estudos de Planeamento, 1969; *Vida Rural*, nº888, de 23 Maio 1970, pp. 22 e 26.

<sup>124</sup> Viria a ser o 1º Presidente da Comissão Consultiva Regional de Lisboa.



das Obras Públicas e das Comissões Técnicas Regionais do Ministério da Economia e das comissões ou outros órgãos criados pelas autarquias locais nos termos do § único do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 46.909, de 19 Março 1966;

- b) Pronunciar-se sobre os limites, da região e suas sub-regiões, que melhor satisfaçam os interesses e objectivos do planeamento regional;
- c) Pronunciar-se sobre as diversas fases do plano de desenvolvimento da região e sobre a definição dos meios de acção regional necessários à sua execução;
- d) Dar parecer, quando lhes seja solicitado, sobre a concessão pelo Governo de subvenções, empréstimos ou quaisquer outros benefícios e actividades já em exercício na área ou a implantar na mesma, com o objectivo de fomentar o desenvolvimento económico-social da região;
- e) Pronunciar-se sobre os mais assuntos para que seja pedido o seu parecer pelos órgãos competentes, a nível nacional, em matéria de planeamento económico e social;
- f) Exercer quaisquer outras funções que legalmente lhe sejam cometidas.

Assim, estas 'Comissões Consultivas Regionais':

- i.* Integram um Presidente (nomeado pelo Presidente do Conselho) e Vogais (designados pelas Juntas Distritais) - com excepção da Madeira, onde a Junta Geral do Distrito do Funchal funciona como Comissão Consultiva Regional;
- ii.* Podiam ver alteradas as áreas das suas regiões e sub-regiões de planeamento, mediante portaria do Presidente do Conselho, após deliberação do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, de acordo com os resultados dos estudos em curso e com a evolução do condicionalismo económico-social das diversas partes do território;
- iii.* Tinham competência para coordenar a expressão de elementos representativos da região quanto às necessidades e aspirações relativas ao seu desenvolvimento económico e social; colaborar na preparação e acompanhamento da execução dos planos regionais de desenvolvimento; e promover a coordenação dos meios de acção regional;
- iv.* Podiam contar, para o bom desempenho das suas atribuições, com o apoio e colaboração do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho que assegurava a coordenação com os órgãos sectoriais e centrais de planeamento.

Criadas as Comissões Consultivas Regionais, e sendo necessário convidar os respectivos Presidentes, o Secretariado Técnico submeteu imediatamente ao Governo a lista de individualidades que poderiam desempenhar aquela função<sup>125</sup>.

De 23 a 29 de Março, a Junta Distrital de Évora organizou o Iº Encontro sobre Desenvolvimento Regional do Sul<sup>126</sup>, com cerca de 300 participantes, a que presidiu o Eng.º Vaz Pinto, Ministro de Estado, e no qual o Vice-Presidente da Junta Distrital, Eng.º Cortes Simões, pediu a restauração da Universidade de Évora. Os temas do Encontro foram: *i.* O Desenvolvimento como fenómeno global; *ii.* Caracterização socioeconómica regional; *iii.* Conceitos de Desenvolvimento Regional; *iv.* Promoção Social e desenvolvimento; *v.* Problemas sectoriais de maior importância regional; *vi.* Principais alternativas para o desenvolvimento da região<sup>127</sup>.

<sup>125</sup> Cfr. Política de Ordenamento do Território, Lisboa: Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, Outubro 1969, p. 6

<sup>126</sup> Cfr. Vida Rural, n.º 827 (22 Março 1969, p. 4) e n.º 829 (5 Abril 1969, p. 3).

<sup>127</sup> Cfr. *Conclusões do Iº Encontro sobre o Desenvolvimento Regional do Sul*, Évora: Junta Distrital, 1969, 57 p. [DGOTDU 3010 M]

Em 27 Março, são criadas<sup>128</sup> as Secretarias de Estado do Tesouro e do Orçamento (Ministério das Finanças) e a Subsecretaria de Estado do Planeamento (Presidência do Conselho), esta com tutela sobre a Intendência-geral do Orçamento. Entram no Governo Rogério Martins (Indústria), Xavier Pintado (Comércio), Costa André (Tesouro), João Salgueiro (Planeamento)<sup>129</sup>.

Em 12 Abril, é divulgado um comunicado da Direcção da Corporação da Lavoura<sup>130</sup> - reunida sob a Presidência do Eng.º Camilo de Mendonça - no qual se afirma: “Pelo que se refere ao planeamento regional, registou com mágoa não constituir mais do que uma incipiente tomada de posição que, pela fraqueza da representatividade, persistência de estruturas técnico-administrativas desactualizadas, ausência de instituições adequadas e indiferenciação do sector agrário, pouco poderá realizar do muito que urge e se espera inclusivamente no combate ao concentracionismo centralista, à tardança das decisões e seu afastamento das realidades, à falta que continuará a subsistir de uma verdadeira política de equilíbrio intersectorial e de um combate enérgico, rápido e efectivo às assimetrias regionais de desenvolvimento.”

Em 17 Abril 1969, em Coimbra, em frente ao novo Edifício das Matemáticas a ser inaugurado, milhares de estudantes mostram palavras de ordem: “Ensino para todos”, “Estudantes no Governo da Universidade”, “Exigimos diálogo”. No interior do edifício, Alberto Martins<sup>131</sup>, Presidente da Direcção da Associação Académica de Coimbra, pede a palavra: “Sua Ex.<sup>a</sup>, Senhor Presidente da República, dá-me licença que use da palavra nesta cerimónia em nome dos estudantes da Universidade de Coimbra?”. A palavra foi-lhe negada e a cerimónia terminada abruptamente. Nessa noite, Alberto Martins é detido à porta da Associação Académica. E centenas de estudantes, solidários com o detido junto à PIDE, são alvo de uma carga policial<sup>132</sup>.

Em Maio 1969, vários secretários de Estado (Tesouro, Orçamento, Agricultura, Comércio, Indústria) passam a integrar o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos<sup>133</sup>. Tendo sido superiormente considerado necessário regulamentar as Comissões Consultivas Regionais, o Secretariado Técnico apresentou o respectivo projecto de Decreto-lei.

<sup>128</sup> Decreto-lei 48.926, de 27 Março de 1969

<sup>129</sup> Decreto 48.933, de 27 Março 1969; Carvalho, Rita Almeida de; Fernandes, Tiago, *A elite política do marcelismo: ministros, secretários, subsecretários de Estado e deputados (1968-1974)*, in André Freire e António Costa Pinto (Orgs.), ‘Elites, Sociedade e Mudança Política’, Oeiras, Celta, 2002

<sup>130</sup> Cfr. Vida Rural, n.º 830, de 12 Abril 1969, p. 10.

<sup>131</sup> Alberto de Sousa Martins, natural de Guimarães (1945). Presidente da Associação Académica de Coimbra (1969), Licenciado em Direito, Advogado, Professor de Direito do Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Deputado à Assembleia da República da V à X Legislatura (1987-2009). Membro da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais Direitos Liberdades e Garantias de que foi Presidente (1995-1999). Recebeu a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade (1999). Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública do XIV Governo Constitucional (1999-2002), tendo promovido: O estudo coordenado por Nuno Vitorino [*Missão para a Reforma da Organização Territorial da Administração do Estado: Relatório Final, 2001, 204 p.*, *Organização dos serviços da administração do estado: anteprojecto de decreto-lei, 2002, 26 p.*]; e o *Decreto-Lei n.º 265/2001*, de 28 Setembro [Desconcentração e descentralização administrativas, reforma da administração periférica do Estado e coordenação territorial das políticas públicas]. Relator do parecer (29 Outubro 2003) da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais Direitos Liberdades e Garantias sobre a Proposta de Lei n.º 91/IX [Estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da Administração Directa do Estado], que deu origem ao Projecto de lei n.º 349/IX (aprovado na Assembleia da República em 27-11-2003) e à Lei n.º 4/2004, de 15 Janeiro 2004, alterada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 Abril. No Grupo Parlamentar do PS, foi Presidente (2005-2009), tendo acompanhado a concretização da Reforma da organização territorial do Estado [Compatibilização dos critérios de organização da administração desconcentrada, substituindo trinta divisões vigentes por duas: distritos e regiões].

<sup>132</sup> Cfr. <http://210coimbra.blogs.sapo.pt/1383.html>; <http://www.academica.pt/Destaques.aspx?r=true&tabid=1849&itemid=895>

<sup>133</sup> Decreto-lei 48.989, de 5 Maio.

Em 25 Junho 1969, por Despacho Ministerial da Presidência do Conselho, foi decidido nomear os Presidentes das Comissões Consultivas Regionais. Porém, a publicação oficial foi efectuada um a um, após visto do Tribunal de Contas, entre 1969 e 1971. Na Região-Plano da Madeira, passou a presidir à Comissão Consultiva Regional o Presidente da Junta Geral do Distrito do Funchal, o Coronel Fernando Homem da Costa (1969-1971)<sup>134</sup>, seguido do Eng.º Rui Manuel da Silva Vieira (1971-1974)<sup>135</sup>.

Em Julho 1969, após 10 anos de exílio, o Bispo do Porto regressa finalmente à sua Diocese<sup>136</sup>.

E, no âmbito da orgânica do Planeamento, os grupos de trabalho da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica – que constituíam a estrutura de base para apoio à preparação e execução dos planos de fomento, mas cujas condições de funcionamento acumularam deficiências - são extintos<sup>137</sup>. A sua substituição pelas Comissões de Planeamento, órgãos interdisciplinares e permanentes, de apoio do Secretariado Técnico, visou o aperfeiçoamento dos organismos de estudo e consulta relacionados com o planeamento económico nacional, com o objectivo de facilitar a adequação dos programas de desenvolvimento às necessidades reais do país. Neste sentido, pretendeu-se dotar estas Comissões de “mais largo âmbito sectorial, maior independência dos respectivos presidentes, redução do peso relativo das representações de serviços de Estado, composição que permita o confronto dos diferentes interesses respeitantes em cada matéria e audiência de personalidades com competência reconhecida nas suas actividades. A estas Comissões de Planeamento competia:

- a) Apreciar e emitir pareceres sobre textos e documentos preparatórios dos planos de fomento e seus programas anuais de execução que lhe fossem submetidos pelo Secretariado Técnico; sobre problemas concretos com relevância para a preparação ou execução dos programas de fomento, bem como para o delineamento e prossecução das medidas de política económica relativas aos sectores de actividade abrangidos pela Comissão; sobre os relatórios anuais de execução elaborados pelo Secretariado Técnico; e, sempre que este o solicitasse, sobre as informações trimestrais, quando se verificassem discrepâncias sensíveis entre a execução e o que fora programado;
- b) Apoiar o Secretariado Técnico no sentido de promover o desenvolvimento e modernização dos sectores de actividade respectivos, designadamente nos aspectos em que essa promoção implicasse o estabelecimento ou estreitamento das relações interdisciplinares, interdepartamentais ou de natureza “vertical” entre as actividades e as competências que integram cada sector de actividade;

<sup>134</sup> Nasceu no Funchal em 1911. Presidente da Junta Geral do Distrito do Funchal/Comissão de Planeamento da Região da Madeira (1969-1971). Faleceu no Funchal em 1997; Cfr. [www.idr.gov-madeira.pt/pt/planeamento.asp](http://www.idr.gov-madeira.pt/pt/planeamento.asp);

<sup>135</sup> Nasceu em S. Martinho, Funchal, em 1926. Licenciado no I.S.A. (1951). Agrónomo, Fitopatologista, Botânico e Político do Funchal: Técnico da Estação Agrária e Grémio da Lavoura (1951-1965). Deputado (1965-1969). Director da Escola Elementar de Agricultura (1969-1971). Presidente da Junta Geral do Distrito do Funchal/Comissão de Planeamento da Região da Madeira (1971-1974). Director dos Serviços Agrícolas (1975-1985). Técnico da Direcção Regional de Planeamento (1985-1993). Director do Jardim Botânico e do Germobanco (1995-2005). Oficial da Ordem de Mérito Civil (ES) e da Ordem do Infante D. Henrique (PT); Cfr. Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa, *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Lisboa, Assembleia da República / Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. 2; Cassaca, Patrícia, *Disparates da autonomia: Rui Vieira foi o último Presidente da Junta Geral*, In ‘Notícias da Madeira’, Funchal, 5 Junho 2003, p. 8-9; Calisto, Luís, *Última Junta Geral não teve más relações com Lisboa*, In ‘Diário de Notícias’, Funchal, 7 Janeiro 2007, p. 2-4.

<sup>136</sup> Cfr. [www.agencia.ecclesia.pt/noticia\\_all.asp?noticiaid=32209&seccaoid=8&tipoid=4](http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=32209&seccaoid=8&tipoid=4)

<sup>137</sup> Decreto-lei 49.132, de 18 Julho 1969.

c) Estudar e propor esquemas de compatibilização e coordenação das políticas territoriais de produção e comercialização nos sectores da sua competência, com vista a procurar otimizar o aproveitamento dos recursos e das potencialidades do país”.

Em Agosto 1969, são instituídos<sup>138</sup>:

- i. Gabinetes de Planeamento, nos Ministérios e Secretarias de Estado com intervenção nos Planos de Fomento (com quadros técnicos recrutados e formados pelo Secretariado Técnico da Presidência do Conselho);
- ii. Núcleos de Planeamento, nas Direcções-Gerais ou serviços equiparados; iii. Conselhos Consultivos, envolvendo serviços responsáveis pela elaboração e execução dos planos.

Em Setembro 1969, verificando que ainda não fora possível dar início ao trabalho das Comissões Consultivas Regionais, e encontrando-se praticamente ultimados os estudos básicos respeitantes ao ordenamento urbano-industrial e agro-rural, a Divisão de Planeamento Regional do Secretariado Técnico, alterando o calendário inicialmente previsto, decidiu divulgar um documento com linhas gerais, critérios e sugestões para uma política de ordenamento do território no continente, prevendo a sua apreciação posterior, para afinação e aprofundamento, pelos diversos órgãos sectoriais e regionais. A estratégia deste documento<sup>139</sup> contempla: a organização da expansão de Lisboa e Porto, como base de um processo de penetração do desenvolvimento para o interior; e a concentração de investimentos nos serviços e a nas actividades produtivas na Região Centro e no Algarve, de forma a contrariar o poder de atracção daquelas duas aglomerações. Nesse sentido propõe:

- i. *Ordenamento da rede urbana* (fora Lisboa e Porto): Elaboração de Planos de ordenamento e programação do equipamento dos Centros Regionais (Coimbra, Faro-Olhão) e dos Centros Subregionais principais (Braga-Guimarães, Aveiro, Leiria-Marinha Grande, Covilhã, Évora, Torres Novas-Tomar-Abrantes); Elaboração ou revisão de Planos urbanísticos dos Centros Subregionais secundários (Viana do Castelo, Viseu, Santarém, Beja);
- ii. *Ordenamento industrial*: Diversas medidas (urbanísticas, de licenciamento, fiscais, de formação e emprego) nos Pólos de Crescimento (Braga-Guimarães, Coimbra, Covilhã, Torres Novas-Tomar-Abrantes, Évora, Faro-Olhão);
- iii. *Ordenamento rural*: Medidas para ordenamento e equipamento de Áreas Integradas (Chaves-Vila Pouca de Aguiar; Terra Quente; Mondego; Cova da Beira; Vale do Sado; Caia; Évora; Roxo; Alvalade; Alto Sado; Mira), de Centros Rurais de Ligação (Chaves, Vila Real, Mirandela-Macêdo de Cavaleiros-Alfândega da Fé-Vila Flor, Figueira da Foz, Guarda, Castelo Branco, Coruche, Alcácer do Sal, Portalegre, Elvas), de Centros Rurais Principais (Bragança, Ferreira do Alentejo, Aljustrel, Odemira);

<sup>138</sup> Em Geral, ver Decreto-lei 49.194, 19 Agosto 1969, alterado pelo Decreto-lei n.º 164/73, de 11 Abril; Para cada Gabinete de Planeamento, ver: Min. Corporações e Previdência (DL 8/70, 6 Jan.); Sec. Est. Agricultura (DL 100/70, 13 Março); Sec. Est. Comércio (DL 101/70, 13 Março); Sec. Est. Indústria (DL 102/70, 13 Março); Min. Finanças e Economia (DL 171/70, 17 Abril); Min. Saúde e Assistência (DL 397/70, de 5 Agosto); Min. Obras Públicas e Comunicações (DL 673/70, 31 Dez.); Min. Educação Nacional (DL 485/72, 2 Dez.)

<sup>139</sup> *Política de Ordenamento do Território*, Lisboa: Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, Outubro 1969, 90 p.



Gonçalves Rapazote, Ministro do Interior

iv. *Ordenamento de grandes infraestruturas*: hídricas e energéticas; estradas (Porto-Braga, Lisboa-Tomar, Lisboa-Alvalade; Coimbra-Covilhã, Porto-Trás-os-Montes); portos (Figueira da Foz, Algarve); aeroportos (Lisboa, Porto, Faro).

A 10 Outubro, Gonçalves Rapazote, Ministro do Interior, visita (foto)<sup>140</sup> a Junta Distrital de Aveiro, dotada de Serviços Técnicos de Fomento<sup>141</sup>.

A 26 Outubro, das eleições sai a Xª Legislatura (1969-1973) e sua ala liberal (Pinto Leite, Sá Carneiro, Miller Guerra, Pinto Balsemão, Magalhães Mota, Pinto Machado, Mota Amaral, Correia da Cunha e José da Silva<sup>142</sup>.

Em Novembro 1969, é reorganizado o sistema de planeamento do Ministério Ultramar e de cada Província Ultramar<sup>143</sup>. E, no Continente e Ilhas, as 'Comissões Consultivas Regionais' são regulamentadas e denominadas 'Comissões de Planeamento Regional'<sup>144</sup>. O Governo de Portugal, 13 anos depois, seguia parcialmente o Governo da França<sup>145</sup>.

<sup>140</sup> Cfr. Aveiro e o seu Distrito, nº 8, Dez. 1969 – [www.prof2000.pt/users/avcultur/aveidistrito/boletim08/page77.htm](http://www.prof2000.pt/users/avcultur/aveidistrito/boletim08/page77.htm)

<sup>141</sup> Cfr. Aveiro e o seu Distrito, nº 4, Dez. 1967 - [www.prof2000.pt/users/avcultur/aveidistrito/boletim04/page91.htm](http://www.prof2000.pt/users/avcultur/aveidistrito/boletim04/page91.htm)

<sup>142</sup> Cfr. Francisco Sá Carneiro, Textos, in [www.institutosacarneiro.pt/?idc=300&idi=53](http://www.institutosacarneiro.pt/?idc=300&idi=53); e [www.iscsp.utl.pt/cepp/eleicoes\\_portuguesas/1969.htm](http://www.iscsp.utl.pt/cepp/eleicoes_portuguesas/1969.htm)

<sup>143</sup> Decreto 49.364, de 8 Novembro 1969

<sup>144</sup> Decreto-lei nº 49.353 de 3 Novembro 1969

<sup>145</sup> Em 1956, por proposta do Comissário Geral do Plano, o Governo francês delimitou as 'Circunscções para os Programas de Acção Regional' (*Arrêté ministériel, du 28 novembre 1956*). Estas, agregando vários Departamentos, eram coordenadas pelo Prefeito do Departamento sede, assessorado por um Secretário para a Acção Regional. Com pequenas alterações, 4 anos depois, a França consagrava essas 'Circunscções de Acção Regional' como 'Circunscções Administrativas Regionais' (Décret 60-516, du 2 Juin 1960) para harmonização das unidades territoriais desconcentradas da administração pública: os vários ministérios podiam agregá-las ou dividi-las, em função de necessidades específicas, mas eram obrigados a respeitar esses limites. Em Espanha ou Itália, o modelo é idêntico: as Regiões agregam Províncias. Em Portugal, Distritos, Províncias e Regiões seguiram quase sempre mapas paralelos que sucessivas reformas administrativas não conseguiram ainda 'encaixar': 40 anos depois das Regiões-Plano, Portugal continua sem as Regiões Administrativas previstas na Constituição. Cfr. Claudino, Sérgio, *Portugal Peninsular e os desafios regionais*, in 'Finisterra', Vol. XLI, nº 81, 2006, pp. 105-120. [http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81\\_05.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_05.pdf)

### Coordenação do planeamento económico entre 1969 e 1971

	Presidente do Conselho		
	Ministro de Estado		
Conselho de Ministros Para os Assuntos Económicos			
Comissão Consultiva de Política Económica	Subsecretário de Estado Planeamento Económico	Conselho Orientador do Planeamento	Conselho Nacional de Estatística
Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica	Secretariado Técnico da Presidência do Conselho Económica	Centro de Estudos de Planeamento	Instituto Nacional de Estatística
Gabinetes de Planeamento Sectoriais (Ministérios e Secretarias de Estado)	Secretaria		
Comissões de Planeamento Regional (Continente e Ilhas Adjacentes)	D.S. Planeamento: - Divisão Planeamento global - Divisão Planeamento sectorial - Divisão Planeamento regional		
Comissões de Planeamento e Integração Económica (Províncias Ultramarinas)	D.S. Integração Económica		

No ano 1970: Em 23 Janeiro (IIª Série), o Eng.º Deodato Chaves de Magalhães Sousa<sup>146</sup>, Deputado à Assembleia Nacional, é nomeado Presidente da Comissão Consultiva Regional dos Açores e empossado pelo Dr. João Salgueiro<sup>147</sup>.

Em Fevereiro, no seu V Congresso, a União Nacional passa a denominar-se Acção Nacional Popular e, no seu discurso, Marcelo Caetano acentua a necessidade de instaurar um Estado Social, proclamando que a hora é de acção.

<sup>146</sup> Nasceu em Vila do Porto, Stª Maria (Açores), em Dezembro de 1923. Engenheiro Electrotécnico pelo Instituto Superior Técnico. Director Técnico da Empresa de Electricidade e Gás, Ponta Delgada (1952-1958). Director do Serviço de Estudos e Construção da Federação de Municípios da Ilha de S. Miguel (1958-1962). Presidente da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada (1962-1970). Presidente da Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada (1964-1970). Deputado à Assembleia Nacional (1965-1969; 1969-1973). Presidente do C.A. da Empresa Insular de Electricidade (1970-1974). Presidente da Comissão de Coordenação da Região dos Açores (1970-1974). Adjunto para a Energia do Secretário Regional do Comércio e Indústria e Presidente da Empresa de Electricidade dos Açores, EP (1981-1985). Adjunto para o Ordenamento do Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas e Coordenador do Plano Regional de Ordenamento do Território (1985-1993) // Cfr. Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa, *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Lisboa, Assembleia da República / Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. 2, pp. 649-650.

<sup>147</sup> Cfr. *Discurso do Subsecretário de Estado do Planeamento no acto de posse*, in *Vida Rural*, nº 885, de 02.05.1970;

Em 20 Abril (IIª Série), o Eng.º António Augusto Figueiredo da Silva Martins<sup>148</sup> e o Dr. Armando José Perdigão<sup>149</sup>, são nomeados e empossados<sup>150</sup>, respectivamente, Presidentes das Comissões Consultivas Regionais de Lisboa e do Sul.

Em 3 Julho, Paulo VI recebe os líderes dos movimentos de libertação (Moçambique, Angola e Guiné). Em 27 Julho, Salazar morre.

Em Outubro, o Eng.º Carlos Corrêa Gago é o novo Director-geral do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho (1970-1974)<sup>151</sup>.

A partir de Novembro, na 2ª Sessão da legislatura, acentua-se a divergência da Ala Liberal da Assembleia Nacional.

De 5 a 9 Dezembro 1970, decorre o '1º Colóquio para o Desenvolvimento do Distrito de Vila Real'<sup>152</sup>, com 48 intervenções sobre Desenvolvimento Regional, Transportes, Turismo, Agricultura, Comércio, Indústria e Promoção sociocultural, com a presença de: Eng.º Tomaz Rebelo do Espírito Santo, Governador Civil do Distrito; Arqtº Carlos Santelmo Gomes, Presidente da Junta Distrital; Dr. João Salgueiro, Subsecretário de Estado do Planeamento Económico; Representante do Secretariado Técnico da Presidência do Concelho; Eng.º Vasco Leónidas, Secretário de Estado da Agricultura; Dr. Valentim Xavier Pintado, Secretário de Estado do Comércio; Eng.º Antão Almeida Garrett, Professor da FEUP; e Dr. António Gonçalves Rapazote, Ministro do Interior. O Subsecretário de Estado do Planeamento Económico disse, na abertura: "No futuro parece arriscado pensar em esquemas de desenvolvimento que não considerem a forte tendência previsível para que as populações se localizem nas regiões que lhes ofereçam melhores oportunidades de emprego e melhores condições de vida. Dois factores de evolução contemporânea convergem simultaneamente para esta realidade: o constante aumento da produtividade e das remunerações oferecidas nos centros mais dinâmicos, que proporcionam milhões de novas ocupações; a

<sup>148</sup> Nasceu em S. Miguel do Rio Torto, Abrantes, em 1931. Engenheiro Mecânico pelo IST. Trabalhou no Gabinete de Estudos e na Divisão de Material Circulante da SOREFAME, tendo coordenado a participação desta empresa na fase inicial da Ponte sobre o Tejo (1957-1963). Foi Director da MOALI Máquinas Industriais (1964-1966), Administrador delegado da Companhia de Moagem Abrantina e Presidente do C.A. da TOCAN Sociedade de Tomate do Canha. Delegado da Ordem dos Engenheiros na Comissão de Inscrição e Classificação de Empreiteiros de Obras Públicas e Particulares (1961-1968). Dinamizou o 1º Colóquio sobre Desenvolvimento Regional (Abrantes, Maio 1967), foi fundador e dirigente da ARA Associação para o Desenvolvimento da Região de Abrantes (1968-1969), da Cooperativa Florestal de Abrantes e foi Director do semanário "Correio de Abrantes" // Cfr. *Vida Rural*, nº 888, 23 Maio 1970, pp. 22 e 26.

<sup>149</sup> Nasceu em Évora em 1923. Médico Veterinário e Agricultor. Foi Governador Civil substituto e Provedor da Casa Pia de Évora. Presidente da Junta Distrital de Évora (1960-1970). Presidente da Comissão Distrital da União Nacional, foi Deputado à Assembleia Nacional (1961-1965; 1965-1969). Presidiu à Comissão de Valorização do Distrito de Évora e dinamizou o 1º *Encontro sobre Desenvolvimento Regional do Sul* (1969). Viajou por Espanha e França, contactando com a problemática do Desenvolvimento Regional. Foi o 1º Presidente da Comissão de Planeamento da Região do Sul (1970-1974). Agraciado com a Ordem de Mérito Agrícola e Industrial // Cfr. Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa, *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Lisboa, Assembleia da República / Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. 2., pp. 303-304; e *Vida Rural*, nº 888, 23 Maio 1970, pp. 26.

<sup>150</sup> Cfr. *Discurso do Subsecretário de Estado do Planeamento na posse*, *Vida Rural*, 889, de 30.05.1970;

<sup>151</sup> Cfr. Cruz, Maria José Oliveira (Coord.), Gago, Carlos Corrêa (Introd.), *Planeamento económico em Portugal 1953-1974: Um acervo histórico*, Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento, 2006, 306 p., ISSN: 972-8096-29-1, On-line: [www.dpp.pt/pages/files/arquivo\\_historico.pdf](http://www.dpp.pt/pages/files/arquivo_historico.pdf)

<sup>152</sup> Cfr. *Colóquio para o Desenvolvimento do Distrito de Vila Real (5 a 9 Dezembro 1970): Comunicações e conclusões*, Vila Real: Governo Civil, 1970, 604 p., CCRNOR 00545-001-M.

muito maior mobilidade geográfica e ocupacional que as novas condições técnicas e económicas permitem. Em consequência, o apego às regiões tradicionais de origem tende a perder influência e a população virá a fixar-se nos centros capazes de organizar as suas estruturas económicas em condições de proporcionar altas produtividades e expansão rápida da ocupação de mão-de-obra. Tentar defender soluções técnicas ou económicas ultrapassadas não terá probabilidade de qualquer êxito. A procura de salvaguarda da vida regional não pode deixar de operar-se à luz das novas coordenadas de desenvolvimento. É neste contexto das tarefas de criação do futuro que o planeamento tem pleno significado. O planeamento não é mais do que uma atitude de espírito, um método e um conjunto de instrumentos em ordem a contribuir para essa construção”. O representante do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho distinguiu Regiões Naturais de Regiões de Planeamento. E o Ministro do Interior disse no encerramento<sup>153</sup>: “A resolução de problemas comuns, os novos processos de organização do trabalho, as novas técnicas, importarão a multiplicação de Associações e Federações de Municípios e a instalação de serviços que assegurem o cabal desempenho das suas missões. As dificuldades, cada dia mais prementes, de recrutamento de bons técnicos e a necessidade evidente de utilização de máquinas importam a existência de Gabinetes Técnicos que apoiem grupos de Municípios e de serviços que cubram vários concelhos, não só para dividir os custos, mas também para obter o indispensável rendimento dos equipamentos. Como o nosso método de trabalho se resume em favorecer os contactos directos dos homens que servem as instituições, com inteiro respeito pela sua autonomia e pela sua liberdade de decisão – única forma de não perder homens responsáveis e instituições autónomas -, toda esta acção de dinamização se deve dirigir a objectivos imediatos e concretos. A Junta Distrital de Vila Real, como todas aquelas que ainda não têm ao seu serviço Gabinetes Técnicos de apoio às Câmaras Municipais, está a preparar a sua organização. Da colaboração estreita das Câmaras com os Gabinetes das Juntas Distritais e com as Juntas de Freguesia se deve esperar a resolução dos problemas que mais interessam aos povos... Por outro lado, a colaboração que as Juntas Distritais prestam para a constituição das Comissões Consultivas Regionais e o trabalho colectivo que lhes foi confiado podem contribuir para estabelecer uma mais clara definição dos objectivos a atingir”.

153 Rapazote, António Gonçalves, *Ao compasso da Renovação II (1969-1971)*, Lisboa: Ministério do Interior, 1971, pp. 171-183; e *Colóquio para o Desenvolvimento do Distrito de Vila Real*, Op. Cit., pp. 585-592



Em 12 Dezembro, a recém fundada SEDES<sup>154</sup> elege os seus primeiros corpos sociais:

Órgãos Sociais	12 Dezembro 1970	24 Abril 1972	17 Maio 1974
Mesa Assembleia-Geral	José Pinto Correia, Amândio de Azevedo Emílio Rui vilar Benedita Monteiro	José Vera Jardim Amândio de Azevedo Jorge Correia da Cunha Maria Teresa Abrantes Pereira	Emílio Rui Vilar Manuel Ataíde Ferreira Luís Nandim de Carvalho Maria Helena Sequeira
Conselho Coordenador	Carlos Augusto Almeida António Sousa Gomes Manuel Ataíde Ferreira João Salgueiro Mário Bruxelas Mário Pinto Manuel Bidarra José Vera Jardim	Mário Bruxelas Henrique Santa Clara Gomes Joaquim Magalhães Mota Francisco de Sá Carneiro Jorge Sá Borges José Teodoro da Silva Afonso Moura Guedes Amílcar Mateus João Salgueiro	António Sousa Gomes Eduardo Cardoso Henrique Santa Clara Gomes João Botequilha José Torres Campos Manuel Viana Machado Mário Monteiro Mário Pina Correia Victor Constâncio
Conselho Fiscal	Júlio Nunes Rui Machete Roque Antunes	Emílio Rui Vilar António Sousa Gomes José Myrne Does	Diogo Duarte Emílio Rosa António Guterres

Em 18 Dezembro, pelo Decreto-lei n.º 622/70, é reorganizada<sup>155</sup> a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho, de forma a acomodar uma Direcção de Serviços da Reforma Administrativa, sendo extinto o Secretariado para a Reforma Administrativa.

Em 26 Dezembro (IIª Série) é nomeado, e empossado em Janeiro 1971<sup>156</sup>, o Eng.º Manuel Augusto Engrácia Carrilho<sup>157</sup> como Presidente da Comissão Consultiva Regional do Centro.

No ano 1971: A 1 Junho (IIª Série), o Dr. João Mota Pereira de Campos é nomeado Presidente da Comissão Consultiva Regional do Norte e empossado<sup>158</sup> a 7 Junho pelo Subsecretário de Estado do Planeamento Económico, no Palácio de São Bento, na presença de vários Secretários de Estado, Directores Gerais, Governadores Cívicos e, ainda, dos participantes do 'Conselho das Economias Regionais do Oeste Atlântico', reunido em Lisboa.

No acto de posse, o Subsecretário de Estado do Planeamento Económico, Dr. João Salgueiro, constando a desertificação humana do interior, pela emigração e litoralização da população e do investimento, realçou as grandes componentes do desenvolvimento regional, a saber: modernização e descentralização administrativas, resposta às necessidades das populações, ordenamento do território, valorização dos seus recursos, hierarquização e ordenamento da rede urbana, di-

<sup>154</sup> Associação para o Desenvolvimento Económico e Social [ [www.sedes.pt](http://www.sedes.pt) ]

<sup>155</sup> Decreto-lei n.º 622/70, de 18 Dezembro.

<sup>156</sup> Cfr. *Discurso do Subsecretário de Estado do Planeamento na posse*, in *Vida Rural*, 924, de 30.01.1971.

<sup>157</sup> Nasceu em Soito, Sabugal em 1916. Agrónomo pelo I.S.A. (1946). Presidente da Junta da Acção Católica da Diocese de Viseu. Delegado da Junta de Colonização Interna e Representante do Governo junto da Federação dos Viticultores do Dão (1961); Deputado por Viseu (1961-1965); Governador Civil de Viseu (1966-1970), Presidente da Comissão de Planeamento da Região Centro (1971-1974); Como Presidente da Câmara Municipal de Viseu (1985-1989) pugnou pela criação do Instituto Politécnico de Viseu. Como Provedor da Misericórdia de Viseu, pugnou pela criação do Centro das Beiras da Universidade Católica. Comendador da Ordem do Mérito (1994). Faleceu em 1992 // Cfr. Cruz, Júlio (coordenação), *In memoriam Eng. Manuel A. Engrácia Carrilho: 1916/1992*, Viseu: Avis / Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 1997, 110 p; Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa, *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Lisboa, Assembleia da República / Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. 1, p. 355.

<sup>158</sup> Discursos de João Salgueiro e de Mota de Campos, in 'Diário de Notícias', de 08.06.1971, pp. 1 e 9; 'Comércio do Porto', de 08.06.1971, pp. 1 e 8;

namização de pólos de desenvolvimento. E sublinhou: “Vira-se assim a página sobre as tarefas preliminares de institucionalização orgânica do Planeamento. Impõem-se passar a acções directamente reprodutivas, fazendo convergir esforços para atingir em curto prazo planos de desenvolvimento económico e social para cada uma das regiões. Planos capazes de assegurar simultaneamente a dinamização e mais correcta orientação do progresso, em cada uma das grandes áreas do Continente e das Ilhas”.

Em resposta, disse o empossado: “Fui dos que acolheram com alvoroço a instituição das Comissões de Planeamento Regional, após tantos anos decorridos e desaproveitados sobre a primeira tentativa, frustrada mas não inútil, traduzida no projecto de lei com que o Prof. Ferreira Dias, então Ministro da Economia, dera já em 1961 o primeiro passo concreto num caminho que alguns espíritos mais esclarecidos sentiam que se impunha percorrer sem demora. Não obstante algum desconsolo a que não pude furtar-me ao ler o acanhado texto que criou os novos órgãos de acção regional, entendi dever aceitar o convite com que o Senhor Presidente do Conselho me honrou para presidir à Comissão do Norte: é que, a par da possibilidade que a função parecia oferecer-me, de prestar á minha região e ao país algum serviço útil – razão que só por si seria suficiente – afigurou-se-me apaixonante, porque cheia de novidade e de oportunidades de acção frutuosa, ainda que humilde no seu desenrolar quotidiano, a tarefa que me era oferecida. Mas porque, sendo apaixonante, o encargo se antolhava também recheado de dificuldades e responsabilidades, não pude deixar de encarar com grandes apreensões o exercício da função em que agora sou investido - na medida em que através dos diplomas definidores dos objectivos e dos condicionalismos da acção das Comissões de Planeamento não me surgiam perfeitamente clarificados os propósitos e satisfatoriamente afirmada a determinação do Governo no tocante ao lançamento de uma poderosa acção de desenvolvimento regional, servida por adequado órgão de planeamento e de coordenação efectiva dos mecanismos de execução. Mais singelamente... tinha dúvidas sobre se o exercício da função que me era entregue estaria rodeado de garantias mínimas de utilidade e eficácia. Confesso – porque admito que a exposição destas coisas possa não ser de todo inútil – que o facto de aceitar a posse deste cargo não significa uma completa tranquilidade do meu espírito quanto às reais possibilidades de um trabalho desembaraçado e tão proveitoso quanto seria de desejar; esta posse significa, antes, a minha convicção de que sem risco de sérios prejuízos de vária ordem não podia a Região do Norte continuar privada do órgão de desenvolvimento com que o Governo quis dotá-la.

Subsistem, pois, algumas dúvidas...E estas surgem, antes de mais, a propósito da debilidade por demais acentuada da orgânica instituída, servida por meios tão desproporcionados á magnitude das tarefas a cumprir, assente num tão aleatório esquema de colaborações voluntárias e tão precariamente inserta no actual quadro dos meios de acção regional, que as Comissões de Planeamento emergem do próprio diploma que as instituiu como dificilmente capazes de corresponder ao que se pretendia que fossem - e muito menos ao que deveriam ser. A experiência alheia tem demonstrado que qualquer projecto de reforma regional carece de ser acompanhado de uma profunda reestruturação administrativa. Mas com reforma regional ou sem ela, a descentralização e a paralela desconcentração do poder de decidir são hoje a palavra de ordem das Administrações que pretendem evoluir em termos que lhes permitam ajustar-se e corresponder às necessidades dos novos tempos.

Ora o facto é que não esperávamos ver nas Comissões de Planeamento a correcta expressão de um pensamento de reforma regional tal como esta é entendida e vai sendo praticada noutros países – pois se compreende e aceita que a Metrópole Portuguesa não reclame soluções deste tipo. Mas cremos, por outro lado, poder considerar-se legítima a posição dos que estranharam não encontrar na criação dos novos órgãos regionais qualquer satisfatória tradução de alguns propósitos de descentralização administrativa; e mais fundada ainda se nos afigura a surpresa dos que verificaram que a instituição das Comissões de Planeamento nem sequer preanunciava um salutar processo de desconcentração de poderes que muitos, com poderosas razões e com base em sérias queixas, reputam cada vez mais necessária e urgente<sup>159</sup>.

A 19 Junho 1971, pelo Decreto-Lei n.º 270/71, é criado o Gabinete da Área de Sines<sup>160</sup>.

A 24 Junho 1971, na posse do Governador Civil de Viana do Castelo, o Ministro do Interior Gonçalves Rapazote diz: “O processo já aberto do desenvolvimento regional põe as suas esperanças na multiplicação de iniciativas, no reforço dos investimentos, na congregação das vontades, na vigorosa determinação de estudar, de programar e de realizar no sector público e no sector privado. Caminharemos, deste modo, para uma autêntica descentralização assente no fortalecimento dos chamados “corpos intermédios” e na sua perfeita integração na política geral do País, que só ao Governo cabe definir e executar. Quando assim não seja e não se favoreça o exercício de poderes autónomos, nem se respeitem os direitos próprios desses mesmos corpos intermédios ou quando não se tenha a segurança de que esses direitos e esses poderes gravitam em volta do centro, cuja presença, muito viva, é indispensável à mesma descentralização, não estaremos no terreno firme dos bons princípios. Efectivamente, descentralizar não é desconcentrar serviços; descentralizar não é permitir que cada região gire fora da órbita do centro; descentralizar não é enfraquecer o tecido da Nação incrustando nele, geometricamente, uma tecnocracia distante e planificadora a controlar uma população abúlica mais ou menos vitaminada, vacinada e revacinada. A descentralização caminha em paralelo com a própria civilização e, por isso, também não é situação que resulte de mera decisão legislativa. A sua perene realização há-de comprometer os meios humanos capazes de a exercitar – a força e a vontade dos homens, a capacidade e o querer”<sup>161</sup>.

Em 30 Outubro 1971, é aceite o pedido de demissão do Subsecretário de Estado do Planeamento, Dr. João Salgueiro; e o Dr. João Mota Pereira de Campos, até aí Presidente da CPR Norte, é nomeado e empossado Ministro de Estado Adjunto, com tutela sobre o Planeamento (execução do III.º e preparação do IV.º Plano de Fomento)<sup>162</sup>.

Em 24 Novembro 1971, é publicado o Decreto-lei n.º 520/71, que obriga à homologação ou autorização oficial dos Estatutos das Cooperativas, existentes ou a criar, que não prossigam fins exclusivamente económicos. Os deputados, da Ala Liberal da Assembleia Nacional, subscrevem um requerimento para que este Decreto-lei fosse avaliado na Assembleia Nacional.

<sup>159</sup> Cfr. Texto integral no Capítulo II.2.

<sup>160</sup> Seria extinto, em 17 Julho 1989, pelo Decreto-Lei 228/89.

<sup>161</sup> Rapazote, António Gonçalves, *Ao compasso da Renovação II (1969-1971)*, Lisboa: Ministério do Interior, 1971, pp. 231-240

<sup>162</sup> Decretos 459/71 e 460/71, de 30 de Outubro; Cfr. ‘Comércio do Porto’, de 30 Outubro 1971, p. 1 e 6;

Em 8 Janeiro 1972 (sábado), o Ministro de Estado Mota Campos - na sessão de encerramento do encontro “No Alvorecer do Desenvolvimento Regional” que reuniu em Ofir os Grupos de Trabalho da CPRN - proferiu um discurso no qual realçou<sup>163</sup>: “As indicadas cautelas de que se rodeou a instituição das Comissões de Planeamento Regional foram, pois, manifestamente ditas pelo propósito de não criar organismos tão pesadamente estruturados e dominadores que fosse difícil articulá-los (com vista a um diálogo permanente e construtivo numa base de estreita cooperação) com os diversos órgãos da administração local e com os serviços do Estado com acção ao nível das regiões. O resultado concreto do compromisso de tendências que a concepção das Comissões traduz foi a criação de um Organismo extremamente interessante, cuja estrutura orgânica, tal como o seu quadro de funções ou atribuições e correspondentes poderes, exprimem simultaneamente um esforço de descentralização administrativa e um propósito de desconcentração de competências. Note-se que o esforço e o propósito referidos foram frouxamente vinculados. Mas vale a pena sublinhá-los, porque a orientação assim definida de descentralizar e desconcentrar pôs em marcha um processo irreversível, capaz de desentranhar-se em preciosas conquistas futuras e que por isso mesmo esperamos ver ampliar-se e acelerar-se”.

Em 9 Janeiro 1972 (domingo), após a leitura do jornal<sup>164</sup>, o Ministro do Interior escreve ao Ministro de Estado Mota Campos<sup>165</sup>: “Acabo de ler o seu discurso de Ofir e venho confirmar a minha muita admiração pelo seu talento e a simpatia que tenho por si e que só facilitam a profundidade da minha discordância. Efectivamente não posso aceitar a sua definição dos objectivos remotos das Comissões de Planeamento. Deixe-me dizer-lhe, claramente, o que penso. O seu discurso está orientado para a futura institucionalização das regiões, para a atribuição de competências, para a desconcentração de serviços e descentralização dos poderes do Governo, numa palavra, para a autarquia. Nada disso está na lei vigente nem no meu espírito aflorou tal ideia quando subscrevi o diploma e considero um grave erro abrir tão largas e infundadas perspectivas. Em lugar de fazer a região administrativa - e não vejo qualquer vantagem em correr atrás de experiências alheias - devemos ocupar-nos da valorização das regiões na medida em que valorizamos equilibradamente os distritos, nas suas estruturas e no funcionamento dos seus órgãos e que, sobretudo, robustecemos os municípios, promovemos a sua federação e associação para dar aos seus serviços possibilidade de satisfazer integralmente as necessidades dos povos. Empolar a posição das comissões regionais e dos seus presidentes atribuindo-lhe poderes que não têm no dispositivo legal nem no plano das realidades, não facilitará a sua acção que é, de si, delicada podendo comprometer a segurança do terreno em que devemos caminhar. O meu ponto de vista sobre o funcionamento das comissões regionais e a sua orgânica é todo outro. A ‘coordenação dos meios de acção regional’ sejam meramente privados, sejam serviços públicos ou organismos corporativos - estes bastante esquecidos - sejam as próprias autarquias, é cometida às comissões regionais em ordem à recolha de estudos e informações relativas à preparação dos planos de fomento e à mobilização gratuita dos valores regionais para o progressivo enriquecimento da comunicação

<sup>163</sup> Cfr. Texto integral no Capítulo II. Sobre os conceitos de ‘Descentralização administrativa’ e ‘Desconcentração de competências’, entre 1970-1972, Cfr. Marcelo Caetano, *Manual de Direito Administrativo*, 9ª edição, Coimbra: Coimbra Editora, 1970, Tomo 1, pp. 243-249.

<sup>164</sup> ‘Diário de Notícias’, 9 Janeiro 1972, p. 7.

<sup>165</sup> Cfr. Texto integral no Capítulo II.

humana que está na base da compreensão do próprio fenómeno do desenvolvimento. Planear não é desenvolver e reformar estruturas pode ser retroceder... A descentralização administrativa favorece-se fortalecendo as autarquias existentes, dando-lhes vigor e autenticidade e nunca dissolvendo-as na região”.

Na resposta à carta do Ministro do Interior Gonçalves Rapazote, diz o Ministro de Estado Mota Campos<sup>166</sup>: A sua carta, sobre o meu pobre discurso em Ofir, causou-me algum pesar - não por denunciar um desacordo de pontos de vista que eu creio não ser real (ou que, a existir, será sobre questões secundárias), mas por verificar que me terei exprimido tão defeituosamente que dei lugar a uma errada interpretação do meu pensamento. Também eu creio na realidade actual e nas potencialidades do município e do distrito, cuja força, traduzida em acrescida capacidade de decisão e de execução dos respectivos órgãos, convém revigorar. É isto que eu tenho em mente quando, no seguimento de uma orientação que está de novo em marcha por toda a parte, insisto em falar em descentralização administrativa. Também eu penso - e claramente o disse já no discurso que proferi aquando da minha posse como Presidente da Comissão de Planeamento do Norte - que a Região, como autarquia local, não tem sentido entre nós... Para mim a Região é apenas o quadro espacial, geograficamente individualizado, em que problemas comuns, no domínio do económico e do social, podem ser encarados em termos de resolução conjunta. Mas isto não significa que na região não deva funcionar um órgão de estudo e acção, com forte presença de um prestigiado agente do poder central (o Presidente da Comissão) a par de uma representação orgânica das várias parcelas territoriais (os vogais dos distritos) e de uma larga intervenção dos Serviços Públicos e do sector privado (Grupos de Trabalho) - ao qual se cometa a análise dos problemas que transcendem o quadro geográfico do Concelho e do Distrito, e que converta os resultados do seu estudo em planos e programas de valorização regional a propor ao órgão central competente e que, aprovados tais programas, promova e dinamize as iniciativas voltadas para a sua execução. Dotado de tais atribuições, o órgão precisa de correspondentes poderes e de alguns meios de acção. Porque se trata de um órgão regional, que não é um serviço público subordinado hierarquicamente ao poder central, as atribuições e poderes referidos exprimem uma certa dose de descentralização; mas como na Comissão avulta a figura do Presidente - esse sim delegado do poder central - deparamos também com um princípio de desconcentração ou delegação de competências num escalão de nível regional. Isto parece-me ser doutrina corrente, que não terá cabimento expor mais pormenorizadamente a V. Excelência que melhor do que eu domina estes conceitos básicos. Creio, assim, que não exagerei o papel das Comissões no tocante às tarefas que a lei exclusivamente põe a seu cargo no quadro regional nem subestimei a necessidade de uma estreita colaboração entre as Comissões e os Municípios e Juntas Distritais...”

Em 10 Janeiro 1972 (segunda-feira), o Ministro do Interior A. Rapazote, envia aos Governadores Civis a Circular N°1/72<sup>167</sup>: “Em virtude de graves desvios na correcta interpretação dos objectivos e das funções das Comissões Consultivas Regionais criadas pelo Decreto-Lei n.º. 48 905, de 11 Março 1969 - Comissões que não têm poderes deliberativos, nem executivos, nem autoridade sobre a Administração local - e a fim de evitar maiores confusões, determino que, de futuro, os

<sup>166</sup> Cfr. Texto integral no Capítulo II.

<sup>167</sup> Cfr. Texto integral no Capítulo II.

Senhores Governadores Civis não compareçam a qualquer reunião destas Comissões, tanto no Continente como nas Ilhas Adjacentes, devendo limitar-se, quando assim o entendam, a enviar um representante como a lei lhe permite – artº 4º do Decreto-Lei nº 49.364, de 8 Novembro 1969”.

Em 11 Janeiro 1972, o Eng.º António Eduardo Carneiro - ainda Governador Civil de Portalegre, mas já indigitado Presidente da CPRN - escreve ao Ministro do Interior<sup>168</sup>: “Por aquela circular vejo que estão em causa, de certo por boas razões, a harmonia e colaboração entre os órgãos regionais de planeamento e a administração política local....Estou saturado de lutas na função pública e tenho desta uma triste experiência...O certo é que verifico não estar a administração pública harmonizada nos seus múltiplos sectores, não se encontrarem as pessoas condicionadas aos seus próprios poderes e competências, e continuarem a desenvolver lutas estéreis das quais o País é a única vítima. Mas não quero iludi-lo na minha capacidade e na forma como correspondo à confiança em mim depositada. Tudo é tranquilo quando está morto ou dominado”.

Em 10 de Fevereiro 1972, o Ministro do Interior esclarece na Circular Nº3/72: “O Senhor Governador Civil de Setúbal interpretou erradamente o meu despacho de 10-1-1972 e foi assistir a uma reunião da Comissão Consultiva Regional de Lisboa. Na sua melhor boa fé entendeu que a proibição constante do meu aludido despacho, transmitido a todos os Senhores Governadores Civis pela circular nº1/72, se referia apenas a reuniões ou sessões públicas. Não desejaria que esta falta se repetisse ... As Comissões devem, naturalmente, continuar a informar do dia, hora e local das suas reuniões, pois os Senhores Governadores Civis tem nelas assento de direito, por força do artº 4º do Decreto-Lei número 49.364, de 8 de Novembro de 1969. Porém, nos termos do referido despacho, os Senhores Governadores devem limitar-se a enviar, quando assim o entendam, um seu representante, apenas para conhecer o andamento dos trabalhos, não tomando parte na discussão dos problemas, nem ficando vinculado às decisões da Comissão”.

Em 28 de Fevereiro 1972, na Conferência Anual da Acção Nacional Popular, a Comissão Central integra o Dr. António Gonçalves Rapazote, o Prof. Dr. João Ruiz Almeida Garrett, o Eng.º Camilo de Mendonça e o Dr. Hermes dos Santos.

De Janeiro a Julho 1972, por despacho do Ministro de Estado Mota de Campos (baseado no Decreto-lei 49.132, de 18 Julho 1969), são criadas sete Comissões de Planeamento, junto do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho: I. Comissão de Planeamento da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, da Pesca e das Indústrias Alimentares; II. Comissão de Planeamento das Indústrias Extractivas e Transformadoras e de Energia; III. Comissão de Planeamento de Comunicações e Turismo; IV. Comissão de Planeamento de Infra-estruturas e Políticas Sociais; V. Comissão de Planeamento de Recursos Humanos; VI. Comissão de Planeamento de Recursos Financeiros; VII. Comissão de Planeamento de Desenvolvimento Regional<sup>169</sup>.

<sup>168</sup> Cfr. Carneiro, António Eduardo, *Reabilitação cívico-política*, Porto: CPRN, 1975, pp. 29 a 31:

<sup>169</sup> Cfr. Maria José Oliveira Cruz (Coord.), Carlos Corrêa Gago (Introd.), *Planeamento económico em Portugal 1953-1974: Um acervo histórico*, Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento, 2006, pp. 179-180, On-line: [www.dpp.pt/pages/files/arquivo\\_historico.pdf](http://www.dpp.pt/pages/files/arquivo_historico.pdf)

## Coordenação do planeamento económico entre 1971 e 1974

	Presidente do Conselho	
Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos	Ministro de Estado	
Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica	Secretariado Técnico da Presidência do Conselho	Comissão Consultiva de Política Económica
Comissões de Planeamento: I. Agricult., Silvicult., Pecuária, Pesca e Ind. Alimentares; II. Indústrias Extractivas, Transformadoras e Energia; III. Comunicações e Turismo; IV. Infra-estruturas e Políticas Sociais; V. Recursos Humanos; VI. Recursos Financeiros; VII. Desenvolvimento Regional	Secretaria	Conselho Orientador do Planeamento
	D.S. Planeamento: Divisão Planeamento global Div. Planeamento sectorial Div. Planeamento regional	Centro de Estudos de Planeamento
		Conselho Nacional de Estatística
Comissões de Planeamento e Integração Económica (Províncias Ultramarinas)	D.S. Integração Económica	Instituto Nacional de Estatística

Em 29 Fevereiro 1972, o Eng.º Silv. António Eduardo Carneiro, nomeado em 24 Fevereiro 1972 (IIª Série) Presidente da Comissão de Planeamento Regional do Norte (1972-1975), é empossado pelo Ministro de Estado Mota Campos<sup>170</sup>.

Em 1973, até Abril, o Dr. Diogo Freitas do Amaral escreve no Diário de Notícias<sup>171</sup>: “Menos estudadas têm sido contudo, na perspectiva do desenvolvimento regional, as providências de reforma administrativa capazes de contribuir para reequilibrar o território nacional. Abordaremos hoje, neste artigo, uma dessas providências que se nos afigura merecer atenção muito especial e a que chamamos “descentralização geográfica das instituições administrativas”... O tipo mais conhecido e, certamente, mais antigo de descentralização é o da “descentralização autárquica”... Outro tipo de descentralização, cada vez mais frequente, é o da descentralização institucional, que consiste na criação de institutos públicos autónomos, verdadeiros prolongamentos do Estado, que este lança para descongestionar... O terceiro tipo a considerar é constituído pela “descentralização associativa”, de que a descentralização corporativa é obviamente o exemplo mais importante... Em todas estas modalidades, a descentralização pode e deve servir, em maior ou menor grau, a causa do desenvolvimento regional... Mas quando falamos na descentralização geográfica das instituições administrativas, não é a nenhum é a nenhum dos tipos de descentralização indicados que nos queremos referir. Em qualquer daqueles tipos o que está em causa é, antes de mais, uma redistribuição jurídica de funções... Ora a “descentralização geográfica das instituições” é um fenómeno diferente, bem mais modesto do ponto de vista jurídico, é cetero, embora de grande alcance sob o aspecto político e económico. Trata-se, pura e simplesmente, de promover a transferência gradual, de Lisboa para a província, de todas as instituições administra-

<sup>170</sup> Ver Discursos no Acto de Posse, in *No Alvorecer do Desenvolvimento Regional*, Porto: CPR Norte, 1972, 102 p, CCRNOR 00003-0002-P 711.2/032; e *Vida Rural*, nº 982, de 11.03.1972, pp. 3 e 7.

<sup>171</sup> Cfr. Diogo Freitas do Amaral, *Em prol do Desenvolvimento Regional: A descentralização geográfica das instituições administrativas*, in *Diário de Notícias*, Suplemento ‘Economia e Finanças, 20 Março 1973, pp. 17-18, citado por *Vida Rural*, nº 1038, de 7 Abril 1973.

tivas que não tenham relação directa com as necessidades próprias da população de Lisboa, nem constituam elemento essencial da capital do país. Este movimento ... começa quase sempre pela indústria: é a chamada descentralização industrial. Parece-nos, no entanto, que devia tornar-se extensivo à administração pública.”

Nas eleições de 28 Outubro de 1973, Mota Amaral e Correia da Cunha são os únicos deputados da ala liberal que se mantêm. Com a deserção da ala liberal e da SEDES, Marcelo Caetano tentou gerar novos grupos de apoio, aproximando-se dos que circulavam no Ministério das Corporações, com Baltazar Rebelo de Sousa, e no Ministério da Educação, com Veiga Simão. E nos gabinetes de peritos apoiantes desses dois membros do governo circulavam personalidades como Maria de Lurdes Pintasilgo, Freitas do Amaral, Fraústio da Silva, Amaro da Costa e Roberto Carneiro.

O Projecto do IV Plano de Fomento obtido o parecer da Câmara Corporativa e a aprovação na Assembleia Nacional, é editado<sup>172</sup>. O Ministro de Estado Mota Campos, em 28 Janeiro 1974, faz uma comunicação ao país: “Só a expansão económica permite custear a dispendiosa Política Social e Regional em que estamos empenhados”<sup>173</sup>. Diria 30 anos depois:



Sines: Ministro de Estado Mota Campos e o Presidente CPRC Engrácia Carrilho (ao centro)

“Em 1974, a economia e as finanças estavam cheias de vitalidade. Não faltavam projectos ambiciosos: a primeira fase do molhe do porto de Sines, a obra mais cara que alguma vez foi feita em Portugal; a barragem do Alqueva, que iria começar a ser construída em 1974; a primeira das centrais nucleares, que deveria começar a produzir no início dos anos 80...Se o IV Plano de Fomento tivesse podido ser cumprido, a face de Portugal seria hoje bem diversa”<sup>174</sup>.

<sup>172</sup> *Actas da Câmara Corporativa*, nº 153, de 17 Agosto 1973, pp. 2110 e s; Presidência do Conselho, *Projecto do IV Plano de Fomento*, Lisboa: INCM, 1973-1974, 6 Vol: Vol 1: Metrópole; Vol 2: Ultramar: Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola; Vol 3: Ultramar: Moçambique, Macau, Timor; Vol 4: Parecer da Câmara Corporativa: Continente, Ilhas Adjacentes; Vol.5: Parecer da Câmara Corporativa: Ultramar; Vol.6: Apreciação pela Assembleia Nacional da proposta da lei. [UCPJPII E-124.3 PC-IV/P]

<sup>173</sup> Cfr. *Diário de Notícias*, de 29 Janeiro 1974, p. 1

<sup>174</sup> Cfr. 1.º colóquio do ciclo “Tempos de Transição”, Centro Nacional de Cultura: <http://aeiou.expresso.pt/portugal-viveu-anos-dourados=f411403>



Em 15 Março de 1974, Mota Campos transita para Ministro da Agricultura e do Comércio. Mário Oliveira<sup>175</sup> é o novo Ministro de Estado Adjunto e Alberto Xavier, o novo Subsecretário de Estado do Planeamento. Até ao 25 Abril 1974.

### 1.3.3. Início da Comissão de Planeamento da Região do Norte (1971-1974)

*Em Junho 1971:* No seu mandato como 1º Presidente da Comissão de Planeamento da Região, CPRN (de 7 Junho a 29 Outubro 1971), o Dr. João Mota de Campos, procedeu a várias diligências necessárias à constituição e instalação da CPRN: *i.* Alugou instalações no Porto (à Rua da Constituição, nº 768, 2º andar), abertas ao público em 17 de Junho; *ii.* Admitiu um paquete (o Sr. Jorge Fernandes, ainda hoje funcionário da CCDR-N) e uma dactilógrafa-telefonista; *iii.* Obteve a colaboração do Sr. Jorge Araújo, como Secretário da Comissão; e *iv.* Obteve a designação dos Vogais pelas Juntas Distritais. A primeira Comissão de Planeamento da Região do Norte (Junho 1971-Fevereiro 1972) ficou assim constituída:



As primeiras instalações da CPRN, sitas à rua da Constituição, no Porto, datam de 1971.

<sup>175</sup> Mário Ângelo Morais de Oliveira (1912-1979): Licenciado em Direito; Vice-Presidente (1946-1953) e Presidente (1953-1955) da Junta Nacional do Vinho; Integra em 1948 o Centro de Acção Popular (Grupo da União Nacional, ligado a Marcelo Caetano); Deputado VII Legislatura (1957-1961); Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino (1962 e 1965); Governador do Banco de Angola (1970-1973); Ministro de Estado (Março-Abril 1974)

## 1ª Comissão de Planeamento da Região do Norte

Cargos CPRN	Membros	Notas biográficas
Presidente	Dr. João Mota Pereira de Campos	 <p>Nasceu em Ruivães, Vieira do Minho (1927). Na Univ. Coimbra formou-se em Ciências Jurídicas e Ciências Político-Económicas (1944-1950). Delegado do Procurador da República (1950-1952), Conservador do Registo Predial e Vice-Presidente da Comissão da UN de Esposende (1952-1957); Procurador à Câmara Corporativa na VII Legislatura (1957-1961) onde interveio, nomeadamente, sobre arrendamento rural, emparcelamento, colonização interna e arborização das estradas. Com Ferreira Dias no Ministério da Economia, foi Secretário de Estado da Agricultura, tendo apresentado projectos de novos regimes jurídicos para o arrendamento rural e colonização interna (1961-1962). Advogado em Braga (1962-1971). Presidente da do Norte (7 Junho a 30 Outubro 1971). Ministro de Estado Adjunto da Presidência do Conselho, responsável pelo Planeamento (30 Outubro 1971-14 Março 1974). Ministro da Agricultura e Comércio (15 Março-24 Abril 1974). Mestrado e Doutoramento em Direito Público e Comunitário na Université de Strasbourg (1974-1981). Professor de Direito Comunitário no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da UTL e na Faculdade de Direito da UCP (1982-2004). Representou o Estado Português em causas junto do Tribunal de Justiça Europeu. Foi Presidente da Assembleia-Geral da Forestis, Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1992-1996). Militante do CDS, integrou vários órgãos (Conselho Consultivo, Comissão Política e Conselho Nacional de Jurisdição), sendo indicado por este partido para a Comissão Nacional de Eleições (1997-1998). Membro do Conselho Científico da Ass. Portuguesa de Direito Europeu (2005-2009).<sup>176</sup></p>
Vogal Viana do Castelo	Dr. Alfredo Eduardo Lourenço Pinto	<p>Médico em Vila Praia de Âncora. Governador Civil de Viana do Castelo (04.09.1963 a 08.02.1969). Vogal Distrital de Viana do Castelo na CPR do Norte (1971-1974). Vogal da Comissão Instaladora da Administração Regional de Saúde de Viana do Castelo (1980). Fundou o Lions Clube de V.P. de Âncora (1980). Homenageado a título póstumo pela C.M. Caminha (2003). Falecido.</p>


<sup>176</sup> Cfr. Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa, *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Lisboa, Assembleia da República / Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. 1., pp. 320-321; Cfr. Bibliografia em II.3.

## 1ª Comissão de Planeamento da Região do Norte (continuação)

Cargos CPRN	Membros	Notas biográficas
Vogal Braga	Dr. Teotónio Rebelo Teixeira de Andrade e Castro	Senhor da Casa da Portela (S. Tiago de Gagos, Celorico de Basto) e da Casa de Recobelo (Rendufinho, Póvoa de Lanhoso), onde nasceu em 1927. Licenciado em Direito (1950). Sub-delegado e Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, em Vila Real, Braga, Angra do Heroísmo e Portalegre (1952-1965). Presidente da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Braga (1965-1968). Presidente da Junta Distrital de Braga (1968-1972; 1972-1974). Presidente da Federação das Casas do Povo do Distrito de Braga (1969-1973). Vogal do Distrito de Braga na CPR Norte (1971-1974). Presidente da Comissão Executiva da Feira Agrícola de Braga (1971-1973). No Congresso da Acção Nacional Popular (Maio 1973), apresentou a tese “Planeamento e Política Regional”, sendo depois Deputado por Braga à Assembleia Nacional (1973-1974). Co-autor de ‘Pedras de armas tumulares do distrito de Braga’, Braga: Junta Distrital de Braga (1970-1971). Faleceu em 2003 <sup>177</sup> .
Vogal Porto	Prof. Dr. João Ruiz de Almeida Garrett 	Natural do Porto (1923); Licenciado em Direito (1946), Doutoramento em Ciências Político-Económicas (1961) e Prof. Catedrático (1984) na Faculdade de Direito da Universidade Coimbra, onde ensinou Finanças Públicas e Economia Internacional e dirigiu o Centro de Estudos de Planeamento Económico. Ensinou Economia (keynesiana) na Faculdade de Economia do Porto (1953-1974). Como Procurador à Câmara Corporativa (1965-1969), foi, nomeadamente, o Relator do Parecer nº 9/IX sobre o Projecto do IIIº Plano de Fomento (1968-1973) para o Continente e Ilhas. Na Presidência do Conselho, foi o 1º Presidente do Conselho Orientador do Centro de Estudos Planeamento (1968-1969). Presidente da Comissão Distrital do Porto da ANP, foi Deputado pelo Círculo do Porto à Assembleia Nacional (1969-1973; e 1973-1974). Vogal, pelo Distrito do Porto, na Comissão de Planeamento da Região do Norte (1971-1973). Dirigiu a Faculdade de Direito da Universidade de Macau, por onde é Doutor Honoris Causa, e colaborou na instalação de cursos universitários de Angola e Moçambique. Fundou a Universidade Livre e a Universidade Portucalense. Aqui foi Director do Departamento de Economia e do Centro de Estudos de Economia Aplicada, Investigador de Economia Internacional, Macro Economia, História do Pensamento Económico e Política Económica, Decano e Reitor interino. Grande-Oficial da Ordem da Instrução Pública, foi membro da Comissão de Avaliação das Universidades Portuguesas. Faleceu em Maio 2007 <sup>178</sup> .

<sup>177</sup> Idem, Vol. 1, pp. 405.<sup>178</sup> Idem, Vol. 1., p. 706; Cfr. Bibliografia em II.3.

## 1ª Comissão de Planeamento da Região do Norte (continuação)

Cargos CPRN	Membros	Notas biográficas
Vogal Vila Real	Dr. João António Teixeira Canedo	Nasceu em Montalegre, em 1928. Frequentou o liceu Sá de Miranda em Braga (1938-1945) e a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1945-1951). Advogado, Conservador Registo Predial, Presidente da C.M. Montalegre (1959-1971) e Procurador à Câmara Corporativa (1961-1965). Co-autor de 'Montalegre e Terras de Barroso' (1968). Deputado por Vila Real à Assembleia Nacional (1969-1973; 1973-1974). Na Comissão de Planeamento da Região do Norte foi Vogal pelo distrito de Vila Real (1971-1974), Vice-Presidente em exercício (01.10.1971-28.02.1972) e Vice-Presidente (1972-1974). Notário Privativo da Câmara Municipal de Lisboa (1972-1993). Membro da Casa de Trás-os-Montes em Lisboa. Louvado pela C.M. Lisboa (1980) e agraciado pela C.M. Montalegre com a Medalha de Honra pela sua dedicação às Terras de Barroso (1991). Faleceu em 1993 <sup>179</sup> .
Vogal Bragança	Dr. João José Pessoa Trigo	Nasceu em Valverde, Alfandega da Fé, em 1922. Licenciou-se em Medicina Veterinária. No seu concelho, foi Veterinário Municipal, Subintendente de Pecuária, Presidente da Câmara Municipal (1959-1971), Presidente da Assembleia-Geral da Casa do Povo e Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional. Foi ainda membro da Junta Distrital. A nível regional, foi Director da Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano e Vogal pelo distrito de Bragança na Comissão de Planeamento da Região do Norte (1971-1974). A nível nacional, foi Procurador à Câmara Corporativa (1961-1965; 1969-1973; e 1973-1974). Já comendador, integrou a Comissão Honra do III Congresso Trás-os-Montes e Alto Douro (Bragança, 26-28 Setembro 2002). Falecido <sup>180</sup> .
Secretário	Sr. Jorge Dias Félix G. Araújo 	Nasceu em Alvarães, Viana do Castelo, em 1932. Criou a Comissão Desenvolvimento do Minho. Foi Gestor do PNPG (com o Presidente Lagrifa Mendes), Gestor das Águas de Carvalhelhos e Secretário da Associação das Termas de Portugal. Na Comissão de Planeamento da Região do Norte, com Mota Campos, Eduardo Carneiro e Valente de Oliveira, foi Secretário, coordenador do Turismo e animador da Comissão de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro. Como chefe de gabinete do Presidente da CM do Porto, Eng.º Paulo Valada, organizou a conferência 'Os portugueses e o Mundo'. Como assessor do S.E. do Turismo, Licínio Cunha, organizou o III Congresso Nacional de Turismo. Foi, ainda, Vereador da CM Esposende, Administrador do Hospital S. João do Porto e Vice-Governador Civil do Porto. Promoveu a Associação Terras de Mar, para a animação cultural, turística e comercial de Esposende, Póvoa de Varzim e Viana do Castelo (1999-2001). Dinamizou vários projectos turísticos privados. Faleceu em 2008 <sup>181</sup> .

<sup>179</sup> Cfr. Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa, *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Lisboa, Assembleia da República / Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. 1., p. 326; Cfr. Fonte, Barroso da, *Dicionário dos mais ilustres Trasmontanos e Alto Durienses*, Vol I, Guimarães, 1998;

<sup>180</sup> Cfr. Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa, *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Lisboa, Assembleia da República / Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. 2., p. 711;

<sup>181</sup> Cfr. Homenagem a Jorge Araújo, in 'O Forjanense', Ano 22, 2ª s., nº 230 (22.04.2008) [www.esposendeonline.com/jornais/forjanense\\_200804.pdf](http://www.esposendeonline.com/jornais/forjanense_200804.pdf); e nº 232 (19.06.2008) [http://www.esposendeonline.com/jornais/forjanense\\_200806.pdf](http://www.esposendeonline.com/jornais/forjanense_200806.pdf); Também "Aurora do Lima", nº24, de 26.03.2008

*Em Julho 1971:* No dia 2, em Braga, a CPRN colaborou na organização do ‘Dia do Planeamento’ na feira ‘Agro 71’, que contou com a presença do Dr. João Salgueiro (Subsecretário de Estado do Planeamento Económico), do Dr. Mota Campos (Presidente da PRN); do Dr. Teotónio Rebelo Teixeira de Andrade e Castro (Presidente da Comissão Executiva da ‘Agro 71’ e Vogal da CPRN); e do Eng.º Agr.º João Vasconcelos (da Estação Agrária de Braga)<sup>182</sup>.

No dia 9, o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho enviou à CPRN um questionário<sup>183</sup>, solicitando indicações sobre vias de desenvolvimento da Região:

*i.* Acções, de iniciativa pública ou privada, que fossem merecedoras de estudo e preparação para a sua inclusão no IV Plano de Fomento (projectos de investimento, acções de fomento, medidas de política);

*ii.* Modificações significativas ocorridas na problemática da Região, relativamente à situação caracterizada no III Plano de Fomento e no Relatório do Ordenamento do Território, com apreciação da adequação e operacionalidade dos princípios e orientações aí expressos, à luz da situação actual da Região;

*iii.* Inventário de estudos e diagnósticos efectuados ou em curso sobre a Região e sugestões de outros a efectuar para o seu aprofundamento e actualização. No dia 14, na imprensa do Porto, surge o artigo ‘Hora de Trás-os-Montes: o ensino e o desenvolvimento regional’<sup>184</sup>.

No dia 22, realiza-se em Coimbra um seminário com os vários Grupos de Trabalho da CPR Centro, o qual também contou, com a presença do Dr. João Salgueiro (Subsecretário de Estado do Planeamento Económico), do Eng.º Agr.º José A Santos Varela (Chefe da Divisão de Planeamento Regional do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, em representação do Director Geral) e do Dr. João Mota de Campos (Presidente da CPRN, a colher pistas para a condução do processo no Norte)<sup>185</sup>.

No dia 26, a CPRN reuniu pela primeira vez formalmente, assinalando o início da sua actividade. Nesta data, a sua orgânica baseava-se ainda em colaborações voluntárias<sup>186</sup>.

*Em Agosto 1971:* O Secretariado Técnico envia o “Programa dos Trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento”<sup>187</sup>, com o seguinte calendário, no que respeita às Regiões...

<sup>182</sup> Cfr. ‘Comércio do Porto’, de 3 Julho 1971, p. 3

<sup>183</sup> Cfr. Comissão de Planeamento da Região do Norte, *Trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento: Resposta a um questionário do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho*, Porto: CPRN, Setembro 1971, pp. 1-4, CCRNOR 00058/G

<sup>184</sup> Cfr. ‘Comércio do Porto’, de 14 Julho 1971, p. 14;

<sup>185</sup> Cfr. ‘Comércio do Porto’, de 23 Julho 1971, p. 1 e 9;

<sup>186</sup> Cfr. Comissão de Planeamento da Região do Norte, *Trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento: Resposta a um questionário do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho*, Porto: CPRN, Setembro 1971,

<sup>187</sup> Cfr. *Programa dos Trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento*, Lisboa: Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, Agosto 1971, 40 p.

Prazo	Trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento
30 Junho 1971	Decisões do Governo sobre as características, metodologia e calendário dos trabalhos preparatórios
9 Julho 1971	STPC envia às CPR's Questionário preliminar
15 Setembro 1971	Cada CPR envia ao STPC a resposta ao Questionário preliminar
30 Novembro 1971	Cada CPR envia ao STPC o Relatório Preliminar
31 Janeiro 1972	Cada CPR envia ao STPC informações e sugestões para o Relatório Geral Preparatório
31 Março 1972	Cada CPR envia ao STPC os Relatórios de Propostas
30 Abril 1972	Discussão Pública, em cada Região, do Relatório Geral Preparatório e dos Relatórios de Propostas Regionais
30 Junho 1972	STPC envia às CPR's directrizes resultantes das decisões sobre o Relatório Geral Preparatório
30 Novembro 1972	Cada CPR colabora na conclusão do respectivo Relatório – Programa Regional
31 Março 1973	Ante-Projecto do IV Plano de Fomento
30 Abril 1973	Apreciação do Ante-Projecto do IV Plano de Fomento pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos
30 Junho 1973	Parecer da Câmara Corporativa sobre o Ante-Projecto do IV Plano de Fomento e respectiva proposta de lei
31 Julho 1973	Apreciação da Assembleia Nacional sobre o Ante-Projecto do IV Plano de Fomento e respectiva proposta de lei
31 Dezembro 1973	Ajustamentos e publicação do IV Plano de Fomento

...e o Dr. Mota Campos prepara a “Resposta a um questionário do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho”.

Em Setembro 1971: Entre os dias 2 e 11<sup>188</sup>, o Presidente Mota Campos, apoiado por vogais da Comissão, participa em várias reuniões preparatórias do IV Plano de Fomento: *i.* Em Mirandela, Chaves, Vila Real, Régua, Viana do Castelo e Braga; *ii.* Com Governadores Cívicos e diversos representantes de Autarquias, de Serviços desconcentrados do Estado e de Instituições económicas e sociais; *iii.* Sobre agricultura, vinho, floresta, minas, indústria, turismo, urbanização, infraestruturas, navegabilidade do Douro, porto de Viana e ensino. Após a auscultação da Região, a “Resposta a um questionário do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho” (recebido em Julho 1971), é concluída, aprovada em reunião da CPRN, e remetida ao Secretariado Técnico<sup>189</sup>. Neste documento, a CPRN considera o tratamento do Norte nos textos preliminares do Secretariado Técnico para o IV Plano de Fomento - e em especial no relatório sobre “Ordenamento do

<sup>188</sup> Cfr. ‘Comércio do Porto’, de 3 Set. 1971 (p. 4), 9 Set. 1971 (p. 4), 11 Set. 1971 (p.5) e 17 Set. 1971; e ‘Vida Rural’, n.º 956, 11 Set. 1971 (p. 4);

<sup>189</sup> Cfr. Comissão de Planeamento da Região do Norte, *Trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento: Resposta a um questionário do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho*, Porto: CPRN, Setembro 1971, 72 p – CCRNOR 00058/G

Território”<sup>190</sup>- como um ponto de partida insuficiente. E, depois de argumentar que a análise da problemática da Região Norte não sofrera grande evolução, relativamente à efectuada no IIIº Plano de Fomento (1967), realça algumas linhas de acção aí consideradas, essenciais para o Norte, mas desaparecidas do relatório sobre “Ordenamento do Território” (1969). Apresenta e justifica as seguintes propostas a inserir no IV Plano de Fomento:

Domínio	Projecto	Local
Agricultura, Pecuária, Silvicultura	Rega, Drenagem, Correção de Estruturas, Reconversão e Fomento da Produção, Industrialização, Comercialização	A.I. Chaves-Vila Pouca Aguiar
	Idem e, ainda, Correção Torrencial (Vilariça)	A.I. Terra Quente
	Ordenamento Hidráulico (Barragem do Lindoso), Drenagem e Rega de 5.000 ha, Correção de Estruturas, Reconversão e Fomento da Produção, Industrialização, Comercialização	A.I. Vale do Lima
	Reordenamento agrário (agro-pecuária nas veigas, viticultura e fruticultura nos socalcos e florestação no resto), Correção de estruturas, Industrialização, Extensão, Turismo Rural de Montanha	Entre Douro e Minho
	Melhoramento de pequenos regadios fora de áreas integradas e reorganização fundiária	Norte
	Florestação da Propriedade Privada	Entre Douro e Minho – 20.000 ha Trás-os-Montes – 80.000 ha
	Reordenamento da vinha	Douro
Indústria extractiva	Minérios de Moncorvo, Granitos e Pedras Ornamentais, Volfrâmio e outros minérios	Trás-os-Montes
Indústria Transformadora	Parque industrial (Pólo)	Braga-Guimarães
	Zonas industriais	Viana do Castelo, Vila Real, Mirandela
	Ampliação dos Estaleiros Navais	Viana do Castelo
	Fábrica de Celulose	Douro Superior
	Indústria utilizadora dos excedentes de energia eléctrica	Douro
Energia	Barragens hidroeléctricas (Pocinho, Foz do Tua, Valeira, Crestuma)	Douro
	Sistema de barragens polivalentes (energia, regularização, rega)	Vale do Lima
	Ampliação da Refinaria da SACOR	Matosinhos
	Abastecimento de energia	Sub-região Interior

<sup>190</sup> Cfr. *Política de Ordenamento do Território*, Lisboa: Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, Outubro 1969, 90 p.

Domínio	Projecto	Local
Infraestruturas	Navegabilidade do Douro (Barragens com eclusas)	Douro
	Melhoria do Porto de Viana do Castelo	Viana do Castelo
	Melhoria do Aeroporto de Pedras Rubras	Matosinhos / Maia
	Aeródromo do Nordeste	Mirandela / Macedo de Cavaleiros
	Aeródromo do Alto Minho	Viana do Castelo
	Auto-estradas (Porto-Braga, Porto-Póvoa V., Porto-Penafiel)	Sub-região litoral
	Vias rápidas (Braga-Guimarães, Vila Real-Régua-Lamego)	Norte
	Melhoria de estradas (Póvoa-Viana, Penafiel-Vila Real-Mirandela, Braga-Barcelos, Barcelos-Famalicão, Guimarães-Stº Tirso-Porto, Guimarães-FelgueirasAmarante, Vila Real-Chaves-Bragança)	Norte
	Electrificação e equipamento da via-férrea Braga-Porto	Sub-região litoral
	Ordenamento urbanístico da 'conurbação' do noroeste (áreas mais densas dos distritos de Braga, Porto e Aveiro)	Sub-região litoral
Turismo	Ordenamento do PNPG para fins científicos, educativos e turísticos e criação de infra-estruturas	Parque Nacional da Peneda Gerês
	Melhoria e aumento da rede de Pousadas onde não há hotelaria	Norte
	Rede de equipamentos de animação turística	Norte
	Caça e pesca: Repovoamento (rios e montes) e regulamentação	Norte
Educação	Instituto Superior de Agricultura e Silvicultura	Braga
	Instituto Médio Agrícola	Braga
	Escolas Secundárias Agrícolas	Braga, Mirandela, Chaves ou Vila Real
	Institutos Politécnicos (Comercial e/ou Tecnológico)	Braga ou Guimarães, Vila Real
	Instituto Propedêutico de Saúde (ligado à Fac. Medicina do Porto)	Braga
Centros de Formação Profissional	Para a indústria	Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Vila Real, Mirandela
	Para a hotelaria	Viana do Castelo, Braga
	Para a agricultura	Ponte de Lima, Braga, Chaves, Mirandela
Medidas de apoio	Sociedade de desenvolvimento regional	Norte
	Delegação do INE	Porto
	Gabinetes de Urbanismo e Engenharia das Juntas Distritais	Distritos do Norte
Industria Transformadora	Parque industrial (Pólo)	Braga-Guimarães
	Zonas industriais	Viana do Castelo, Vila Real, Mirandela
	Ampliação dos Estaleiros Navais	Viana do Castelo
	Fábrica de Celulose	Douro Superior
	Industria utilizadora dos excedentes de energia eléctrica	Douro



Domínio	Projecto	Local	
Energia	Barragens hidroeléctricas (Pocinho, Foz do Tua, Valeira, Crestuma)	Douro	
	Sistema de barragens polivalentes (energia, regularização, rega)	Vale do Lima	
	Ampliação da Refinaria da SACOR	Matosinhos	
	Abastecimento de energia	Sub-região Interior	
Infraestruturas	Navegabilidade do Douro (Barragens com eclusas)	Douro	
	Melhoria do Porto de Viana do Castelo	Viana do Castelo	
	Melhoria do Aeroporto de Pedras Rubras	Matosinhos / Maia	
	Aeródromo do Nordeste	Mirandela / Macedo de Cavaleiros	
	Aeródromo do Alto Minho	Viana do Castelo	
	Auto-estradas (Porto-Braga, Porto-Póvoa V., Porto-Penafiel)	Sub-região litoral	
	Vias rápidas (Braga-Guimarães, Vila Real-Régua-Lamego)	Norte	
	Melhoria de estradas (Póvoa-Viana, Penafiel-Vila Real-Mirandela, Braga-Barcelos, Barcelos-Famalicão, Guimarães-Stº Tirso-Porto, Guimarães-FelgueirasAmarante, Vila Real-Chaves-Bragança)	Norte	
	Electrificação e equipamento da via-férrea Braga-Porto	Sub-região litoral	
	Ordenamento urbanístico da 'conurbação' do noroeste (áreas mais densas dos distritos de Braga, Porto e Aveiro)	Sub-região litoral	
	Turismo	Ordenamento do PNPG para fins científicos, educativos e turísticos e criação de infra-estruturas	Parque Nacional da Peneda Gerês
		Melhoria e aumento da rede de Pousadas onde não há hotelaria	Norte
		Rede de equipamentos de animação turística	Norte
Caça e pesca: Repovoamento (rios e montes) e regulamentação		Norte	
Educação	Instituto Superior de Agricultura e Silvicultura	Braga	
	Instituto Médio Agrícola	Braga	
	Escolas Secundárias Agrícolas	Braga, Mirandela, Chaves ou Vila Real	
	Institutos Politécnicos (Comercial e/ou Tecnológico)	Braga ou Guimarães, Vila Real	
	Instituto Propedêutico de Saúde (ligado à Fac. Medicina do Porto)	Braga	
Centros de Formação Profissional	Para a indústria	Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Vila Real, Mirandela	
	Para a hotelaria	Viana do Castelo, Braga	
	Para a agricultura	Ponte de Lima, Braga, Chaves, Mirandela	
Medidas de apoio	Sociedade de desenvolvimento regional	Norte	
	Delegação do INE	Porto	
	Gabinetes de Urbanismo e Engenharia das Juntas Distritais	Distritos do Norte	

No dia 26, o Dr. Mota Campos, Presidente da CPRN, e o Prof. João Ruiz Almeida Garrett, Vogal da CPRN, vão a Montalegre participar na homenagem do Município ao seu Presidente, Dr. João Canedo, que atingira o termo do seu mandato<sup>191</sup>. No fim do mês, o Secretariado Técnico solicita à CPRN a previsão de tráfego fluvial de mercadorias no Douro (nacional e internacional)<sup>192</sup>.

Em Outubro 1971: O Secretariado Técnico envia “Participação das Comissões Regionais de Planeamento na preparação do IV Plano de Fomento<sup>193</sup>: *i.* Objectivos do trabalho preparatório regional (diagnóstico regional, objectivos de desenvolvimento a médio e longo prazos, acções e medidas a inserir no IV Plano); *ii.* Organização e calendário; e *iii.* Esquema do Relatório de Propostas.

Entra ao serviço da CPRN, destacada pelo Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, a economista Dr.<sup>a</sup> Maria Fernanda Ribeiro dos Santos, técnica de 1.<sup>a</sup> Classe. O Presidente Mota Campos contactara, também, vários técnicos (Maria do Céu Esteves, economista; Mário Bruxelas, arquitecto; Machado Rodrigues, engenheiro de transportes; João Vasconcelos, agrónomo), a contratar de Outubro a Dezembro, para constituírem um gabinete técnico ad hoc que colabore na recolha de elementos e na redacção dos Relatórios (Preliminar e de Propostas) da Região Norte, para o IV Plano de Fomento.

A CPRN reúne em Mirandela, com Governadores Civis de Bragança e Vila Real e outras entidades, sobre os projectos da Fábrica de Celulose da Sub-região Interior e da Navegabilidade do Douro. A CPRN prepara um pequeno inquérito de auscultação regional (perspectivas gerais de evolução regional, inventariação de potencialidades de desenvolvimento, medidas de política a tomar para o desenvolvimento e ordenamento espacial regional). A CPRN envia cópias da “Resposta a um questionário do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho” aos Governadores Civis, Juntas Distritais, Deputados, Directores de Serviços Regionais, Administrações Portuárias, Organismos Corporativos e a algumas entidades privadas, solicitando a sua opinião. A CPRN procede a diligências para a constituição dos Grupos de Trabalho (recolha de informações, contactos e convites). O Dr. Mota de Campos nomeia o Eng.<sup>o</sup> Agr.<sup>o</sup> Carlos Torres para presidir ao Grupo de Trabalho da Lavoura.

No dia 20, a imprensa volta a Trás-os-Montes<sup>194</sup>: ‘Cachão, pólo de desenvolvimento numa província abandonada’. No dia 29, por Despacho do Presidente Mota Campos, é criado o Grupo de Trabalho ad hoc para estudar a localização do Centro urbano polarizador da Sub-região interior<sup>195</sup>. No dia 30, Mota Campos toma posse como Ministro de Estado e do Plano.

<sup>191</sup> Cfr. ‘Comércio do Porto’, de 27 Set. 1971, p. 4;

<sup>192</sup> Cfr. Canedo, João António Teixeira, *Relatório do Vice-presidente em exercício da Comissão de Planeamento da Região do Norte* (art. 8.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 2 do Decreto n.<sup>o</sup> 49364): período de 1 Outubro 1971 até 31 Janeiro 1972, Porto: CPRN, 1972, 93 f. [CCRC 02/21]

<sup>193</sup> *Participação das Comissões Regionais de Planeamento na Preparação do IV Plano de Fomento*, Lisboa: Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, Outubro 1971, 21 p.

<sup>194</sup> Cfr. ‘Comércio do Porto’, de 20 Out. 1971, p. 16;

<sup>195</sup> Cfr. Canedo, João António Teixeira, *Relatório do Vice-presidente em exercício da Comissão de Planeamento da Região do Norte* (art. 8.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 2 do Decreto n.<sup>o</sup> 49364): período de 1 Outubro 1971 até 31 Janeiro 1972, Porto: CPRN, 1972, 93 f. [CCRC 02/21]

De 30 de Outubro 1971 a 23 Fevereiro 1972, a CPRN está sem Presidente, mas não parou: reuniu 4 vezes (19 Novembro, 16 e 27 Dezembro, 17 Janeiro) e o Vogal João Canedo foi designado como Vice-Presidente em exercício<sup>196</sup>.

*Em Novembro 1971:* O Secretariado Técnico envia o documento “Regionalização do IV Plano de Fomento”<sup>197</sup>, no qual, em síntese, sublinha o grande objectivo do IV Plano: a correcção das assimetrias regionais, através do reequilíbrio da rede urbana, da descentralização industrial, e do ordenamento agrícola e rural.

A CPRN realiza o inquérito de auscultação regional, preparado no mês anterior, junto de diversas entidades e organismos, e trabalha no apuramento dos dados. A CPRN reúne com os Deputados e Governadores Civis do Norte para análise da “Resposta a um questionário do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho” e recolhe elementos para os relatórios futuros. A CPRN reúne com os indigitados Presidentes e Relatores dos Grupos e Trabalho para analisar da “Resposta a um questionário do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho”, estudar os esquemas dos relatórios (preliminar e de propostas) a elaborar para o IV Plano de Fomento e esquematizar o mandato dos Grupos de trabalho. No dia 12 e 13, a CPRN reúne em Salamanca com as autoridades e representantes das organizações económicas para preparar a sua participação num Grupo de Trabalho Luso-Espanhol sobre a navegabilidade do Douro. No dia 17, a CPRN reúne para tratar de vários assuntos (quadro de pessoal, abastecimento de energia eléctrica à Sub-região Interior, constituição dos grupos de trabalho, navegabilidade do Douro, trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento). A CPRN decide admitir um novo economista, como técnico estagiário (Dr.<sup>a</sup> Isabel Maria Aguiar Branco), para apoio à actividade dos Grupos de Trabalho. O Gabinete Técnico ‘ad hoc’, encarregado dos Relatórios (preliminar e de propostas), solicita à CPRN a inclusão de um Arquitecto Paisagista. A CPRN reúne em Lisboa, no Secretariado Técnico, com o Director do Gabinete de Planeamento dos Ministérios das Obras Públicas e Comunicações. No dia 25, a CPRN envia ao Secretariado Técnico a previsão do tráfego fluvial de mercadorias no Douro no ano de 1977 (entrada de 387.000 e saída de 3.403.000 ton). Inicia-se a preparação do Encontro dos Grupos de Trabalho, já constituídos:

<sup>196</sup> Cfr. Canedo, João António Teixeira, *Relatório do Vice-presidente em exercício da Comissão de Planeamento da Região do Norte* (art. 8º nº 2 do Decreto nº 49364): período de 1 Outubro 1971 até 31 Janeiro 1972, Porto: CPRN, 1972, p. 4

<sup>197</sup> *Regionalização do IV Plano de Fomento*, Lisboa: Lisboa: Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, Novembro 1971, 22 p.

### Grupo de Trabalho Permanente n° 1 - Lavoura

Historial	Grupo de Trabalho obrigatório pelo artº 8, n° 2, Decreto 48.905, 11 Março 1969; Diligências do Presidente Mota Campos para constituição do Grupo e nomeação do Presidente; CPRN aprova Grupo em 19 Nov. 1972 (Acta 3)	
Presidente	Eng.º Agr.º Carlos Torres, Porto	Relator Eng.º Agr.º João Vasconcelos, Braga
27 Vogais	Sub-região Litoral	Sub-região Interior
	Abílio Teixeira Ribeiro, Póvoa de Lanhoso	Eng.º Alfredo Sebastião Alves, Chaves
	Eng.º António Pereira Meireles R Lacerda, P. Barca <sup>198</sup>	Eng.º Álvaro Maximiliano Miranda Guedes, Mirandela
	Eng.º Artur de Oliveira Pinho, Porto	Dr. António Alves da Silva, Mirandela
	Avelino Meira do Poço, Viana do Castelo <sup>199</sup>	Reg. Agrº António Barroso de Moura, Pedras Salgadas
	David Assunção, Porto <sup>200</sup>	Eng.º António Clemente Meneres Manso, Mirandela
	Dr. Domingos Martins Gandra, Braga	Dr. António Oliveira Vieira, Vila Real
	Eng.º Joaquim Abrantes Zenhas, Vale de Cambra	Eng.º Eugénio Sequeira Varejão, Vila Real
	Eng.º José Garrido Meireles, Celorico de Basto	Eng.º Fernando Vilhena de Gusmão, Montalegre
	Eng.º Silv. José Moreira da Silva, Porto	Eng.º Francisco Manuel Araújo, Mirandela
	Eng.º Manuel José de Almeida, Braga	Eng.º Hugo Magalhães Domingos, Lisboa
	Dr. Teodósio Marques Antunes, Viana do Castelo	José Barroso, Chaves
	Dr. Vasco Maria Pereira Pinto Costa Ramos, Porto <sup>201</sup>	Eng.º José do Nascimento Garcia, Mirandela
	Delegado do INTP, Porto	Dr. Miguel Brás, Vila Real;
		Delegado do INTP, Vila Real

### Grupo de Trabalho Permanente n° 2 - Indústria

Historial	Grupo de Trabalho obrigatório pelo artº 8, n° 2, Decreto 48.905, 11 Março 1969; Diligências do Presidente Mota Campos para constituição do Grupo; Continuação diligências e nomeação do Presidente pelo Dr. João Canedo, Vice-Presidente em exercício; CPRN aprova Grupo em 19 Nov. 1972 (Acta 3) com acertos em 17 Jan. 1972 (Acta 6).	
Presidente	Eng.º Eduardo Ferreirinha, Porto	Relator Eng.º Armando António Correia, Braga
20 Vogais	Eng.º Alberto de Serpa Ferrão Rebelo, Porto	Eng.º José Manuel Soeiro de Carvalho, Viana do Castelo
	Eng.º Alberto Morais Cerveira, Porto	Eng.º José Paulo Ferrand de Almeida, Mirandela
	Dr. Amândio Augusto Martins, Porto	Dr. Manuel Antunes da Lomba, Vila Real
	Eng.º António Braga Couto Soares, Porto	Eng.º Manuel António Brandão da Cunha Lima, Porto
	Eng.º Diogo Paiva Brandão, Porto	Eng.º Manuel Cardoso Simões, Vila Real
	Eduardo Taveira da Mota, Porto	Manuel João Dias Costa, VN de Famalicão <sup>205</sup>
	Dr. Fernando Pires de Matos, Porto <sup>202</sup>	Eng.º José António Rebelo Prezado, Guimarães
	Eng.º Francisco Nápoles Almeida e Sousa, Porto <sup>203</sup>	Eng.º Manuel Sampaio de Morais, Caldas da Saúde
	Eng.º Joaquim Carvalho Macedo Correia, Porto <sup>204</sup>	Dr. Tiago Martins Delgado, Viana do Castelo
	Delegado do INTP, Porto	Delegado do INTP, Vila Real

<sup>198</sup> Deputado (1957-1961 e 1969-1973); Cfr. Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa, *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Lisboa, Assembleia da República / Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. 1, p. 792-793;

<sup>199</sup> Procurador à Câmara Corporativa (1969-1973); Cfr. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Vol. 2

<sup>200</sup> Procurador à Câmara Corporativa (1969-1973); Cfr. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Vol. 1

<sup>201</sup> Deputado (1969-1973 e 1973-1974); Cfr. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Vol. 2, p. 429; Em 1973, integra a CPRN.

<sup>202</sup> Deputado (1965-1969); Cfr. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Vol. 2

<sup>203</sup> Vice-Presidente da Associação Industrial Portuense, Deputado (1969-1973); Cfr. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Vol. 2, p. 650-651

<sup>204</sup> Deputado (1969-1973) e Procurador à Câmara Corporativa (1973-1974); Cfr. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Vol. 1

<sup>205</sup> Procurador à Câmara Corporativa (1973-1974); Cfr. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Vol. 1

### Grupo de Trabalho Permanente nº3 - Infra-Estruturas Económicas

Historial	Grupo de Trabalho obrigatório pelo artº 8, nº 2, Decreto 48.905, 11 Março 1969; Diligências do Presidente Mota Campos para constituição do Grupo; Continuação diligências e nomeação do Presidente do Grupo pelo Vice-Presidente em exercício João Canedo; CPRN aprova Grupo em 19 Nov. 1972 (Acta 3) com acertos em 17 Jan. 1972 (Acta 6).		
Presidente	Eng.º e Arqtº António Barbosa de Abreu, Porto	Relator	Eng.º Luís Valente de Oliveira, Porto
13 Vogais	Eng.º Alberto Ilundaim Ramalho Fontes, Porto Eng.º Alberto José Vale Rego Amorim, Braga <sup>206</sup> Eng.º António Jacinto Barreto Chaves, Mirandela Eng.º António Mª Meneses Nogueira, Viana do Castelo Eng.º Carlos Manuel Martins Amorim Silva, Vila Real Eng.º Francisco Ferreira Ataíde Malafaya, Porto Eng.º Humberto Cardoso de Carvalho, Vila Real <sup>207</sup>		Eng.º Joaquim Duarte Carrilho, Bragança Comandante Joaquim Maia Barros Prata, Pedras Rubras Eng.º José Casimiro dos Santos Espinha, Leixões Dr. José Vieira de Carvalho, Maia <sup>208</sup> Eng.º Luís de Queiroz Ribeiro Vaz Pinto, Porto Arqtº Manuel Madureira Marques de Aguiar, Porto

### Grupo de Trabalho Permanente nº 4 - Turismo

Historial	Grupo de Trabalho não obrigatório pelo artº 8, nº 2, Decreto 48.905, 11 Março 1969; Diligências do Presidente Mota Campos para a constituição do Grupo; Continuação diligências e nomeação do Presidente do Grupo pelo Vice-Presidente em exercício João Canedo; CPRN aprova Grupo em 19 Nov. 1972 (Acta 3) com acertos em 17 Jan. 1972 (Acta 6).		
Presidente	Jorge Dias Félix Gonçalves de Araújo, Porto	Relator	Rogério Reis, Régua
17 Vogais	Dr. Alberto Marques Oliveira e Silva, Viana do Castelo António Cunha, Viana do Castelo Armindo Rodrigo Leite, Porto Constantino Araújo, Viana do Castelo Eng.º Eduardo de Castro Lencastre, Vila do Conde Major Flávio Martins Videira, Chaves Francisco António Oliveira Teixeira, Vila Real Dr. Hirondino Paixão Fernandes, Bragança <sup>209</sup>		Dr. Horácio Brilhante Simões, Moncorvo João Ferreira Pires, Macedo de Cavaleiros João José Rodrigues e Feitas, VN Gaia Dr. José Ramos Pereira Pedreira, VN Cerveira <sup>210</sup> Manuel Alves Machado Fonseca e Castro, Vizela João Monteiro Ortega, Porto; Rui Gomes, Esposende; Dr. Vasco Barreto de Faria, Barcelos Dr. Viriato José Amaral Nunes, Braga

<sup>206</sup> Procurador à Câmara Corporativa (1973-1974); Cfr. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Vol. 1

<sup>207</sup> Deputado (1969-1973) e Procurador à Câmara Corporativa (1973-1974); Cfr. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Vol. 1

<sup>208</sup> Deputado (1973-1974); Cfr. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Vol. 1

<sup>209</sup> Deputado (1965-1969); Cfr. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Vol. 1

<sup>210</sup> Procurador à Câmara Corporativa (1973-1974); Cfr. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Vol. 2

### Grupo de Trabalho Permanente n.º 5 - Ensino

Historial	Grupo de Trabalho não obrigatório pelo art.º 8, n.º 2, Decreto 48.905, 11 Março 1969; Diligências do Presidente Mota Campos para constituição do Grupo; Continuação diligências e nomeação do Presidente do Grupo pelo Vice-Presidente em exercício João Canedo; CPRN aprova Grupo em 19 Nov. 1972 (Acta 3)		
Presidente	Prof. Dr. Joaquim Nunes de Oliveira, Porto <sup>211</sup>	Relator	Dr. Martinho Cândido Vaz Pires, Porto <sup>212</sup>
13 Vogais	Dr. Abílio Fonseca, Porto Dr. Aníbal Alcino, Viana do Castelo Eng.º António Dias Serra, Porto Dr. António Ferreira Bragança, Porto Dr. António Tavares Júnior, Porto Dr. Daniel Nunes de Sá, Guimarães Monsenhor Miguel Sampaio, Porto		Inspector Primário José Alberto Carvalho, VN Gaia <sup>213</sup> Eng.º José Clemente Sanches Dias Pereira, Mirandela Prof. Dr. Roque Cabral, Braga Arqt.º Manuel dos Santos, Braga; D. Susana Lagrifa, Braga Dr. José Abreu, Vila Real

### Grupo de Trabalho Ad hoc n.º 1 – Centro urbano polarizador do Nordeste Transmontano

Historial	Criado por Despacho do Presidente Mota Campos de 29 Outubro 1971; em 3 Fevereiro 1972 já tinha concluído o trabalho e apontava Mirandela como centro urbano polarizador do Nordeste Transmontano.		
Presidente	Dr. João José Pessoa Trigo, Vogal da CPRN	Relator	Eng.º e Arqt.º António Barbosa de Abreu, Porto
Vogais	Chefe Brigada Técnica da III Região Agrícola Delegado do INTP Director de Estradas de Bragança Director de Saúde de Bragança Director de Urbanização de Bragança		Presidente da Câmara Mun. de Alfândega da Fé Presidente da Câmara Mun. de Macedo de Cavaleiros Presidente da Câmara Mun. de Mirandela Presidente da Câmara Mun. de Vila Flor Presidente Federação Grémios Lavoura Nordeste Transmontano

### Grupo de Trabalho Ad hoc n.º 2 – Navegabilidade do Douro (Luso-espanhol)

Historial	Em Setembro 1971, o STPC solicita à CPRN previsões de tráfego fluvial de mercadorias no Douro. Em 12-13 Novembro 1971, representantes da CPRN, CPRC, Governo-civil de Bragança e Federação Grémios Lavoura Nordeste Transmontano reúnem, em Salamanca, com representantes do Consejo Económico Sindical Interprovincial del Oeste, dos Municípios e Províncias de Zamora e Salamanca, constatando o interesse espanhol na navegabilidade do Douro e, também, a necessidade de constituir um Grupo Luso-espanhol para clarificar melhor os problemas a superar para a sua concretização. A CPRN nomeia representantes do Norte ao Grupo, em reunião de 19 Novembro 1972 (Acta 3).		
	Portugal		Espanha
Presidentes	Eng.º Camilo António Lemos de Mendonça, da FGLNT <sup>214</sup>		Eng.º Santiago Serrano, Confederación Hidrográfica del Duero
Relatores	Eng.º Francisco Nápoles Almeida e Sousa, da CPE <sup>215</sup>	A indicar oportunamente	
Vogais	Dr.ª Maria Fernanda Ribeiro dos Santos, Técnica CPRN	A indicar oportunamente	

<sup>211</sup> Deputado (1961-1965; 1965-1969; 1969-1973), integrando Comissões que analisaram os projectos do Plano Intercalar e do IIIº Plano de Fomento; Procurador à C. Corporativa (1973-1974); Cfr. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Vol. 2, pp. 266-267;

<sup>212</sup> Deputado (1965-1969); Cfr. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Vol. 2,

<sup>213</sup> Deputado (1961-1965; 1965-1969; 1973-1974); Procurador à Câmara Corporativa (1969-1973); Cfr. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Vol. 1, pp. 387-388

<sup>214</sup> Nasceu em Vilarelhos, Alfândega da Fé (1921); Presidente da Comissão Administrativa do Grémio dos Armazenistas Exportadores de Azeite (1947); Procurador à Câmara Corporativa (1947-1948; 1973-1974); Agrónomo pelo I.S.A. com o trabalho final 'Do intervencionismo' (1949); Deputado por Bragança (1953-1957; 1957-1961; 1969-1973); Primeiro Presidente da RTP (1957); Fundou o Complexo Agro-Industrial do Cachão (1964); Presidente da Federação de Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano (1969); Faleceu em Abril 1984; Cfr. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Vol. 2, pp. 125-127;

<sup>215</sup> Companhia Portuguesa de Electricidade.

**Grupo de Trabalho Ad hoc nº 3 – Localização de Fábrica de Pasta Celulósica na Sub-região Interior**

Historial	Despacho Ministerial orientador da Indústria de Celulose de 11 Julho 1966 (Boletim DGSI, nº 30, 27 Julho 1966); As Federações dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano e Beira Alta requerem licença fabril; A CPRN (Mota Campos, João Canedo, João Trigo) reúne em Mirandela com Governadores-civis (Vila Real, Bragança) e Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano (Eng.º Camilo de Mendonça); A CPRN, em 17 Janeiro 1972 (Acta nº 6) decide criar este Grupo de Trabalho Ad hoc, o qual devia para apresentar relatório até 30 Abril 1972. Em 29 Fevereiro 1972, ao ser empossado, o Eng.º António Eduardo Carneiro já indica a Celulose em Viana do Castelo.
Presidente	Dr. Teotónio Rebelo Teixeira de Andrade e Castro, Vogal da CPRN, Braga
Relator	Eng.º Armando António Correia, Relator do Grupo de Trabalho Permanente para a Indústria, Braga
10 Vogais	Eng.º José Rola Pereira, Representante da Companhia Portuguesa de Electricidade Eng.º José Manuel Pinheiro Ferreirinha, Representante da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas Eng.º Luís de Queiroz Ribeiro Vaz Pinto, Representante da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos Eng.º Alberto de Serpa Ferrão Rebelo, Representante da Direcção Geral dos Serviços Industriais Arqtº Manuel Madureira Marques de Aguiar, Representante da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização Eng.º Joaquim Félix Rodrigues, Representante do Fundo de Fomento Florestal Eng.º Francisco Ferreira Ataíde Malafaya, Representante da Junta Autónoma das Estradas Eng.º Eugénio Sequeira Varejão, Administrador Florestal de Vila Real Eng.º Edgar Manuel Madeira, Administrador Florestal de Macedo de Cavaleiros Eng.º Joaquim Von Hafe de Almeida Cunha, Técnico duma Empresa de Celulose

*Em Dezembro 1971:* CPRN realiza um pequeno inquérito aos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares. No dia 16, a CPRN reúne para tratar de vários assuntos (aprovação do orçamento para 1972, aprovação do 'Programa do Encontro' e do 'Mandato' dos Grupos de Trabalho'. A CPRN reúne com os Presidentes e Relatores dos Grupos de Trabalho (entrega do 'Mandato', problemas dos Grupos). No dia 27, a CPRN reúne para tratar de vários assuntos (primeira apreciação do 'Relatório preliminar', quadro de pessoal, preparação do encontro dos Grupos de Trabalho).

*Em Janeiro 1972:* nos dias 7 e 8, os Grupos de Trabalho da CPRN reúnem-se no encontro "No



**Grupos de Trabalho da CPRN reúnem-se no encontro em Ofir**

Alvorecer do Desenvolvimento Regional"<sup>216</sup>, em Ofir, seguindo o programa previsto (Planeamento, Ordenamento do território, Planeamento Regional; Programa dos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento, Orgânica de Planeamento, Objectivos e limites da participação das Comissões Regionais; Reuniões por Grupos de Trabalho). O Plenário de apresentação de conclusões<sup>217</sup>, além dos participantes, contou com a presença de Governadores Civis, Presidentes de Câmaras Municipais, outras entidades públicas e do Dr. João Mota Campos (Ministro de Estado).

<sup>216</sup> Comissão de Planeamento da Região do Norte, *No Alvorecer do Desenvolvimento Regional*, Porto: CPRN, 1972, 102 p., CCRNOR 00003-0002-P 711.2/032; e 'Vida Rural', nº 974, de 15.01.1972, pp. 3, 11, 19 e 20;

<sup>217</sup> Cfr. Conclusões relativas à protecção da natureza, in *Vida Rural*, nº974, de 15 Janeiro 1972, p. 3

No dia 17 Janeiro, a CPRN reúne para tratar de vários assuntos (renovação de mandatos dos Vogais, avaliação do Encontro dos Grupos de Trabalho e suas propostas, limites da Região, segunda apreciação do Relatório Preliminar). Até à conclusão dos contributos para o Relatório de Propostas, os Grupos e Trabalho reuniram todas as semanas.

Em 24 Fevereiro 1972 (IIª Série), o Eng.º Silv. António Eduardo Carneiro é nomeado Presidente da Comissão de Planeamento Regional do Norte (1972-1975), com posse pelo Ministro de Estado em 29 Fevereiro 1972<sup>218</sup>.

Entre 1972 e 1974 a restante Comissão manteve-se, excepto o Vogal pelo Distrito do Porto que foi substituído

CPRN	Membros de 1972 a 1974	Notas biográficas
Presidente	Eng.º António Eduardo Carneiro 	Nasceu na freguesia da Sé, concelho de Bragança, a 27 Outubro 1920. Nesta cidade, frequentou a Escola Primária (1927-1931) e o Liceu Emídio Garcia (1931-1941). Depois, em Lisboa, frequentou o Instituto Superior de Agronomia, onde concluiu o curso de Engenheiro Silvicultor (1952), trabalhou na Junta Nacional da Cortiça (1952-1954), na Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas (1954-1956), na Junta Nacional dos Resinosos (1956), no Instituto Produtos Florestais (1956-1965), tendo sido, ainda, Vogal do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros (1963-1965), Vice-presidente do Fundo de Fomento Florestal (1965-1967) e fundador da OC Organização de Consultores, que coordenou (1967-1970). Em Portalegre, foi Governador Civil do Distrito (Jan 1970-Fev. 1972) e, no Porto, foi Presidente da Comissão de Planeamento da Região do Norte (29 Fev 1972-05 Maio 1975), Vogal da Comissão Instaladora da Universidade do Minho e, ainda, Presidente do Lions Club do Porto (1972-1975). De novo em Lisboa, foi Inspector Superior do Ministério da Administração Interna (1975-1977), Presidente da Junta Nacional das Frutas (1977-1983) e vogal do Conselho Superior de Economia (1983-1985). Presidiu, ainda, à Direcção e ao Conselho Fiscal da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro (1977-1983). Faleceu, em Lisboa, a 9 Outubro 1985 <sup>219</sup> .
Vogal do Porto	Dr. Vasco Maria de Pereira Pinto Costa Ramos	Nasceu em Torres Novas (1918). Licenciou-se na Escola Superior de Medicina Veterinária, onde foi Assistente. Ingressou (1947) como Médico Veterinário na Junta Nacional dos Produtos Pecuários, vindo a ser Delegado da Intendência do Porto. Foi Vogal da Comissão Distrital do Porto da UN, Deputado do Porto à Assembleia Nacional (1969-1974) e Vogal da Comissão Executiva da ANP, em 1972. Foi Vogal da Comissão de Planeamento da Região do Norte, pela Junta Distrital do Porto, substituindo o Prof. João Ruiz de Almeida Garrett (1972-1974). Moderou o conflito entre a Federação dos Grémios da Lavoura de Entre Douro e Minho e a União de Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho (AGROS), por causa da exploração da Estação de Tratamento de Leite do Porto (aplicação do Decreto-Lei n.º 306/73, de 15 de Junho) <sup>220</sup> .

<sup>218</sup> *No Alvorecer ...*; Vida Rural, nº 982, de 11.03.1972, pp. 3 e 7.

<sup>219</sup> Dados biográficos fornecidos pela filha, Drª Maria Clara Carneiro e pelo Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária de Emídio Garcia. Sobre a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, Cfr. Melo, Daniel, *Aquém do Marão: O associativismo regionalista transmontano em Portugal e na diáspora*. In Sociologia: Problemas e Práticas, nº50, Jan. 2006, p.67-87 - [www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n50/n50a04.pdf](http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n50/n50a04.pdf)

<sup>220</sup> Cfr. Cfr. Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa, *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, Lisboa, Assembleia da República / Imprensa de Ciências Sociais, 2004, Vol. 1, p. 429; e <http://www.agros.pt/Historia/>



Em Abril 1972, a Secção de Planeamento Urbanístico, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, organiza um 'Curso Intensivo de Planeamento Regional'<sup>221</sup>, com a colaboração do Eng.º Agr.º José Luís Morais Ferreira Mendes<sup>222</sup>, do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho. Neste curso permitiu analisar metodologias e experiências europeias e estimular debates esclarecedores e cotejos úteis com a experiência portuguesa.

Em Julho 1972, a CPRN muda a sede para a Praça Velásquez. Ao longo de 1972, no âmbito dos Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento (1974-1979), a CPRN respondeu aos vários compromissos com o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, tendo concluído vários relatórios:

*i. Relatório Preliminar*<sup>223</sup> - Trata-se de um relatório intermédio entre a 'Resposta a um questionário do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho' (fim de Setembro 1971) e o 'Relatório de Propostas' (fim de Março 1972). Neste relatório, realizado entre Novembro e Fevereiro, não foi ainda possível contar com a participação dos Grupos de Trabalho, uma vez que estes iniciaram a actividade em Janeiro 1972. O relatório contempla a caracterização dos seguintes aspectos: População, Indústria, Agricultura, Infraestruturas, Energia, Turismo, Rede urbana, Áreas Problema (Área Metropolitana do Porto, Área polarizada por Viana do Castelo, Parque Nacional da Peneda Geres, Área de Basto, Área polarizada por Vila Real, Área polarizada por Mirandela, Área do Douro, Zona do Planalto Mirandês) e Introdução a uma estratégia de desenvolvimento: deseconomias do congestionamento, depreciação de recursos e planeamento regional; supressão de obstáculos ao desenvolvimento autosustentado, pólos de desenvolvimento, aproveitamento de potencialidades locais; evolução do Porto para área metropolitana (urbana, industrial e de serviços de apoio regional), face a Lisboa; centros sub-regionais de difusão (Braga, Vila Real) e outros centros urbanos.

*ii. Algumas considerações sobre o Relatório Geral Preparatório*<sup>224</sup> - O 'Relatório Geral Preparatório', sobre o qual a CPRN dá parecer, integra as grandes opções para o IV Plano de Fomento, tendo sido enviado, pelo Secretariado Técnico, a todas as instituições cooperantes, para parecer final sobre a adequação e compatibilidade entre diagnósticos e propostas globais, sectoriais e regionais<sup>225</sup>. O documento foi analisado pelos Grupos de Trabalho regionais e a CPRN reuniu com os Presidentes e Relatores dos Grupos para preparar 'Algumas considerações', finalmente redigidas



Antiga Sede de CPRN, em 1974

<sup>221</sup> Centro de Estudos de Engenharia Civil - Secção de Planeamento Urbanístico, *Planeamento Regional em Portugal: Curso intensivo de planeamento regional*, Porto: Faculdade de Engenharia, 1972, 378 p CCRNOR 00300

<sup>222</sup> Hoje, na Universidade Nova de Lisboa, é Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Ciência e Tecnologia e Investigador do Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional.

<sup>223</sup> Comissão de Planeamento da Região do Norte, *Trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento: Relatório Preliminar*, Porto: CPRN, Novembro 1971-Fevereiro 1972, 215 p. e Mapas // CCRC 02/145, 02/151,

<sup>224</sup> Comissão de Planeamento da Região do Norte, *Trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento, Algumas considerações sobre o relatório geral preparatório*, Porto: CPRN, Outubro 1972, 46 p. // CCRNOR 00063/G; CCRC 02/161

<sup>225</sup> Ver calendário do IV Plano de Fomento, na página 10.

pelo Gabinete Técnico da CPRN. Esta colaboração regional com o órgão central de planeamento, umas vezes contradita, outras vezes reforça a estratégia e as medidas de política previstas no referido Relatório (Agricultura, Indústria, Infra-estruturas, Saúde, Turismo, Ensino, Projecções de desenvolvimento, Ordenamento do Território).

*iii. Relatório de propostas*<sup>226</sup> - Este relatório aprofunda e afina os diagnósticos e propostas anteriores, incorporando as contribuições dos Grupos de Trabalho e das consultas regionais. Os seus 10 volumes incluem: Relatório Geral; Cartas; Lavoura (Litoral); Lavoura (Interior); Indústria; Infra-estruturas económicas; Turismo; Ensino; Saúde; Assistência Social. O Relatório Geral, após o diagnóstico regional (Desnível entre o litoral e interior; Indústria, concentrada na Área Metropolitana do Porto e no sector têxtil; Agricultura, de baixa produtividade, com estruturas fundiárias e empresariais obsoletas; Deficiente rede urbana, com ausência de centros de dimensão média e ocupação anárquica do solo em prejuízo do seu uso racional; Interior com altos fluxos migratórios) aponta as coordenadas (Fomento e diversificação da estrutura industrial; Racionalização e intensificação da produção agrícola; Reequilíbrio da rede urbana e concentração dos equipamentos económico-sociais; Criação de emprego) e objectivos de desenvolvimento: desenvolver e melhorar a atractividade da Área Metropolitana do Porto; fixar um ‘centro de crescimento’ na área de Braga; aproveitamento máximo das zonas de aptidão agrícola (Lima, Sousa, Alto Tâmega, Terra Quente); Exploração de recursos mineiros; Melhoria das acessibilidades Norte-Sul e Leste-Oeste; programação integrada no Douro (vinho, energia, navegabilidade); hierarquia de rede urbana e de equipamentos.

Durante estes trabalhos, a CPRN lutou com grandes dificuldades, quando procurou estabelecer as linhas gerais da evolução da Região para os próximos anos, devido à falta de informação a nível regional e de indicadores que se consideram fundamentais ao estabelecimento do diagnóstico do passado e, conseqüentemente, à previsão do comportamento futuro da economia e do “habitat” social”, tornando-se evidente a necessidade de estruturar melhor um sistema de informação regional e um Gabinete Técnico. Nesse sentido, para além das verbas afectas pelas vá-



**António Eduardo Carneiro discursa no “Seminário sobre os Processos de Participação das Populações no seu Desenvolvimento”**

rias Juntas Distritais, a CPRN conseguiu obter uma componente orçamental de origem privada, com o apoio obtido junto de vários Bancos<sup>227</sup>.

No fim de 1972, a CPRN e a Comissão Executiva da Agro 73 (Feira Agrícola do Norte) organizam o “Seminário sobre os Processos de Participação das Populações no seu Desenvolvimento” (Viana do Castelo, Teatro Sá de Miranda, 11-14 Novembro). O Seminário, para estimular a coordenação de acções de desenvolvimento comunitário e promoção

<sup>226</sup> Comissão de Planeamento da Região do Norte, *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento: Relatório de propostas*, Porto: CPRN, Outubro 1972, 10 Vol.: Relatório Geral; Cartas; Lavoura (Litoral); Lavoura (Interior); Indústria; Infra-estruturas económicas; Turismo; Ensino; Saúde; Assistência Social // UCPJPII E-124.1 CPRN-4; CCRNOR 00061/G, 00062/G, 00068/G, 00068-I/G, 00068-II/G, 00068-III/G, 00068-V/G, 00068-IV/G, etc.

<sup>227</sup> Comissão de Planeamento da Região do Norte, *Programa de actividades para 1973*, Porto: CPRN, 1973, 23 p. // UCJPII E-940 CPRN;

sócio-cultural, nas zonas de acção prioritária do IV Plano de Fomento, contou com 245 participantes de várias profissões, sendo as actas editadas em 1973<sup>228</sup>.

Em 1973: O Programa<sup>229</sup> e o Relatório de Actividades de 1973<sup>230</sup>, mostram que a CPR Norte é já uma organização mais estruturada e dotada dum Gabinete Técnico permanente:

1. Meios financeiros	1972	1973
Comparticipação das Juntas Distritais de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Bragança (mediante participação recebida da Presidência do Conselho)	2.000.000\$00	2.500.000\$00
Subsídios de Instituições privadas (nomeadamente de vários bancos)	1.352.368\$00	1.200.000\$00
TOTAL	3.352.368\$00	3.700.000\$00

## 2. Meios humanos

### 2.1. Da CPRN

PESSOAL DE DIRECÇÃO E CHEFIA	1 Presidente da Comissão	Eng.º Silv. António Eduardo Carneiro
	5 Vogais da Comissão	Dr. João António Teixeira Canedo, Dr. Alfredo Eduardo Lourenço Pinto, Dr. Teotónio Rebelo T. de Andrade e Castro, Dr. Vasco Maria Pereira Pinto Costa Ramos, Dr. João José Pessoa Trigo
PESSOAL TÉCNICO EM PART-TIME	1 Secretário da Comissão	Sr. Jorge Dias Félix Gonçalves de Araújo
	1 Conselheiro Técnico	Prof. Dr. Amílcar Pina
	1 Coordenador Gabinete Técnico	Prof. Dr. Luís Valente de Oliveira
	1 Delegado do Secretariado Técnico	Eng.º José Luís Ferreira Mendes
	5 Consultores Especialistas	Arqtº Pais. Ilídio de Araújo; Arqtº Fernando Távora, Eng. Agrº Luís Fonseca Cardoso; Dr.ª Julieta Cardoso, Dr. Flávio Gonçalves
PESSOAL TÉCNICO	1 Técnico de 1ª Classe	Dr.ª Maria Fernanda Ribeiro dos Santos
	4 Técnicos de 2ª Classe	Dr.ª Isabel Cardoso Ayres, Dr.ª Maria Isabel Santos Aires, Dr.ª Maria Adelaide Oliveira, Dr.ª Maria M Quintas
	4 Calculadores	Adelino Lagoa, José Albino Peneda, Mª Álea Pereira da Silva, Diomar F. Santos
PESSOAL ADMINISTRATIVO	2 Desenhadores	
	1 Bibliotecário	
	1 Tesoureiro	
	1 3º Oficial	
	1 Escriurário dactilógrafo de 1ª	
4 Escriurários dactilógrafos de 2ª		

<sup>228</sup> Comissão de Planeamento da Região do Norte, *Seminário sobre os Processos de Participação das Populações no seu Desenvolvimento* (Viana do Castelo, Novembro 1972), Braga: CPRN, 1973, VIII, 319, [18] p. // UCJPII 316.43 SEM;

<sup>229</sup> Comissão de Planeamento da Região do Norte, *Programa de actividades para 1973*, Porto: CPRN, 1973, 23 p. // UCJPII E-940 CPRN;

<sup>230</sup> Comissão de Planeamento da Região do Norte, *Relatório de actividades em 1973: Programa de actividades para 1974*, Porto: CPRN, 1974

## 2.2. Colaborações externas

Grupos de Trabalho Permanentes	Lavoura	Presidente; Relator; 27 Vogais
	Indústria	Presidente; Relator; 22 Vogais
	Infra-estruturas (equipam. económ.)	Presidente; Relator; 15 Vogais
	Ensino	Presidente; Relator; 13 Vogais
	Saúde	Presidente; Relator; 14 Vogais
	Turismo	Presidente; Relator; 17 Vogais
	Acção Social	Presidente; Relator; 18 Vogais
Grupos de Consultores 'ad-hoc'	Distrito de Viana do Castelo	43 Elementos
	Distrito de Braga	70 Elementos
	Distrito do Porto	62 Elementos
	Distrito de Vila Real	21 Elementos
	Distrito de Bragança	51 Elementos

Luís Valente de Oliveira, licenciado e doutorado em Engenharia Civil (Porto, 1961, 1973), especializado em Planeamento Regional (Haia, 1969) e Transportes (Londres, 1971), Professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, depois de ter colaborado como relator no Grupo de Trabalho de Infraestruturas, vem para a CPRN, como Director do Gabinete Técnico (1973-1975)<sup>231</sup>.

Em Janeiro de 1974, na Junta Distrital do Porto, realiza-se o colóquio “Objectivos Gerais e Directrizes da Política de Desenvolvimento”, em cuja abertura interveio o Eng.º António Eduardo Carneiro, Presidente da CPRN.



Luís Valente de Oliveira é nomeado Director Técnico em 1973

Em Abril de 1974, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, realiza-se o “Curso Intensivo de Ordenamento do Território”, em cuja abertura interveio o Eng.º António Eduardo Carneiro, Presidente da CPRN. Ao longo de 1974, a CPRN editou nomeadamente os seguintes trabalhos: “Rede de Centros de Apoio Rural”; “Alguns elementos para a elaboração de um plano de desenvolvimento do turismo no norte de Portugal”; “Subsídios para o estudo da ara do Pólo de Crescimento Braga - Guimarães”; “Contribuições para o Ordenamento do Território da Região Plano Norte”<sup>232</sup>. O Eng.º António Eduardo Carneiro continuou a presidir à CPRN até 5 Maio 1975.

<sup>231</sup> Depois seria encarregado da Gestão (1975-1978) e Presidente (1979-1985) da CPRN,

<sup>232</sup> [http://212.55.137.35/CDI/00001\\_0164\\_001\\_G.pdf](http://212.55.137.35/CDI/00001_0164_001_G.pdf)

### 1.3.4. Evolução Posterior

Após o 25 de Abril de 1974:

*i.* O Secretariado Técnico da Presidência do Conselho foi<sup>233</sup> integrado no Ministério da Coordenação Económica, criado pouco antes<sup>234</sup>. Depois a sua designação foi sucessivamente alterada para Secretariado Técnico do Planeamento (STP)<sup>235</sup>, Departamento Central de Planeamento (DCP)<sup>236</sup> e Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP)<sup>237</sup>.

*ii.* A tutela da Comissão de Planeamento da Região do Norte passou sucessivamente para: Ministério da Administração Interna<sup>238</sup>, Ministério do Planeamento e Administração do Território; Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território; Ministério do Planeamento; Ministério das Cidades Ordenamento do Território e Ambiente; e Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.

*iii.* A implementação do IV Plano de Fomento (1974-1979) foi suspensa e, até 1985, data da entrada de Portugal na CEE, o país elaborou, mas não aplicou, os 1º e 2º Planos de Médio Prazo (1977-1980; 1981-1984)<sup>239</sup>. Depois viriam os vários Programas Comunitários.



A actual sede da CCDR-N foi adquirida pelo Estado Português em 1979. Seguiu-se a transferência dos serviços.

<sup>233</sup> Decreto-lei nº 224/74, de 28 de Maio

<sup>234</sup> Decreto-lei nº 203/74, de 15 de Maio

<sup>235</sup> Decreto-lei nº 525/74, de 8 de Outubro. Cfr. <http://dre.pt/pdf1sdip/1974/10/23400/11851185.pdf>

<sup>236</sup> Decreto-lei nº 479/75, de 3 de Setembro

<sup>237</sup> <http://www.dpp.pt>

<sup>238</sup> Decreto-lei n.º 524/74, de 8 de Outubro

<sup>239</sup> Secretaria de Estado do Planeamento, *Plano de Médio Prazo 77-80*, Lisboa: INCM, 1977, 12 Vol., em especial *Política Regional*; e Secretaria de Estado do Planeamento, *Grandes opções do plano a médio prazo 1981-84: Contributos*, Lisboa: SEP, 1980, 150 p

*iv.* A constituição de 1976 consagrou: Regiões Autónomas (nas Ilhas) que se concretizaram; Regiões Administrativas (no Continente) que - após debates e referendos - não se concretizaram; e a prevista extinção dos Distritos não se verificou.

*v.* Em 1979<sup>240</sup>, as Comissões de Planeamento Regional passaram a designar-se Comissões de Coordenação Regional, a Região do Sul dividiu-se em Alentejo e Algarve, e as áreas de acção das CCR's são redefinidas, sendo o Douro Sul e o Entre Douro e Vouga integrados na Região do Norte.

*vi.* Em 1986<sup>241</sup>, foram estabelecidos três níveis da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTE), que mais tarde foram alteradas várias vezes. A NUTE II Norte passou a incluir as seguintes NUTE III: Minho-Lima, Cávado, Ave, Grande Porto, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Douro, Alto Trás-os-Montes.

*vii.* Em 2001, um estudo elaborado<sup>242</sup> para o Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, recomenda: "A desconcentração territorial da Administração deverá adoptar apenas duas bases territoriais - NUTE II e Distritos" e "Considera-se adequado perspectivar a convergência gradual entre os Distritos e as NUTE II - devendo ser ponderada a correspondente metodologia e calendário, relativamente aos quais se apresentam como alternativas a adaptação dos limites territoriais dos Distritos ou a modificação da delimitação espacial das NUTE II...". Entre 2005 e 2009, caminhou-se no sentido de harmonizar a Administração Pública em torno desses dois mapas: distritos e regiões.

No essencial, 40 anos depois:

- O enquadramento das CCDR's, como organismos da administração central nas Regiões, continua semelhante;

- O encaixe entre Distritos e Regiões e, portanto, entre Regiões-Plano e Regiões Administrativas, continua em aberto.

<sup>240</sup> Decreto-Lei n.º 494/79, de 21 de Dezembro. Cfr. <http://dre.pt/pdf1sdip/1979/12/29300/32903294.pdf>

<sup>241</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86, de 26 de Março. Cfr. <http://dre.pt/pdf1sdip/1986/05/10200/10411043.pdf>

<sup>242</sup> Nuno Vitorino (coord.), *Relatório Final da Missão para a Reforma da Organização Territorial da Administração do Estado*, Lisboa: Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, Janeiro 2001, p. 13



## Ficha Técnica

### **Memória & Prospectiva 1**

Da Província à Região-Plano

*Edição:* Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

*Autor:* António Melo

*Coordenação editorial:* Gabinete de Marketing e Comunicação / CCDR-N

*Design:* Furtacores Design de Comunicação

*Paginação:* Loja das Ideias

*Impressão:* Tecniforma

*Depósito Legal:* XXX

Setembro 2009